Semântica

6º

Período

Roberta Pires de Oliveira
Renato Miguel Basso
Luisandro Mendes de Souza
Ronald Taveira
Letícia Lemos Gritti

Florianópolis - 2012

S471 Semântica : 6º período / Roberta Pires de Oliveira ...[et.al.]. –
Florianópolis : LLV/CCE/UFSC, 2012.
182 p.

Inclui bibliografia
Curso de Licenciatura Letras-Português na Modalidade a Distância

1. Semântica. 2. Análise linguística. 3. Metalinguagem. 4. Gramática.
I. Oliveira, Roberta Pires de.

CDU: 801.54

Sumário

Apresentação

Este manual introduz uma série de tópicos em Semântica, uma disciplina que pouco entrou nos ensinos médio e fundamental e que só muito recentemente aparece em currículos de cursos de Letras (mas não em todos!). O máximo que vemos de semântica na escola diz respeito aos conteúdos referentes a antônimos e sinônimos. E mesmo as versões mais modernas de ensino de português, que têm se baseado no texto, pouco utilizam os conceitos da Semântica que, no entanto, são absolutamente fundamentais. Por exemplo, o conceito de anáfora, tão essencial na construção de um texto, vem da Semântica. Curioso é que já contamos, desde 2001, com pelo menos uma publicação que traz propostas de ensinar semântica na sala de aula, trata-se de Introdução à semântica, brincando com a gramática (2001), de Rodolfo Ilari. Mas, talvez a ausência da Semântica na sala de aula possa antes ser explicada por uma certa "fobia" da gramática: uma leitura equivocada do movimento de questionamento da gramática tradicional levou a entender que o estudo da gramática estava banido da escola. Não há dúvida alguma que é parte da nossa tarefa de educadores ensinar a ler e a escrever, mas certamente estamos perdendo muito se essa for a nossa única tarefa do professor de português. Perde-se dessa maneira a dimensão de se aprender algo sobre as línguas, de criar conversas com outras áreas do saber, como a biologia e a matemática.

As línguas humanas são um objeto muito interessante, extremamente complexo e ao mesmo tempo facilmente acessível: afinal, todos falamos. É por isso que o estudo das línguas humanas tem sido adotado, em várias universidades no mundo (dentre elas o famoso Massachusetts Institute of Technology), em cursos introdutórios de metodologia científica para todas as áreas. É muito fácil aprender como construir hipóteses e refutá-las usando as línguas naturais – e, como hoje sabemos, lidar com hipóteses, construí-las, submetê-las ao crivo da empiria e refutá-las é parte fundamental do fazer científico. Mas, esse movimento exige que observemos a língua em si sem nos preocuparmos com o fato de que ela é o veículo para apreendermos o pensamento dos outros (via leitura ou via escuta) e para veicularmos o nosso pensamento (ou ainda para dissimular o que pensamos, para enganar, via oralidade ou via escrita).

Mas, olhar a língua, sua estrutura, sua gramática, ficou quase que proibido depois que se decretou o fim do estudo da gramática – joga-se fora o bebê com a água do banho. É claro que não estamos propondo um retorno ao velho esquema de ensinar gramática normativa, ainda mais a gramática que é praticada nas escolas, uma gramática que nem é da nossa língua. E que não se confunda esse olhar científico para a língua com negar sua importância social, ideológica, na constituição do sujeito (da psicanálise). Trata-se na verdade de uma posição também política de permitir que as diferentes variedades de português entrem na escola. O cidadão deve saber sobre a sua língua, principalmente que em muitos casos a língua que ele fala não é a língua que se escrever. Ninguém no Brasil, com talvez exceção de uns poucos imortais, fala: "Eu lho trouxe". Isso é português europeu! A semântica que você vai encontrar neste Manual pretende ser uma análise da estrutura do português brasileiro atual. A disciplina de Semântica busca construir um modelo para explicar como é possível que nós, seres finitos, num tempo tão curto, em poucos anos, sejamos capazes de atribuir significado a qualquer sentença da nossa língua, mesmo àquelas absolutamente novas, àquelas que nunca ouvimos antes. Essa não é uma capacidade trivial, embora ela esteja sempre conosco. Um filósofo da linguagem muito famoso, chamado Ludwig Wittgenstein, afirmava que nós somos tanto a linguagem, ela nos constitui de tal forma, que temos dificuldade de nos distanciarmos dela para olhá-la. É esse, porém, o movimento fundador do cientista: distanciar-se do objeto para poder entendê-lo.

Essa semântica não descende da linguística estruturalista saussureana – Saussure, feliz ou infelizmente, não é o pai de todos os linguistas –, mas da tradição da lógica e da filosofia da linguagem, de cunho analítico. Até a década de 70, a Semântica era praticada quase que exclusivamente por filósofos que, de uma maneira ou de outra, estavam respondendo a questões colocadas por Gottlob Frege (1848-1925) sobre lógica, linguagem e matemática, e entre esses filósofos podemos citar Bertrand Russell (1872-1970), Donald Davidson (1917-2003), Richard Montague (1930-1971). Na década de 70, Barbara Partee, uma linguista que estudou com Noam Chomsky e Richard Montague, transpôs essa tradição para a linguística, que desde então só floresce, e não apenas internacionalmente. Veja o vídeo http://vimeo.com/20664367 em que Barbara Partee expõe porque a semântica

Se você se interessar, procure na internete, por exemplo, os trabalhos de Angelika Kratzer, Gennaro Chierchia, Kai von Fintel, Irene Heim, Manfred Krifka, para alguns expoentes atuais.

formal é importante. Embora muito recente, há também um grupo de semanticistas de relevo no Brasil: Rodolfo Ilari, Ana Lúcia Müller, José Borges Neto, Roberta Pires de Oliveira, dentre outros.

O que caracteriza a semântica, chamada de formal, não é, como pensam alguns equivocadamente, sua relação com a sintaxe gerativa, aquela praticada pelos chomskianos. A semântica se baseia na sintaxe, mas pode escolher sua sintaxe (é muito comum encontrar semanticistas formais que se filiam a uma gramática chamada de categorial, iniciada por Montague e distante em pontos fundamentais da gramática gerativa). Uma das características principais da semântica é ser uma teoria científica e, como tal, amparar-se numa linguagem formal, num cálculo lógico. É exatamente o que os físicos fazem ao empregar a matemática para entender as leis da natureza. Porém, atenção, os físicos usam a linguagem matemática para expressar as leis da natureza, mas isso não signifi ca que eles acreditem que a natureza é matemática. Obviamente, alguns têm tal crença, entre eles o mais famoso é Galileu. O mesmo ocorre com o semanticista: a lógica que ele usa é apenas veículo de expressão das regras formuladas, de suas hipóteses – nenhum semanticista reduz a língua natural a um sistema lógico. Se você ouviu tal crítica, certamente foi de alguém que não conhece o trabalho dos semanticistas.

Veja mais em: MIOTO, C. Sintaxe do Português. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.

Alfred Tarski, um lógico e filósofo muito importante em várias áreas - porque elaborou, dentre outros, o conceito de metalinguagem -, mostrou que as línguas naturais são fundamentalmente inconsistentes, elas geram paradoxos. Com isso, ele concluiu que não era possível dar a elas um tratamento formal. Posteriormente, um outro filósofo, Richard Montague, demonstrou que podemos descrever formalmente fragmentos das línguas naturais. Essas são questões muito complexas e talvez seja preciso investigar mais para podermos saber se as línguas naturais são ou não, em parte, um cálculo.

Essa maneira de ver as línguas naturais é certamente estranha, porque historicamente fomos levados a acreditar que o estudo sobre as línguas é o oposto de ciências exatas, o oposto da matemática, dos sistemas formais. Mas, não é a toa que a matemática é uma linguagem, e talvez seja um equívoco opô-las. Ao longo deste Manual você vai se deparar várias vezes com conceitos da teoria de conjuntos da Matemática. Esperamos que esteja aí um convite para que os professores de Português desenvolvam juntamente com os professores de Matemática projetos em comum que não sejam apenas para ensinar os alunos a decifrar os problemas de matemática.

Usamos conceitos dessa teoria para entender o significado nas línguas naturais (os semanticistas também utilizam comumente funções, mas não faremos isso aqui) sem, no entanto, nos comprometermos em afirmar que há uma identidade entre elas. As línguas naturais se caracterizam por serem contextuais, por carregarem elementos dêiticos, aqueles que só ganham sentido na situação de fala, que estão totalmente ausentes das linguagens formais. Isso, porém, não significa que não podemos usar uma linguagem formal, arregimentada, como se costuma dizer, para descrever esses fenômenos.

Ao longo deste Manual, exporemos as questões com as quais lidam os semanticistas, e os métodos por eles empregados. Veremos isso nos quatro primeiros tópicos do capítulo Conceitos Básicos. O capítulo seguinte, Operações Semânticas, que traz os próximos quatro tópicos, lidará com problemas semânticos específicos e com algumas soluções encontradas na literatura. Por fim, os dois últimos tópicos do capítulo Intencionalidade lidará com problemas que têm a ver com o tempo e os mundos possíveis.

Por ser um assunto novo ao graduando de Letras, que provavelmente não viu nada de semântica no ensino médio, e também por ser um assunto relativamente complexo, que envolve rigor nos raciocínios e na resolução das atividades – afinal, a semântica usa a lógica para se expressar –, é necessário que você leia com atenção todo o conteúdo aqui proposto e se dedique à resolução dos exercícios. É quase como aprender matemática ou física: só sabemos mes- mo quando fazemos os exercícios.

Esperamos que ao final você saiba como trabalham os semanticistas, quais questões lhes interessam e como eles procuram resolvê-las. Tudo o que está exposto no que segue foi feito em termos de questionamento, com a intuição de mostrar como a língua pode ser investigada de um ponto de vista científico e com uma metalinguagem estabelecida. Esperamos que você goste!

Os autores

Unidade A
Conceitos Básicos



1 Semântica e pragmática: delimitando os campos

Neste Capítulo, você vai conhecer o domínio do campo de investigação da Semântica, diferenciando-o de outros, principalmente da Pragmática.

1.1 O vasto domínio do significado

O termo significado tem uma acepção muito mais ampla nas nossas conversas cotidianas do que tem na Linguística, e ele é ainda mais restrito quando estamos pesquisando em Semântica. É por isso que precisamos, quando estudamos semântica, ter clareza sobre o que se entende por esse termo. Por exemplo, no dia-a-dia, conversamos sobre o significado da vida. Essa não é, no entanto, uma questão semântica, porque ela pergunta sobre o significado de algo que ocorre no mundo: enquanto um fenômeno no mundo, a vida pode receber diferentes explicações, nenhuma delas semântica: a resposta dada pela biologia, pela bioquímica, pelas religiões, pelo senso-comum. A semântica, no entanto, nada pode dizer sobre o significado da vida enquanto tal ou de qualquer outra coisa no mundo, porque ela explica apenas um tipo muito específico de fenômeno: o significado que atribuímos às sentenças e expressões de uma língua natural, uma língua que aprendemos no berço, sem aprendizagem formal, sem ir para a escola.

O máximo que a semântica pode dizer é o significado da palavra 'vida', algo que aparece nos dicionários. Há uma notação específica que podemos usar para indicar quando se trata de semântica e quando se trata do fenômeno no mundo, as aspas simples, como abaixo:

(1) Qual o significado da vida?

(2) Qual o significado de 'vida'?

Na sentença em (1), o que está em causa é o próprio ato de viver, em que condições esse ato faz algum sentido. Em (2), temos uma questão

sobre o significado da palavra 'vida', algo mais próximo do que aparece nos dicionários. Só que no dicionário que semanticistas constroem, o léxico, se preocupa com palavras ou pedaços de palavras (morfemas) que têm função gramatical, como a flexão de tempo, por exemplo.

Considere outro exemplo. É comum especularmos sobre o significado de um ato. Suponha que o João é o chefe da Maria e ele saiu apressado da sala dele em direção à sala do presidente da empresa. A Maria pode se perguntar o que significa essa saída brusca de João, o que será que houve para ele sair dessa maneira, algo tão incomum. Porém, mais uma vez, essa especulação não é semântica, porque a pergunta não é sobre o significado de uma fala ou de uma expressão linguística, mas de um ato realizado por João. Contraste com a seguinte situação: João está expondo as metas da empresa para o próximo ano, e ele diz: O leiaute da nossa empresa precisa ser reformulado. E a Maria se pergunta: O que 'leiaute' significa? Neste caso, sim, estamos diante de uma indagação semântica, porque Maria se pergunta sobre o significado de uma palavra, a palavra 'leiaute', e a resposta deve ser um esclarecimento sobre o significado dessa palavra usando outras palavras: leiaute é o projeto do desenho gráfico de uma empresa. Maria aprendeu algo sobre a língua (e não sobre o mundo).

Assim, uma primeira distinção a ser traçada, no vasto domínio do termo significado, separa o significado linguístico, que é aquele veiculado pelas línguas naturais, e o significado não-linguístico, que compreende o significado que atribuímos a objetos (ou fatos) no mundo e a símbolos que não são parte das línguas naturais.



Vejamos um exemplo desse último caso. Imagine a seguinte situação: numa aula para arquitetos de interior, um instrutor explica o significado de símbolos que devem constar num projeto arquitetônico para prédios, como o que apresentamos ao lado:

– Esse símbolo - ele diz apontando para o slide na tela - significa que há acesso para cadeira de rodas. Tal uso do termo 'significa' deve fazer parte da linguística? Se você respondeu negativamente, acertou. De

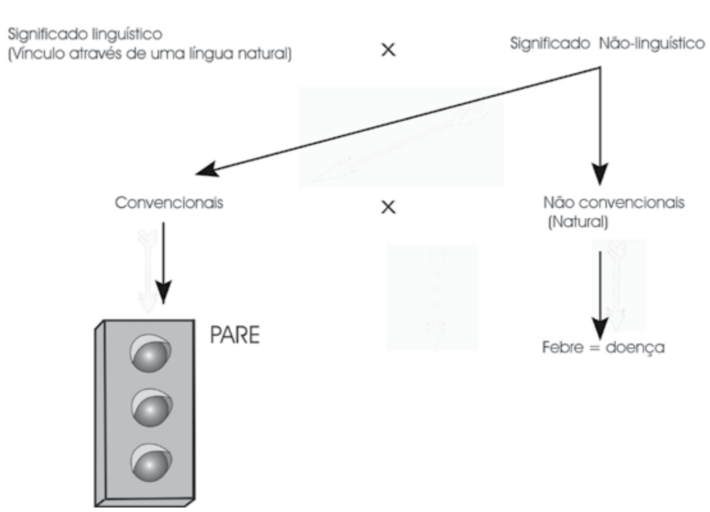
fato, esse uso do termo não se refere ao significado linguístico, embora na situação o falante esteja dando o significado de um símbolo. O problema é que o símbolo em questão não é parte de uma língua natural. Ele é um símbolo não-linguístico, embora convencional.

Considere agora outra situação. A polícia está procurando um casal que se perdeu numa floresta. De repente, os policiais veem fumaça no céu e um deles diz:

– Essa fumaça significa que alguém fez uma fogueira.

Mais uma vez, esse uso do significado não é linguístico, porque se está atribuindo significado a um fenômeno no mundo. É o que ocorre quando, ao notarmos que uma criança está com febre, dizemos: significa que ela está doente. Veja que não se está esclarecendo o significado da palavra 'febre', mas o que ter febre no mundo pode estar indicando. A febre é um sinal de doença, mas 'febre' não significa, linguisticamente falando, doença. Em nenhum dos casos questiona-se sobre o significado de expressões linguísticas, por isso eles não fazem parte do campo da semântica, cujo estudo se restringe ao significado linguístico, isto é, àquele veiculado pelas línguas naturais.

Chegamos, então, a um primeiro quadro, separando o significado linguístico do significado não-linguístico, para nos concentrarmos adiante no significado linguístico, isto é, aquele que ocorre nas línguas naturais, e que é objeto de estudo da Semântica.



1.2 O Significado linguístico

Uma primeira constatação é a de que não basta separar o significado linguístico do significado não-linguístico para delimitar o campo da Semântica, porque o estudo do significado linguístico transborda as margens do que fazem os semanticistas, as margens da semântica, ocupando também a pauta das ciências cognitivas e, em particular, da Pragmática. Para desde já entendermos um pouco melhor as diferenças e relações entre semântica e pragmática, consideraremos a seguinte situação: a Maria é a empregada de Joana. Ambas sabem que a roupa está estendida no varal. De repente, Joana profere (3):

Qual é a relação entre significados linguísticos e o que acontece no nosso cérebro?

(3) Tá chovendo.

A Maria mais que depressa sai correndo para tirar a roupa do varal, dizendo:

(4) Já tô indo tirar a roupa do varal.

Veja que os atos de Maria, inclusive o ato linguístico (seu proferimento), não respondem ou não se relacionam diretamente à sentença que Joana proferiu, mas decorrem dela. Se atentarmos apenas para o significado da sentença, notaremos que a Joana afirma que, no momento em que ela profere a sentença, é o caso de que está chovendo e nada mais. Ela não pede explicitamente para que a Maria recolha a roupa do varal, mas é possível "deduzir" que foi isso que a Joana quis dizer se contextualizarmos a fala de Joana, isto é, se atentarmos para outros elementos dados pela situação de fala e que constituem o proferimento linguístico: Joana e Maria sabem que a roupa está no varal, que Maria é a empregada - ela é quem deve cuidar dos afazeres da casa - que chuva molha a roupa, que o que a Joana disse é verdade (a Joana não está brincando) etc. Todas essas informações (e outras) constituem o fundo conversacional no qual o proferimento de Maria se realiza, e esse fundo permite um raciocínio inferencial, como: dada a situação, se a Joana disse que está chovendo é porque ela quer que a roupa seja recolhida do varal. Tanto a resposta quanto os atos de Maria mostram que ela entendeu

o pedido indireto de Joana. Esse significado é também linguístico, porque ele depende do que foi dito na situação, mas ele não é propriamente semântico, porque ele depende de um cálculo inferencial (da esfera da pragmática) que envolve raciocinar com elementos contextuais a partir do significado da sentença, este sim objeto da semântica.

Vejamos outra situação:

Cláudia é a mãe de Pedro, e ele está se preparando para sair para a escola. Ela nota que ele não está levando nem capa de chuva, nem guarda-chuva, e ela sabe que está chovendo. Então, ela profere:

(5) Tá chovendo.

A fala de sua mãe leva Pedro a pegar o guarda-chuva antes de sair. A sentença (5) diz exatamente o mesmo que a sentença (3): no momento em que o falante profere a sentença é o caso de que está chovendo – a semântica das duas sentenças é a mesma. Mas, as inferências mudaram, porque mudou o fundo conversacional em que se dá a interação linguística. Nesse caso, os elementos na situação levam a outro raciocínio: se minha mãe disse que está chovendo é porque ela quer que eu leve o guarda-chuva, para que eu não me molhe.

Assim, mesmo restringindo a noção de significado para a de significado linguístico podemos ainda delimitar dois aspectos de significado: um que está atrelado ao significado da sentença, a uma composição estrita do significado das palavras, e outro, que depende do significado da sentença mais informações sobre a situação em que a sentença é proferida pelo falante. Essa é a distinção entre o significado da sentença e o significado do falante, respectivamente.

> Podemos, grosso modo, dizer que à Semântica cabe o estudo do significado da sentença, enquanto cabe à Pragmática o estudo do significado do falante.

Não é difícil encontrar na literatura a distinção entre significado da sentença e significado do falante sendo estabelecida através da ausência ou presença do contexto para o cálculo do significado – algo como: a semântica estuda o significado fora do contexto ("fora de uso"). No entanto, é preciso tomar cuidado com essa definição porque a interpretação do sentido da sentença muitas vezes leva em consideração o contexto, a situação de fala. Por exemplo, o significado da sentença (3) e (5) é: no momento em que a sentença é proferida, é o caso de que está chovendo. Assim, essa sentença é verdadeira somente se, quando o falante a profere, é o caso de que está chovendo, não importa se no contexto de (3) ou de (5). Note, contudo, que incorporamos o contexto nessa descrição porque é necessário saber quando o falante profere (3) ou (5): ora, a verdade da sentença depende de estar ou não chovendo quando a sentença é pronunciada, e o quando (data, hora) não são linguísticos, mas estão presentes na determinação do significado da sentença.

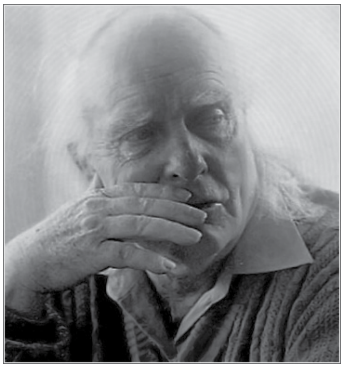
Vejamos outro exemplo. A sentença

(6) Eu estou com fome.

Significa que o falante, no momento em que profere a sentença, está num estado de fome. Num mesmo momento, ela pode ser verdadeira para um falante e falsa para outro. Ou ela pode ser verdadeira para um falante num momento e falsa para o mesmo falante em outro momento. Sem levarmos em consideração o contexto, não há como estabelecer plenamente o significado dessa sentença (e da maior parte das sentenças nas línguas naturais).

Uma maneira mais segura de separar a semântica da pragmática é através da noção de intenção do falante: a pragmática busca reconstruir o que o falante quis dizer ao proferir uma sentença, qual era a sua intenção comunicativa; é importante notar que se trata de intenção comunicativa, isto é, o falante quer que o ouvinte perceba sua intenção ao proferir uma dada sentença. Há, evidentemente, outras intenções para além da comunicativa, mas essas não pertencem ao domínio da linguística.

Nos termos do filósofo Paul Grice, a Semântica se ocupa do significado literal (ou gramatical), da sentença, enquanto a Pragmática estuda o significado do falante. Nessa visão, a semântica tem como objetivo reconstruir o sentido da sentença, porque a composição de palavras fornece significado à sentença. Ambas remetem ao contexto, mas o fazem com finalidades distintas.



Herbert Paul Grice (1913–1988) filósofo da linguagem.

Como você pode ter notado, as relações entre semântica e pragmática são bastante estreitas e as questões levantadas pela pragmática requerem um estudo à parte (que não será alvo direto desta Disciplina). Nosso interesse é apenas separá-la da semântica. A discussão acima deve ter permitido entender os seguintes quadros:

Semântica	Pragmática
Significado da Sentença (SS). O que a sentença diz.	Significado do falante (SF). O que o faltante quer dizer com a sentença que ele profere.

Observe outro exemplo, com base nesse quadro: Suponha que Maria responda à pergunta 'Quem quer namorar um semanticista?' usando a seguinte sentença: 'A Teresa quer namorar um semanticista'. Com esse proferimento, é possível salientar duas interpretações semânticas (a e b a seguir) se o proferimento é feito fora de algum contexto específico, e no mínimo quatro interpretações pragmáticas (c, d, e, f) podem ser tomadas, somente depois que escolhermos entre (a) ou (b):

a) A Teresa quer namorar um determinado indivíduo, que é semanticista.

b) A Teresa quer namorar alguém, desde que seja um semanticista.

c) A Teresa quer namorar um determinado indivíduo, semanticista: ela sabe quem é, mas não Maria, porque Teresa não lhe revelou o seu nome.

d) A Teresa quer namorar um determinado indivíduo semanticista: também disse a Maria como se chama e o apresentou a ela, mas Maria, por precaução, não julga oportuno entrar em particulares.

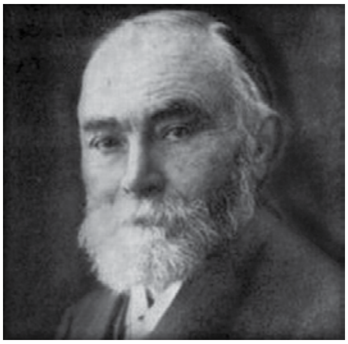
e) A Teresa está interessada em um determinado indivíduo e deseja namorá-lo, que a Maria sabe quem é. Ocorre que a Maria também sabe que é um semanticista. Neste ponto não é relevante decidir se a Teresa sabe disso ou não. O fato é que a Maria julga que, como a Teresa está defendendo uma tese em Sintaxe, os dois não poderão nunca se entender e aquele namoro não vai acontecer (suponha que sintaticistas e semanticistas não se combinam ou são rivais). Ou seja, a Maria exprime aos interlocutores (que conhecem muito bem as ideias de Teresa) a sua perplexidade.

f) A Teresa quer namorar um determinado indivíduo, que é semanticista; a Teresa terminou com um namorado que estuda sintaxe, assim como ela. Mas, nesse ponto, a Teresa quer fazer ciúmes ao ex- namorado, namorando um semanticista. Todos sabem que o ex-namorado de Teresa odeia semanticistas e isto seria muito penoso para ele.

No exemplo acima, a sentença traz duas interpretações semânticas, visíveis em (a) e em (b); isto é, a sentença 'A Tereza quer namorar um semanticista' é ambígua. Cada interpretação pode ainda disparar outras inúmeras interpretações pragmáticas, como exemplificado de (c) a (f). Percebe-se que na pragmática outras informações são necessárias, como, por exemplo, as intenções de Tereza presente na interpretação pragmática (f): ela quer fazer ciúmes ao ex-namorado, que o ex-namorado odeia semanticistas etc. Mais uma vez, na pragmática, o falante mobiliza outras informações além daquelas oriundas do significado da sentença, como, por exemplo, o conhecimento prévio dos interlocutores, as intenções, o que já foi dito antes etc. A ideia é que a pragmática precisa do significado da sentença, aliado às intenções do falante no momento de proferimento da sentença.

1.3 A noção de significado

Esta Unidade começou com a explicação da noção de significado nos limites da Semântica. Para a Semântica, significado se restringe ao que as sentenças de uma língua veiculam, sem levar em consideração a intenção do falante. Mas, mesmo essa noção restrita precisa ainda ser melhor compreendida.


Gottlob Frege (1848-1925)

Essa foi uma das muitas contribuições de Gottlob Frege para a semântica das línguas naturais. Frege, no famoso artigo "Sobre o Sentido e a Referência" (1892, Über Sinn und Bedeutung), mostra que é preciso distinguir facetas no conceito de significado, pois se não separamos esses aspectos não entendemos as razões das sentenças (7) e (8) serem semanticamente distintas, tendo em vista que em ambas se estabelece uma identidade entre dois nomes próprios:

(7) A Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã.

(8) A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde.

Gottlob Frege foi um matemático e filósofo alemão que viveu entre 1848 e 1925, e é reconhecido como o pai da semântica formal. Suas pesquisas influenciaram áreas da lógica, da filosofia e dos estudos do significado. Muitos dos conceitos que utilizamos em semântica formal são frutos do seu trabalho, como o princípio da composicionalidade, a formalização dos quantificadores, a distinção entre sentido e referência. Com suas pesquisas, Frege praticamente lançou a agenda dos estudos em semântica, discutindo problemas como a pressuposição, atitudes proposicionais, intensão versus extensão. A distinção entre sentido e referência, crucial em seu pensamento, pode também ser entendida como o que significa exatamente o sinal de identidade '=' e o que ele relaciona. Se retornamos ao nosso par de exemplos.

(7) A Estrela da Manhã é a Estrela da Manhã.

(w8) A Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde.

Podemos dizer que vemos relacionado em (7) e em (8) não referências, mas sim sentidos. A identidade do objeto no mundo garante que estamos diante de maneiras distintas de atingirmos esse objeto. Por isso, (8) é uma sentença interessante: ao informarmos sentidos diferentes para um mesmo objeto, aprendemos algo novo sobre o mundo.

A sentença (7) é chamada de analítica, porque ela é verdadeira sempre, independente de como o mundo é – ora, se uma sentença é sempre verdadeira, independentemente dos fatos, podemos dizer que ela não é informativa, ou seja, não aprendemos nada com ela.

Proferir uma sentença analítica, que é obviamente verdadeira, dispara imediatamente uma implicatura, uma inferência pragmática. Se o falante está dizendo algo que é trivialmente verdadeiro, então é porque ele está querendo dizer outra coisa; afinal, por que diríamos algo que (todos sabem que) é sempre verdadeiro?

Podemos pensar o seguinte: no caso de alguém dizer 'O João é o João', em que o ouvinte conhece o João e sabe que ele tem uma característica marcante (por exemplo, ser extremamente meticuloso), o significado do falante ao proferir 'O João é o João' é justamente chamar a atenção para essa característica do João (pense em casos como 'Mãe é mãe').

Voltando à sentença (7), vemos que ela estabelece uma identidade entre o mesmo nome, 'A Estrela da Manhã'. Por sua vez, a sentença (8) estabelece uma identidade entre nomes diferentes; como em 'O João é o João Paulo'.

Nesse caso, temos uma sentença informativa: suponha que você sabe quem é o João, mas não sabe quem é o João Paulo; ao ouvir que

'O João é o João Paulo' você aprendeu algo novo, que o João tem dois nomes: 'João' e 'João Paulo'. É claro que a verdade (ou a falsidade) da sentença (8) depende de como o mundo é. Não é necessário que o João tenha os nomes 'João' e 'João Paulo'; podemos pensar em vários mundos parecidos com o nosso, em que João tem apenas um nome. O mesmo se aplica à sentença (8): que 'Estrela da Manhã' e 'Estrela da Tarde' sejam dois nomes para um mesmo objeto no mundo - o planeta Vênus - é algo contingente (e não necessário). Sentenças como (8) são sintéticas, precisamente porque sua verdade ou falsidade depende de como o mundo é. No nosso mundo, a sentença (8) é verdadeira. Veja que podemos imaginar um mundo em que (8) seja falsa: basta que 'A Estrela da Manhã' e 'A Estrela da Tarde' denotam objetos distintos.

A teoria clássica de significado, à qual Frege se contrapôs, entendia que o significado de uma expressão era o objeto no mundo. Assim, o significado de 'Estrela da manhã' seria o objeto no mundo, no caso o planeta Vênus. Mas, se fosse esse o caso, como é que diferenciaríamos (7) e (8)? Dado que ambas são verdadeiras, então elas denotam o mesmo objeto. Se este é o caso, como percebemos que elas são diferentes? Como é que descobrimos que 'Estrela da Manhã' e 'Estrela da Tarde' são dois nomes diferentes se o significado é objeto no mundo? Não há como. A solução proposta por Frege é distinguir aspectos do termo significado: quando sabemos o significado de uma sentença sabe- mos duas "coisas": a que objeto ela se refere e o sentido da expressão, isto é, o pensamento que está associado àquela expressão. O que diferencia (7) e (8) é o fato de que seu sentido é diferente; o pensamento que elas veiculam não é o mesmo, embora elas denotem o mesmo objeto.

Frege mostrou, então, que a noção de significado comporta duas "facetas", ambas objetivas, porque publicamente acessíveis: o sentido e a referência.

A referência é o objeto no mundo, enquanto o sentido é o modo de apresentação do objeto, como conhecemos esse objeto, o caminho que nos leva até ele.

Um mesmo objeto pode ser apresentado de diferentes maneiras, por caminhos diversos. Quando nos deparamos com um novo "caminho", um novo sentido, aprendemos algo a mais sobre o objeto. Em (8) temos dois caminhos, 'Estrela da Manhã' e 'Estrela da Tarde', para uma única referência, o planeta Vênus, como mostra o desenho a seguir (ver lado direito), enquanto em (7) temos um único caminho, 'Estrela da Manhã', para a referência (ver lado esquerdo):



Quanto mais sentidos temos para chegar a um mesmo objeto, mais sabemos sobre esse objeto; podemos abordá-lo através de mais entradas. Considere o seguinte Clarice Lispector. Esse indivíduo é alcançado pelo nome próprio 'Clarice Lispector'. Mas, podemos alcançá-lo usando outras expressões que funcionam como um nome próprio, isto é, que permitem alcançar um e apenas um indivíduo. As descrições definidas cumprem essa função, por isso mesmo Frege também as denomina de nomes próprios. Eis algumas descrições definidas que alcançam o indivíduo Clarice Lispector: 'a escritora ucraniana mais famosa do Brasil', 'a autora de A Hora da Estrela' . Se, por exemplo, você não sabia que a Clarice Lispector era ucraniana, ao interpretar a sentença 'Clarice Lispector é a escritora ucraniana mais famosa do Brasil ' você aprendeu algo a mais sobre ela. Aprendemos sobre o mundo através de sentenças sintéticas.

Contudo, aqui é preciso fazer uma ressalva: não se deve confundir o caso de (8) com a sinonímia. Em (8), não temos um exemplo de sinonímia, porque há dois sentidos que são identificados, i.e., há duas representações para o mesmo objeto. Na sinonímia temos um único sentido (um único caminho) veiculado por expressões distintas, por isso sinonímias são sentenças analíticas; mais adiante, no próximo tópico, veremos detalhadamente a noção de sinonímia; por enquanto, nos basta apenas um exemplo:

(9) 'A Maria é mulher de Pedro' é o mesmo que 'A Maria é esposa de Pedro' .

O que caracteriza a sinonímia é expressar o mesmo pensamento (o mesmo conceito), o mesmo sentido, através de expressões distintas:

'ser esposa de' e 'ser mulher de' veiculam o mesmo conceito através de palavras diferentes. Se é o caso de que a Maria é mulher do Pedro, tem que ser o caso, necessariamente, de que a Maria é esposa de Pedro. Não é possível imaginar um mundo em que seja verdadeiro que a Maria é a mulher do Pedro e outro em que é falso que ela é a esposa do Pedro. É diferente, é claro, usar 'ser esposa de' e 'ser mulher de', mas essa diferença não é semântica, não se dá no plano dos conceitos; essa diferença é sociolinguística: 'esposa' é uma palavra mais formal do que 'mulher', por exemplo. Nesse caso, 'esposa' e 'mulher' são um único caminho. Não há, portanto, acréscimo de informação sobre o mundo: se você já sabe que a Maria é mulher do Pedro, dizer que ela é esposa não acrescenta informação sobre o mundo. O que pode ocorrer é uma aprendizagem sobre a linguagem: aprende-se uma nova expressão, sem haver acréscimo de sentido.

1.4 Considerações finais

Ao fim deste Tópico, você já deve estar familiarizado com o campo de estudo da Semântica. Assim como para quaisquer campos de investigação científica, é imprescindível que separemos nosso objeto de estudo dos objetos das demais disciplinas – próximos ou distantes a ele. Para o caso da Semântica, vimos que ela estuda o significado da sentença; num segundo momento, isolamos esse significado do uso que fazemos dele, o qual é, por sua vez, o campo de estudo da Pragmática.

Começamos a ver também as primeiras ideias de Frege e o ferramental básico do semanticista, como os conceitos de sentido e de referência. Nos tópicos a seguir, exploraremos cada vez mais essas ideias e conceitos.

2 O conhecimento semântico e os nexos de significado: acarretamento, contradição e sinonímia

Você vai ver aqui o que é e como é o conhecimento semântico. Ele é nosso objeto de estudos e se caracteriza por delimitar as condições de verdade de uma sentença, pela composicionalidade e pelos nexos semânticos, entre eles o acarretamento, a sinonímia e a contradição.

2.1 Conhecimento semântico (implícito)

O objeto de estudo da Semântica não é propriamente o significado das sentenças, mas a capacidade que um falante tem para interpretar qualquer sentença de sua língua. Esse conhecimento implícito não se resume no conhecimento do significado das partes de uma sentença, mas na capacidade de combiná-los recursivamente e de a partir dele deduzir outros significados. A pergunta da semântica é: o que um falante (de uma língua natural) sabe quando sabe o sentido de uma sentença qualquer de sua língua? Responder a essa pergunta é construir uma teoria sobre um tipo particular de conhecimento: o conhecimento que um falante tem do significado das sentenças (e palavras) de sua língua. Evidentemente, esse conhecimento é implícito, isto é, o falante tem esse conhecimento e o utiliza nas suas interações cotidianas, mas não sabe descrevê-lo, não o conhece conscientemente. Ele é como o conhecimento implícito que temos e que nos permite caminhar: sabemos caminhar, mas são poucos (se é que há alguém) os que sabem todos os passos que permitem que caminhemos: quais articulações se movem ou quais músculos e nervos sensoriais estão envolvidos, por exemplo. O mesmo ocorre com o conhecimento que temos do significado das sentenças: sabemos o que as sentenças da nossa língua significam, mas não sabemos descrever e explicar cientificamente esse conhecimento. Este é justamente o objetivo do semanticista: descrever e explicar esse conhecimento semântico que um falante tem.

Neste Tópico, vamos responder, parcialmente, essa questão: o que um falante sabe quando sabe o significado de uma sentença qualquer de sua língua? Certamente, ele sabe em que condições uma sentença qualquer de sua língua é verdadeira, e em que momentos ela é ou não verdadeiramente usada. Ele também sabe compor e interpretar sentenças que nunca ouviu antes. Finalmente, ele sabe deduzir de uma sentença outras sentenças. Antes de lidar especificamente com cada um desses conhecimentos, vamos exemplificá-los rapidamente.

Suponha que alguém peça para você dizer o que a sentença 'Tá chovendo' significa. Você certamente sabe a resposta e uma maneira muito frequente de explicar é dizer quando a sentença 'Tá chovendo' é verdadeira: a sentença 'Tá chovendo' é verdadeira se está chovendo quando o falante a profere. Esse seu conhecimento não se restringe, obviamente, a essa sentença, ele se aplica a qualquer outra; até mesmo a uma sentença que você nunca ouviu antes. Muito provavelmente, você nunca ouviu ou leu a sentença a seguir:

(1) Uma nuvem alaranjada tomou devagarzinho o quarto de Sara.

Você não tem qualquer problema em imaginar como o mundo deve ser para que ela seja verdadeira, certo? Como você sabe isso? Ora, você sabe o que as palavras em (1) significam e sabe combiná-las, por isso você pode interpretar um número infinito de sentenças. Veja que se você sabe que a sentença (1) é verdadeira, você sabe outras sentenças, como:

(2) Há um único quarto que é de Sara.

(3) O evento (a nuvem alaranjada tomar devagarzinho o quarto de Sara) ocorreu no passado.

Esse outro conhecimento é derivado do fato de que você entendeu a sentença (1). Assim, quando sabemos o significado de uma sentença, sabemos, inevitavelmente, o significado de muitas outras sentenças que estão "enredadas" nela.

Faz parte desse conhecimento a capacidade de parafrasear. Inicialmente, é preciso diferenciar entre uma paráfrase desencadeada pelo léxico daquela que a própria sentença opera. Eis alguns exemplos:

Tradicionalmente, a paráfrase é entendida como alternativa de expressão que mantém o mesmo sentido.

(4) João é vizinho de Pedro ≈ Pedro é vizinho de João.

(5) Maria é mais gorda que Joana ≈ Joana é mais magra que Maria.

(6) Maria atravessou a Avenida Paulista ≈ Maria cruzou a avenida paulista.

(7) A casa de Maria fica atrás do Hospital ≈ O hospital fica na frente da casa de Maria.

Há ainda a paráfrase desencadeada pelas sentenças, que é a que nos interessa aqui. Algumas operações sintáticas permitem que algumas sentenças derivem o mesmo sentido. Certas operações fazem esse papel de conservar o mesmo sentido, como a nominalização, a substituição de formas verbais (finita x infinita) ou o alçamento de verbos, como nos mostram as sentenças a seguir, respectivamente:

(8) Os gafanhotos destruíram a cidade ≈ A destruição da cidade pelos gafanhotos.

(9) Nas férias, era comum eu estudar semântica ≈ Nas férias, era comum que eu estudasse semântica.

(10) Em época de eleições, foi preciso que a Polícia Federal interviesse em algumas cidades ≈ Em época de eleições, a Polícia Federal precisou intervir em algumas cidades.

Como esse conhecimento pode ser explicado? Como descrever esse conhecimento através de uma teoria do significado? A ideia é a de que, quando interpretamos qualquer sentença em nossa língua, de alguma forma, construímos um esboço de como o mundo deve ser para que a sentença seja verdadeira, suas condições de verdade.

2.2 Condições de verdade

Como dissemos, um primeiro aspecto do conhecimento semântico de um falante e que uma teoria semântica deve capturar é o fato de que ele sabe em que condições o mundo precisa estar para que uma sentença seja verdadeira. É por isso que na semântica se afirma que o significado de uma sentença são as suas condições de verdade. Sublinhe-se que se trata de condições de verdade, isto é, o falante pode não saber se a sentença é efetivamente verdadeira ou falsa; o que interessa é que ele com certeza sabe em que condições ela pode receber um ou outro valor de verdade: o verdadeiro ou o falso. Por exemplo, podemos dizer precisamente em que condições a sentença (11) pode ser verdadeira (suas condições de verdade) sem que possa- mos verificar se ela de fato é verdadeira:

(11) Tem 531 insetos no meu jardim neste momento.

A Semântica não lida com o uso da sentença, mas com a sentença em sua potencialidade de uso. As condições de verdade expressam o conhecimento mínimo que um falante tem quando ele sabe o que uma sentença significa: o potencial de uso dessa sentença. O mínimo que ele sabe, se ele entende uma sentença, é separar, através dela, o mundo em dois blocos: de um lado, as situações em que a sentença é verdadeira; de outro, aquelas em que ela é falsa. Ao ouvir a sentença 'tá chovendo', um falante do PB delimita dois "esboços" de mundo:

Leia-se Português Brasileiro.

'Tá chovendo' é falsa

'Tá chovendo' é verdadeira

O falante sabe que a sentença 'Tá chovendo' é falsa nos mundos à esquerda do quadro; e é verdadeira nos mundos à direita. É nesse sentido que uma sentença desenha um esboço de como o mundo deve ser para que ela seja verdadeira, o que significa que ela também desenha os mundos em que é falsa. Assim, uma sentença estabelece uma relação entre linguagem e estados de mundo (ou mundos), deixando espaço

para muita vagueza e indeterminação, dois fenômenos semânticos bem interessantes, por isso falamos em esboço.

O significado de uma sentença é sempre (e necessariamente) indeterminado, precisamente porque ele recobre inúmeras situações (no nosso exemplo, situações em que está uma chuva fraca, chuva com sol, chuva forte, chuvinha...) em que ela é verdadeira. A indeterminação deve ser distinguida da vagueza, o fato de que muitas vezes não temos certeza se a sentença é verdadeira ou não em uma dada situação. Por exemplo, se no momento em que 'Tá chovendo' é proferida falante e ouvinte estão numa situação em que está uma chuvinha bem fininha poderia ser difícil de definir se está ou não chovendo, ou se eles estão numa forte maresia, por exemplo. Estamos, nessa situação, num caso limite em que tanto é possível afirmar que está chovendo, quanto que não está.

A indeterminação vem do fato de que uma mesma sentença é verdadeira em muitas situações diferentes, sem que o falante tenha dúvida sobre se a sentença se aplica ou não à situação. Por exemplo, estamos numa situação em que nenhum de nós tem dúvida sobre se está ou não chovendo; estamos de acordo que está chovendo. Mas, são inúmeras as situações em que isso ocorre: está chovendo e frio; está chovendo e calor; está chovendo forte, muito forte, é uma tempestade etc.

O significado de uma sentença estabelece, então, em que condições no mundo ela é verdadeira e, portanto, em que condições ela é falsa. Esse modelo permite entendermos como se dá a troca de informação através da linguagem. Suponha que um amigo seu telefone de São Paulo e pergunte:

(12) Como está o tempo aí?

A palavra 'aí' é um dêitico, isto é, uma expressão linguística cujo significado só é plenamente determinado (interpretado) se se levar em consideração a situação de fala. Trata-se assim de um elemento variável cuja interpretação depende do contexto: se o ouvinte está

em Salvador, 'aí' significa Salvador; se ele está em Manaus, significa Manaus, e assim por diante. Os exemplos claros de dêiticos são os pronomes pessoais, como 'eu' e 'você': quando eu falo 'eu' refiro-me a mim, que sou o falante, e o 'você' refere-se ao ouvinte, você; quando você fala, 'você' passa a ser eu e 'eu' passa a ser você. Confundiu? Então leia aten- tamente prestando atenção na presença e ausência de aspas simples que indicam a língua-objeto, isto é, a língua que estamos explicando.

Suponha que o ouvinte, a quem foi endereçada a pergunta (12), esteja em Florianópolis. Nesse caso, 'aí' significa Florianópolis, o lugar onde o ouvinte está. Logo, o falante pergunta sobre o tempo em Florianópolis, uma informação que o ouvinte tem, já que ele está em Florianópolis. Se o falante não sabe como está o tempo em Florianópolis, então seu estado de conhecimento inclui mundos em que chove em Florianópolis e mundos em que não chove em Florianópolis; é por isso mesmo que ele faz a pergunta sobre o tempo. Ao ouvir 'Tá chovendo' como resposta, há uma mudança no estado de conhecimento do falante: agora ele sabe sobre o tempo em Florianópolis.

Quando dizemos que o falante tem conhecimento semântico, queremos dizer que ele sabe em que condições uma sentença qualquer de uma língua pode ou não ser verdadeira. Um semanticista procura desvendar esse conhecimento, construindo uma teoria do significado. Para tal empreendimento, ele utiliza o que se denomina metalinguagem, que iremos discutir no próximo Capítulo.

2.3 Composicionalidade

Uma outra característica do conhecimento semântico de um falante e que, portanto, deve ser apreendida por uma teoria do significa- do linguístico, é a composicionalidade. Quando um falante sabe o significado de uma sentença, ele sabe não apenas suas condições de verdade,

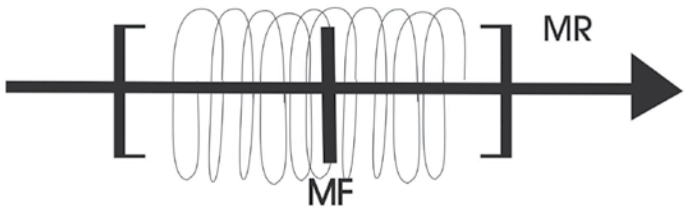
ele sabe também "compô-la" e "decompô-la". Se o falante entende a sentença 'Tá chovendo', ele sabe o significado de 'estar' e 'chovendo' e, na verdade, sabe que 'chovendo' se decompõe em 'chov(e)-' e '-ndo'. Sabe ainda que essas "unidades" mantêm o mesmo significado em infinitas sentenças nas quais elas podem ocorrer. Por exemplo, veja que 'chov(e)-' dá a mesma contribuição nos diferentes contextos em que aparece – de passagem, um falante também sabe que o significado de 'chover' está relacionado com chuva:

(13) a. Vai chover.

b. Choveu ontem.

c. Choveria, se não estivesse ventando.

O falante sabe ainda qual é a contribuição do progressivo, representado em 'Tá chovendo' pela perífrase verbal 'estar V+ndo' ('estou cantando', 'está falando'). Ele sabe que no contexto em que 'Tá chovendo' é proferida, a perífrase indica progressividade, isto é, o evento descrito, o evento de chuva, está ocorrendo simultaneamente ao momento de fala, como aparece no esquema a seguir:



A composicionalidade expressa o fato de que um falante sabe compor o significado de uma sentença a partir do significado de partes mínimas, isto é, o significado de uma expressão mais complexa é o resultado de uma composição de suas partes. No caso de 'Tá chovendo', o falante "soma" o significado de 'chov(e)-' mais o significado da perífrase 'estar + -ndo' e calcula o significado da sentença 'está chovendo.'

A composicionalidade explica a criatividade, a capacidade de estarmos a todo instante construindo e interpretando sentenças que nunca ouvimos antes.

É muito provável que ninguém que esteja lendo este Manual já tenha encontrado a sentença a seguir, mas nenhum de nós tem qualquer problema em interpretá-la, isto é, todos nós sabemos em que condições ela é verdadeira:

13) O gato azul está de ponta-cabeça.

Essa sentença é verdadeira em todos os mundos em que há um único gato saliente no contexto e esse gato é azul e ele está de ponta-cabeça. Não temos problema algum para interpretá-la porque conhecemos o significado de cada um dos termos que a compõem.

Com a obra Syntactic Structures (1957)

Chomsky foi o primeiro, na linguística, a chamar a atenção para o fato de que os falantes são criativos, porque produzem e inter- pretam sentenças que nunca ouviram antes. Esse fato, aparentemente tão trivial, refutou tanto as teorias comportamentais da aprendizagem (que acreditam que as línguas humanas são aprendidas por estímulo e resposta) quanto as teorias estruturalistas sobre a linguagem humana (que entendiam, grosso modo, que a linguagem era um conjunto "fecha- do" de sentenças). Chomsky mostra que a linguagem é aberta, infinita, indeterminada, mas previsível no sentido de que podemos "calcular" o novo, porque sabemos "construir" sentenças a partir do significado de unidades mínimas (átomos) e regras de combinação, que são recursivas, isto é, se aplicam repetidamente, em diferentes situações.

Segundo Chomsky, Hauser e Fitch (2002), a recursividade é a propriedade que distingue a linguagem dos seres humanos da linguagem dos demais animais. Somente na linguagem dos seres humanos é

possível "calcular" o novo. Se uma abelha tem de comunicar a outras abelhas que o inimigo vem chegando, ela se utiliza de um conjunto de fatores, a dança, a batida das asas, o zumbido etc., que devem ser desempenhados de uma única forma, senão as outras abelhas não vão entendê-la. Ou seja, há um único caminho para se chegar ao objetivo. Em outras palavras, as abelhas não têm capacidade de fazer paráfrases, nem de criar novos proferimentos. Já na linguagem humana são possíveis infinitas maneiras de se alcançar tal objetivo, ou, nos termos de Frege, diferentes sentidos para se chegar a uma referência.

Na sentença 'Tá chovendo', combinamos o significado de 'chov(e)-' com o significado do progressivo, através de uma regra que permite combinar radicais verbais com a perífrase progressiva, 'estar –ndo'. Essa regra de combinação é a mesma que recorre em inúmeras outras sentenças da língua (como em 'está nevando', 'está chuviscando', 'está amando', 'está falando' etc.).

Evidentemente, um dos problemas que o semanticista enfrenta é determinar quais são as unidades mínimas e como elas são adquiridas pelo falante. A determinação das unidades mínimas para constituir o léxico de uma língua é uma tarefa bastante complexa e que se dá na interface com a morfologia. Considere, por exemplo, a sentença:

Recapitule algumas noções de Morfologia em: MARGOTTI, Felício W. Morfologia do Português. Florianópolis: LLV/ CCE/ USFC, 2008.

(14) O João saiu apressado.

Certamente, o léxico deve conter um item para 'sair', uma raiz como 'sa(i)-', que se combina com diferentes flexões, cada uma delas conglomerando significados: '-u' indica terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo. Compare com:

(15) O João saía apressado.

As sentenças (14) e (15) não têm o mesmo significado e a diferença, neste caso, está no aspecto: o primeiro é perfectivo; o segundo, imperfectivo.

Veja que no léxico estão o radical e os sufixos tempo-aspectuais. Já 'apressado' é mais complicado: vamos colocá-lo no léxico nessa forma? Ou será que no léxico deve aparecer apenas 'pressa' e 'apressado' deve ser gerado via uma regra de derivação morfológica que passa do adjetivo 'pressa' para o verbo 'apressar' e, finalmente, a forma de particípio passado do verbo ou de adjetivo 'apressado'? Esses são problemas de quem estuda morfologia e também do semanticista que determina os átomos de significação.

2.4 Nexos semânticos

Outra propriedade que caracteriza o conhecimento semântico de um falante é sua capacidade de deduzir sentenças de outras sentenças. O falante não sabe apenas em que condições uma sentença é verdadeira e como (de)compô-la, ele sabe outras sentenças quando ele sabe uma sentença. Por exemplo, suponha que a sentença 'Tá chovendo' seja verdadeira . Nesse caso, o falante também sabe que a sentença (16) é falsa, e que a sentença (17) é verdadeira:

(16) Não tá chovendo.

(17) Tá caindo chuva.

Se 'Tá chovendo' for falsa, obtemos um resultado oposto e completamente previsível: (16) é verdadeira e (17) é falsa. Sabemos isso simplesmente porque entendemos o que uma sentença significa e esse entendimento envolve conhecer outras sentenças que estão semanticamente relacionadas à sentença conhecida.

O par 'Tá chovendo' e 'Não tá chovendo' exemplifica um caso de contradição: se a primeira é verdadeira, a segunda tem que ser (necessariamente) falsa e vice-versa. Em outros termos, suponha que A e B são sentenças quaisquer de uma língua, e que V e F estão por "verdadeiro" e "falso", respectivamente; assim, uma contradição ocorre quando:

se A é V, B é F (e vice-versa)

Sentenças contraditórias são sentenças que não podem ser simultaneamente verdadeiras: se está chovendo não pode ser o caso de que não está chovendo (e vice-versa).

Alguém pode replicar o seguinte: mas às vezes a gente diz 'tá e não tá chovendo'. É verdade, mas, em geral, esses são casos em que o falante está criando uma implicatura – raciocínios pragmáticos – ou casos de limites vagos para os quais não há certeza sobre o uso da sentença. Em geral, é muito estranho afirmar contradições como 'João é e não é homem' e, por isso mesmo, elas tendem a disparar implicaturas: o que o falante quer ao proferir uma sentença contraditória é implicar que algumas características do predicado se aplicam, enquanto outras não se aplicam. Assim, ao proferir a contradição acima o falante está implicando que em alguns aspectos João é homem e em outros não. Mas, essa é uma maneira de resolver a (aparente) contradição.

A relação entre 'Tá chovendo' e 'Tá caindo chuva' é, ao mesmo tempo, de acarretamento e de sinonímia, que nada mais é do que um duplo acarretamento (ou acarretamento em mão dupla).

Uma sentença A acarreta outra sentença (B) se em todos os contextos em que A é verdadeira B também é verdadeira, por isso dizemos que, se há acarretamento, uma sentença se segue necessariamente da outra.

Por exemplo, se está chovendo, então é certo que está cain- do chuva, afinal não é possível imaginar uma situação em que es- teja chovendo sem que caia chuva do céu (deixe de lado os usos metafóricos envolvendo 'chover', como por exemplo 'está chovendo pétalas de rosa'). Note ainda que a sentença 'Tá caindo chuva' acarreta a sentença 'Tá chovendo': se está caindo chuva, então está chovendo. Quando há duplo acarretamento, temos sinonímia.

Acarretamento (de A para B): Se A é V, então B é necessariamente V.

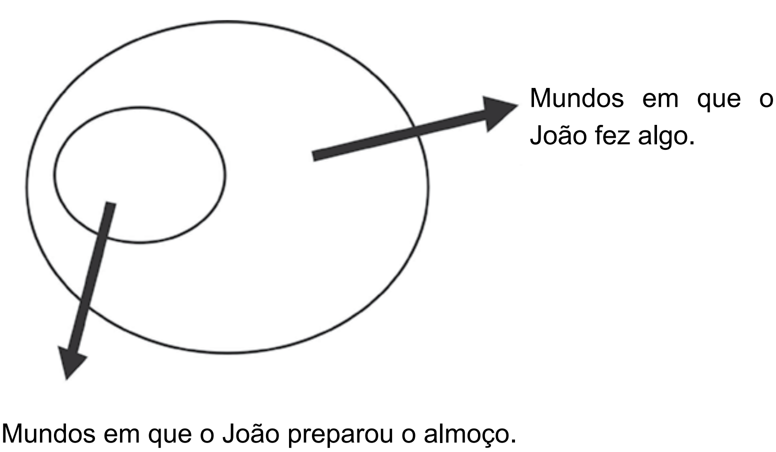
Sinonímia: A acarreta B e B acarreta A.

Note que a relação de acarretamento supõe uma "direcionalidade": se A é V, então B é necessariamente V. A sinonímia é o acarretamento de mão dupla porque ele vale nas duas direções. Mas, nem sempre acontece de termos o duplo acarretamento. Por exemplo, a sentença (18) acarreta a sentença (19), mas o contrário não é verdadeiro, logo não há sinonímia:

(18) João preparou o almoço.

(19) João fez algo.

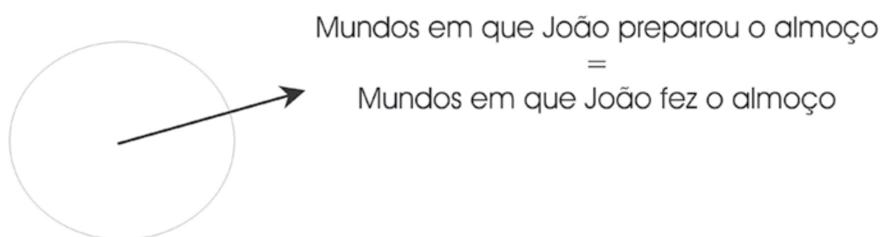
É claro que os mundos em que João cozinhou o almoço são mundos em que ele fez algo (há, portanto, acarretamento de (18) para (19)), mas os mundos em que João fez algo incluem outros mundos além daqueles em que João preparou o almoço: por exemplo, mundos em que ele fez o jantar, mundos em que ele saiu de casa, em que ele se levantou etc. (portanto (19) não acarreta (18)). Veja o gráfico de acarretamento a seguir, no qual os balões indicam conjuntos de mundos: o conjunto de mundos em que a sentença em (18) é verdadeira está incluído no conjunto de mundos em que (19) é verdadeira:



Considere, agora, a relação entre a sentença (18) e a sentença (20):

(20) João fez o almoço.

Suponha que 'preparar o almoço' significa 'fazer o almoço'. Logo, se (18) é verdadeira, (20) também é e vice-versa. Nesse caso, o conjunto de mundos em que (18) é verdadeira coincide exatamente com o conjunto de mundos em que (20) é verdadeira. Temos, assim, um caso de sinonímia. A figura representando o conjunto de mundos é a seguinte:



Há outras relações entre as sentenças (muitas vezes chamadas de "nexos" semânticos) que são objeto de estudos do semanticista, por exemplo, a pressuposição e a tautologia, dentre outros. Voltaremos a elas ao longo desta Disciplina, por enquanto você deve ter claro o conceito de contradição, acarretamento e o de sinonímia.

2.5 Considerações finais

Neste Capítulo traçamos as características do conhecimento que deve ser explicado pela teoria semântica que construímos. São elas:

(1) O fato de que os falantes atribuem as condições de verdade de uma sentença qualquer;

(2) A capacidade que os falantes têm de construir e interpretar sentenças que eles nunca ouviram, porque eles sabem compor;

(3) O fato de que os falantes deduzem sentenças de sentenças, são os nexos semânticos.

3 Metalinguagem

Neste capítulo vamos dar os primeiros passos para explicar como funciona uma semântica verifuncional. Apresentaremos também exemplos de derivação semântica, investigando o papel que argumentos e predicados desempenham nessas derivações.

3.1 Teorema-T

A maneira mais usual na Semântica de descrever o fato de que o falante sabe em que condições uma sentença é verdadeira é utilizar o famoso Teorema-T:

(T de Tarski, 1944)

> A sentença 'Tá chovendo' é verdadeira em Português Brasileiro se e somente se (abreviado sse) está chovendo no momento em que a sentença é proferida.

Uma sentença-T pode parecer trivial, mas ela não é, e é preciso entender o que está por trás dela. Uma sentença-T expressa um conhecimento: o conhecimento sobre o significado da sentença. A impressão de trivialidade se explica porque tanto a língua-objeto, aquela que queremos explicar (e que sempre aparece marcada formalmente, através das aspas simples), quanto a metalinguagem, a linguagem que utilizamos para explicar a língua-objeto, isto é, para estabelecer as condições em que o mundo deve estar para que a sentença seja verdadeira, são o português. Mas, compare:

(1) A sentença 'ich liebe dich' é verdadeira em alemão se e somente se o falante ama o ouvinte no momento de fala.

Nesse caso, a sentença-T parece menos trivial, porque a língua-objeto é o alemão, e damos sua condição de verdade usando o português como metalinguagem. As sentenças-T podem ser facilmente generali-

zadas através do esquema-T, a seguir, em que 'p' está por uma sentença qualquer da língua-objeto e 'q' por uma sentença da metalinguagem:

Esquema-T: p é verdade na língua X sse q

A língua-objeto não está sendo efetivamente usada, mas apenas mencionada. Suponha, por exemplo, a sentença 'eu te amo'. Se ela é efetivamente usada, o falante se compromete com o que ela diz, isto é, o falante está expressando o que sente com relação ao ouvinte. Mas, veja que, neste Manual, não estamos usando essa sentença – feliz ou infelizmente, não estamos expressando amor por ninguém quando a mobilizamos aqui. O que ocorre é que mencionamos a sentença, tratamos dela como um objeto teórico, "fora de uso", para tentarmos entender o significado que ela tem em uso. Já as palavras e sentenças na metalinguagem estão sendo usadas, isto é, utilizamos o conhecimento implícito sobre seu significado para explicar a língua- objeto; a metalinguagem remete ao mundo ou a um modelo de mundo. Note a diferença entre 'lua' e lua nos exemplos a seguir. No primeiro caso, estamos falando sobre a palavra 'lua', porém no segundo estamos usando lua para nos referirmos ao objeto lua no mundo. A sentença (2) faz sentido, a sentença (3) não:

(2) 'Lua' tem três letras.

(3) Lua tem três letras.

É por isso que a sentença (4) expressa um conhecimento:

(4) 'Lua' em português significa lua.

3.2 Analisando uma língua

Veja novamente, conforme o Capítulo 1.

Antes de mais nada, é importante salientar que todas as expressões de uma língua têm sentido e referência.

Na teoria semântica que adotamos, encontramos dois tipos de entidades no mundo: os objetos (ou indivíduos), que são particulares, e os valores de verdade, isto é, o verdadeiro e o falso. Este último é um objeto muito peculiar e é comum os alunos terem muita dificuldade em entender as razões de precisarmos desses objetos, mas isso se deve em parte a uma concepção muito "concretista" de objeto. Por exemplo, o número 2 refere-se a um objeto no mundo, mas esse objeto não é concreto. É comum encontrarmos a seguinte crítica aos modelos referenciais de semântica: a que objeto no mundo se refere a beleza? Mas, essa apenas que o conceito de "objeto" foi mal compreendido, porque tem forte respaldo no conceito de objeto de senso comum, ou seja, de objeto con- creto. Porém, não é esse o caso. Os mundos do semanticista são modelos formais, constituídos por objetos entendidos matematicamente: valores para uma variável, como os números ou expressões que preenchem os 'x', 'y' e 'z' das equações. É apenas por questões didáticas que, em geral, esses modelos são apresentados através de exemplos de objetos concretos.

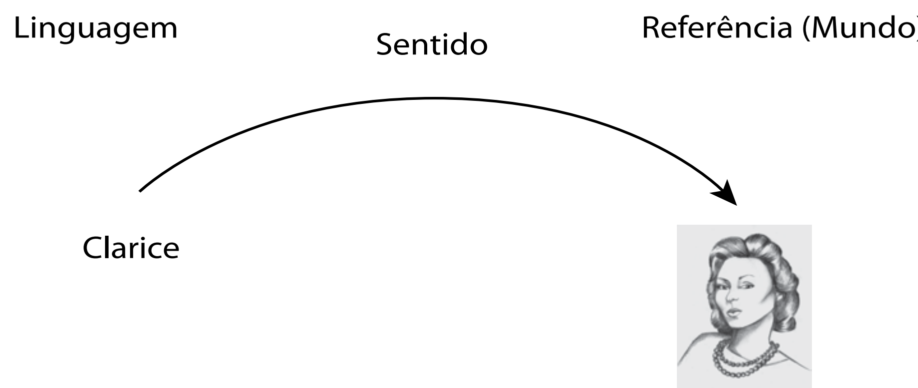
Assim, no modelo semântico, os elementos da língua se referem ou a indivíduos (e conjuntos de indivíduos e conjuntos de conjuntos de indivíduos) ou a valores de verdade. Nessa proposta, cuja base é Frege, há dois tipos de expressões na língua: expressões saturadas (ou completas) e expressões insaturadas (ou incompletas).

> As expressões saturadas caracterizam-se por se referirem a um único objeto em particular no mundo, um indivíduo ou um valor de verdade. Um nome próprio, por exemplo, é uma expressão saturada, porque se refere a um único indivíduo. Já um predicado, como 'ser feliz', é insaturado, dado que ele não se refere a um indivíduo em particular, mas sim a um conjunto de indivíduos: os indivíduos que são felizes.

É bastante intuitivo entender que os nomes próprios, como 'João', 'Maria', 'Luís' etc., se referem a um indivíduo em particular. Menos intuitivo é o fato de que, na Semântica, os nomes próprios têm sentido, porque o sentido é precisamente o que permite acessarmos um referente

Estamos aqui trabalhando com um modelo bem simples, em que só há um indivíduo chamado 'João'. E, de fato, na nossa vida é só aparentemente que há dois indivíduos chamados 'João', porque no fundo o nome próprio inclui o sobrenome.

no mundo. Quando alguém diz 'Clarice Lispector' imediatamente acionamos uma referência, o indivíduo Clarice Lispector. Essa ponte da palavra para o mundo é o sentido. No caso das expressões saturadas, como os nomes próprios, essa ponte é entre uma expressão da linguagem e um único indivíduo no mundo.



O sentido é, pois, uma função que associa a cada expressão da língua uma única referência no mundo. A maneira usual de implementarmos essa ideia na semântica é através de uma função de interpretação, normalmente representada por colchetes duplos [[ ]]. Assim, temos:

[[Clarice Lispector]] = Clarice Lispector

↓ ↓

Língua objeto MUNDO

Entre os colchetes duplos temos a língua objeto, já do outro lado da equação temos um indivíduo. Note que estamos retornando à distinção entre língua-objeto e metalinguagem. O sinal de igual é precisamente a função de interpretação.

Assim como os nomes próprios, as descrições definidas ('o menino de azul', 'o atual presidente do Brasil' etc.) também são expressões saturadas, porque se referem a um único indivíduo específico no mundo; por isso, para Frege, elas também são nomes próprios. Uma descrição definida é uma expressão complexa que se compõe de um artigo defini-

do e um predicado, e se refere a um e apenas um indivíduo no mundo. Na sentença

(5) Dilma é a atual presidenta do Brasil.

Temos uma sentença de identidade entre um nome próprio, 'Dilma', e uma descrição definida, 'a atual presidenta do Brasil'. Trata-se, obviamente, de uma sentença sintética, porque é uma contingência histórica que a atual presidenta do Brasil seja a Dilma. Tanto o nome próprio quanto a descrição definida se referem ao mesmo indivíduo no mundo, mas o fazem através de sentidos distintos (de funções diferentes):

[[a atual presidenta do Brasil]] = Dilma

[[Dilma]] = Dilma

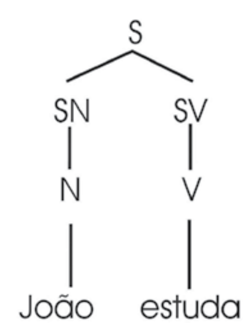
O último caso de expressão saturada são as sentenças, como 'João estuda', 'Maria trabalha', 'Pedro ama João' etc. Sentenças obviamente não se referem a um indivíduo em particular no mundo, mas a um valor de verdade. Sentenças são verdadeiras ou falsas. Uma sentença é uma expressão saturada porque ela expressa um pensamento completo e permite alcançarmos um objeto em particular: ou a verdade ou o falso (enquanto objetos matemáticos!). Uma expressão como 'O menino que está de azul' não expressa um pensamento completo, mas serve para apontar um indivíduo em particular no mundo – trata-se, portanto, de uma descrição definida. Note que não conseguimos avaliar se é verdadeira ou falsa. Compare com 'O menino que está de azul caiu da escada'. Nesse caso, temos uma sentença, porque há um pensamento completo e podemos, em confronto com um estado no mundo, afirmar se ela é verdadeira ou falsa. Como as descrições definidas, as sentenças são estruturas "complexas" e podem, portanto, ser decompostas em ele- mentos menores. Essa decomposição é também objeto de estudo deste Manual. Por enquanto, basta entender que sentenças são estruturas complexas saturadas que têm como referência um objeto em particular: ou a verdade ou a falsidade.

3.2.1 Predicados e argumentos

A partir de agora, vamos decompor sentenças. Decompor uma sentença em suas unidades mínimas e mostrar as regras de composição é um trabalho árduo que tem sido realizado pelos semanticistas ao longo de gerações. Não é possível apresentar essas conquistas de uma única vez, porque há várias questões que são, muitas vezes, bastante complexas. É por isso que essa decomposição é feita por etapas. Vamos iniciar apresentando os conceitos básicos de argumento e de predicado, que são os paralelos na sintaxe dos conceitos de expressão saturada e insaturada, respectivamente. Considere a sentença em (6):

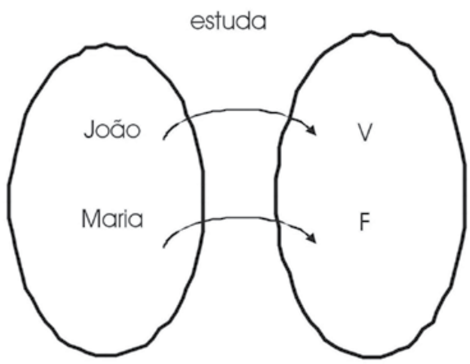
(6) João estuda.

Sua forma sintática pode ser grosseiramente representada por:



A representação arbórea de uma sentença visa a mimetizar uma pro- priedade fundamental das línguas naturais: o fato de que os elementos linguísticos se combinam hierarquicamente e não linearmente, como poderíamos julgar se nos contentássemos com a nossa percepção da linguagem em que, aparentemente, um elemento se segue a outro. A ideia de hierarquia de constituinte, grosso modo, os elementos a partir do qual uma sentença é "montada" e no qual ela pode ser reduzida, é fundamental para a sintaxe como mostrou Noam Chomsky (1928-). A ideia, contudo, de que há hierarquia na sintaxe e de usar representações arbóreas é mais antiga.

Intuitivamente, o significado da sentença (6) é função do significado de suas partes (composicionalidade): 'João' e 'estuda'. Essas partes comportam-se, no entanto, de modo muito diferente. 'João', como vimos, é um nome próprio e, como tal, se refere a um indivíduo específico no mundo, é por isso uma expressão saturada; em termos sintáticos, 'João' é o argumento do predicado 'estuda'. Por sua vez, o predicado 'estuda' é uma expressão insaturada porque ela não se refere a um objeto em particular no mundo (nem a um indivíduo, nem a um valor de verdade). Além disso, ela não é uma estrutura completa, porque não expressa um pensamento.



Sem maiores informações, por exemplo, sobre de quem estamos falando, 'estuda' não expressa um pensamento e nem é possível averiguar se é verdadeiro ou falso. É por isso mes- mo que essa expressão é insaturada, ela precisa de um "complemento" para se saturar. Uma vez saturada, ela vira uma sentença que veicula um pensamento completo e pode se referir a um objeto em particular. A expressão 'estuda' tem uma posição aberta, que pode ser preenchi- da por diferentes argumentos, gerando, então, insaturada pode ser pensada como uma estrutura na qual há um lugar vazio (uma valência), que quando completado gera uma sentença, que pode ser verdadeira ou falsa:

estuda + João = João estuda

Esse lugar pode ser preenchido por diferentes argumentos; cada argumento satura o predicado diferentemente, gerando sentenças diferentes: 'João estuda', 'Maria estuda', 'O menino que está de azul estuda' etc.

O resultado de saturarmos uma expressão insaturada é formar uma expressão saturada, uma sentença, que se refere a um objeto, o verdadeiro ou o falso.

Dissemos que todas as expressões da língua têm sentido e referência. A que 'estuda' se refere? 'Estuda' é um predicado de um lugar, isto é, com uma posição aberta e por isso é chamado de predicado monoargumental, ou seja, exige um único argumento para se saturar. Predicados

de um lugar denotam um conjunto de indivíduos; assim, 'estuda' se refere ao conjunto dos indivíduos que têm a propriedade de estudar.

Quando usamos a palavra conjunto, o que temos em mente é a teoria de conjuntos, da Matemática. Quando na Matemática se questiona sobre o conjunto dos números primos, o que se busca é a descrição de to- dos os números que são números primos, ou seja, todos os números primos pertencem a um conjunto, o conjunto dos números primos. Na Semântica, o termo conjunto funciona semelhantemente. Colocamos no mesmo conjunto aqueles elementos que têm a mesma propriedade, por exemplo, no conjunto de 'estudar', temos todos os elementos que compartilham a propriedade de estudar. Então, ao usarmos o termo 'pertence ao conjunto de', queremos incluir no conjunto aqueles elementos ou objetos que dele fazem parte. Os nomes comuns, como 'médico', os verbos como 'correr', adjetivos como 'bonito', são todos predicados de um lugar que denotam conjuntos de indivíduos.

No primeiro caso, temos o conjunto de indivíduos que têm a propriedade de ser médico; no segundo conjunto, temos os indivíduos que têm a propriedade de correr ou, simplesmente, o conjunto daqueles que correm; finalmente, 'bonito' denota o conjunto de indivíduos que é bonito. Então, na sentença 'Pedro corre', o que queremos dizer é que Pedro pertence ao conjunto daqueles que têm a propriedade de correr.

Vamos compor semanticamente a árvore citada anteriormente. Começamos pelos nós terminais, isto é, as unidades mínimas que, no caso da sentença (6), são 'João' e 'estuda'.

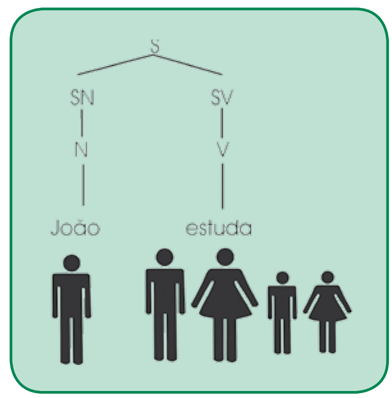
'João' refere-se ao indivíduo 

[[João]] = 

Observe que 'estuda' denota um conjunto de indivíduos (os que aparecem entre as chaves):

[[estudar]] = {  }

A sentença 'João estuda' tem então a forma ao lado e significa que João pertence ao conjunto dos que estudam. Ela é verdadeira se isso de fato ocorre e falsa de outro modo.



Semanticamente, podemos parafrasear essa sentença por João pertence ao conjunto daqueles que estudam'. Mas, para chegar a tal paráfrase, precisamos de uma regra semântica que permita compor o SN (sintagma nominal) com o SV (sintagma verbal), para que a sentença (S) seja verdadeira se e somente se (sse) o referente do SN pertencer ao conjunto denotado (SN) pertence ao conjunto dos que estudam (SV). Essa regra se chama Aplicação Funcional e vamos apresentá-la informalmente, porque uma definição formal requer conceitos que ainda não dominamos. No exemplo anterior (e esse será sempre o caso quando estivermos no nó S), a aplicação funcional aplica a função 'estuda' ao argumento 'João'.

Há duas maneiras de representarmos um conjunto:

a) Apresentamos os elementos que compõem o conjunto, ou

b) Explicitamos a propriedade que os elementos têm. No exemplo anterior, explicitamos os elementos do conjunto. Eis mais um exemplo: suponha que queremos explicitar o conjunto dos números naturais maiores que 1 e menores que 4. Podemos enumerar os elementos desse conjunto: {2, 3}; mas, podemos também dar a definição do conjunto: {x / x é maior que 1 e menor que 4}. No primeiro caso, damos a referência; no segundo, damos o sentido. Podemos fazer o mesmo com 'estuda':

Leia-se: x tal que x é maior que 1 e menor que 4.

[[estuda]] = {x / x estuda}

Em linguagem mais natural: o conjunto dos x tal que x estuda. A idéia da aplicação funcional é a seguinte: na extensão (referência) do SV temos o conjunto {x / x estuda}. Na extensão do SN temos João. A aplicação funcional permite substituir a variável (x) por João, obtendo a sentença 'João estuda', que é verdadeira se e somente se João estuda. Note que explicitamos um cálculo, a partir da combinação das extensões (um outro nome para referência) de 'João' e 'estuda'. Note ainda que chegamos às condições de verdade da sentença e não a um resultado, ao verdadeiro ou ao falso. O resultado depende de como o mundo é: se João tem mesmo a propriedade de estudar, a sentença é verdadeira; caso contrário, ela é falsa. Na situação (ou mundo) que desenhamos acima, a sentença é verdadeira porque João de fato tem a propriedade de estudar.

3.2.2 Predicados de mais de um argumento

Até agora olhamos para um tipo especial de predicado, aquele que é saturado por um único argumento. Mas há predicados de mais de um lugar. Há predicados de dois argumentos (ou dois lugares), como: 'amar', 'odiar', 'brigar com', 'ser amigo de' 'ser pai de', 'estar ao lado de'; predicados de três argumentos, como: 'comprar', 'dar'. Em termos lógicos, podemos ter predicados de quantos argumentos qui- sermos ou precisarmos; isto é, podemos ter predicados de n-argumen- tos. Mas, não é esse o caso das línguas naturais, e há debate sobre o tema: Quantos argumentos, no máximo, pode ter um predicado de uma língua natural? Parece certo que há predicados de três lugares, como em:

(7) João comprou o bolo para a Maria.

Mas, e o predicado 'traduzir', teria ele 4 argumentos? É possível tratá-lo como um predicado de quatro argumentos, sublinhados na sentença (8):

(8) Pedro traduziu A Ilíada do grego para o português.

O ponto da discussão é o seguinte: argumentos devem ser essenciais para a saturação do predicado. Em outros termos, um predicado que não tem todos os seus argumentos não está saturado, não expressa um pensamento completo; não é possível dizer se é verdadeiro ou falso. Veja que este é o caso de (9), em que o asterisco indica má-formação:

(9) * Maria brigou com

Sabemos que 'brigar com' requer dois argumentos para se saturar, o agente da briga e aquele que sofreu com a ação:

(10) Maria brigou com o Pedro.

É claro que podemos ter outras informações, mas elas serão adjuntos, que se caracterizam por não serem essenciais para a saturação do predicado, por isso elas podem ser retiradas sem prejuízo:

(11) Maria brigou com o Pedro com uma faca.

Observe que 'com uma faca' é um adjunto, tanto que podemos suprimi-lo, e o predicado continua saturado, como aparece em (10).

Reconsidere, agora, o caso de 'traduzir'. A pergunta é: 'grego' e 'português' são essenciais? A sentença abaixo é completa, isto é, conseguimos dizer se ela é verdadeira ou falsa? O predicado 'traduzir' está saturado?

(12) Pedro traduziu A Ilíada.

Vamos agora olhar mais atentamente para predicados de dois lugares. Considere a sentença:

(13) João ama Maria.

Veja que há dois elementos saturados, 'João' e 'Maria', que se referem a indivíduos particulares no mundo. Assim, 'ama' é uma estrutura insaturada com dois lugares vazios:

_________ama_________

A que esse predicado se refere? Recorde que predicados de um lugar se referem a conjuntos de indivíduos. E predicados de dois lugares? Intuitivamente, um predicado como 'ama' se refere ao conjunto de indivíduos tal que o primeiro está numa relação amorosa com o segundo. Assim, predicados de dois ou mais lugares estabelecem relações entre indivíduos. E relações são ordenadas, isto é, alterar a ordem dos indivíduos numa relação pode alterar a verdade da sentença. Por exemplo, suponha que a sentença (13) é verdadeira, isto é, João de fato ama Maria. Se alterarmos a ordem dos argumentos, obtemos:

(14) Maria ama João.

Ora, as condições de verdade dessa sentença são totalmente diferentes das condições de verdade da sentença (13), porque em (14) se afirma que a Maria é quem está numa relação de amor com o João. Pode muito bem ser o caso de que (14) seja falsa. Por isso, dizemos que relações de dois lugares se referem a um conjunto de pares ordenados, em que o primeiro membro é o agente ou experienciador do predicado. No exemplo em (13) o João é o experienciador; já na sentença (14), Maria é a experenciadora do ato de amar. Pares ordenados são representados assim: <João, Maria>. Essa representação diz que João está numa certa relação com Maria. Já o par <Maria, João> diz que é a Maria que está numa certa relação com o João. Há, é claro, relações que são simétricas, por exemplo 'ser casado com': se A é casado com B, necessariamente B é casado com A. Nesse caso, a ordem dos argumentos não importa.

Na gramática gerativa, o 'João' de (14) é chamado de argumento externo, exatamente porque ele não está regido pelo verbo. O termo que é regido pelo verbo, como objetos diretos ou indiretos ou simplesmente os complemento verbais, é chamado de argumento interno, ou seja, interno ao domínio de complemento do verbo. Os argumentos externos são externos

porque não pertencem ao domí- nio de complemento do verbo. Na sentence 'João ama Maria', o termo 'João' é o argumento externo, enquanto o termo 'Maria', o argumento interno. Então, quando se responde à pergunta 'Quem o João ama?', a resposta leva em causa o seu argumento interno, regido pelo verbo, complemento do verbo; neste caso, o termo 'Maria'. Já na sentence 'Maria ama João', 'Maria' é argumento externo, e 'João' o interno.

Essa maneira de descrever a denotação (extensão ou referência) de um predicado de dois lugares é encontrada nos vários sistemas lógicos (no cálculo de predicados, por exemplo). Ela é uma representação "plana", no sentido de que os dois argumentos estão em igualdade, embora eles estejam ordenados; como se eles preenchessem o predicado 'ama' simultaneamente e não houvesse diferença estrutural entre eles. Sabemos, no entanto, que o argumento interno é mais "ligado" ao predicado do que o argumento externo. Há vários indícios dessa assimetria entre os argumentos. Por exemplo, o argumento interno induz leituras metafóricas do evento descrito pelo verbo, enquanto o argumento externo não pode dispará-las:

(15) a. Matar uma barata;

b. Matar uma conversa;

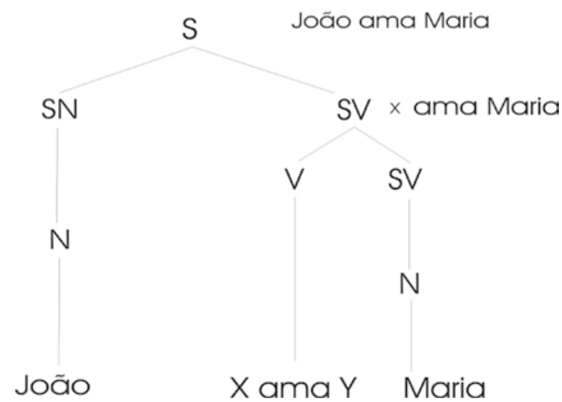
c. Matar uma tarde assistindo televisão;

d. Matar uma garrafa;

e. Matar uma audiência;

f. Matar uma aula.

Essa assimetria aparece claramente na representação sintática, a derivação de 'João ama Maria':



Note que o argumento 'Maria' (argumento interno) está mais próximo do verbo 'ama'; ele é interno ao verbo. O nó SV é a combinação de 'ama' com 'Maria', formando 'ama Maria'; só depois, no nó S, é que o SV se combina com 'João'. Esses passos de interpretação não aparecem claramente quando afirmamos que a denotação de um predicado de dois lugares é um conjunto de pares ordenados.

Semanticamente, o nó terminal 'ama', um predicado de dois lugares, denota um conjunto de pares ordenados, por exemplo: {<João, Maria>, <Pedro, Maria>, <Joana, Maria>, <Maria, Joana>,

<Carla, Pedro>}. Esse conjunto pode ser apreendido pela descrição:

{<x, y> / x ama y}

O conjunto de pares ordenados em que x ama y.

Realizamos a primeira operação semântica no nó SV, uma aplicação funcional, que preenche o argumento interno, isto é, atribui um valor a este argumento; no caso, o valor Maria. Assim, transforma-se o conjun- to de pares ordenados no conjunto de indivíduos que amam Maria. O resultado é que, no nó SV, temos um predicado de um lugar, o predicado 'ama Maria', cuja referência é o conjunto de indivíduos que têm a propriedade de amar Maria, ou:

{ x / x ama Maria}

O conjunto dos x tal que x ama Maria.

Em nosso exemplo, trata-se do conjunto {João, Pedro, Joana}. Finalmente, realizamos novamente a aplicação funcional, que preenche o lugar do argumento externo por João e se e somente se João ama Maria. Mas, esse é o resultado de atribuirmos uma denotação para os nós terminais e de combinarmos esses elementos da direita para a esquerda (ou seja, primeiro o argumento interno) através de duas aplicações funcionais.

Essa apresentação da interpretação semântica é informal. Você deve ter notado que nem mesmo definimos o que é aplicação funcional. Nosso objetivo é apenas dar uma ideia de como funciona o processo de interpretação. Uma abordagem mais formal, como dissemos, requer uma série de conceitos de que ainda não dispomos. Os próximos Capítulos têm por função apresentar alguns desses conceitos.

3.3 Considerações finais

A noção de metalinguagem pode parecer um pouco complicada à primeira vista, mas de fato fazemos uso dela em muitas situações corriqueiras e topamos com ela diversas vezes na escola, ao usarmos a matemática para entender física ou química, ou mesmo para entendermos geometria – ou seja, usamos a matemática para descrever o espaço, fala-se do espaço pela matemática.

Neste Tópico também vimos o esquema-T, que é a maneira mais comumente empregada pelos semanticistas para exibir as condições de verdade das sentenças e separar a linguagem-objeto da metalinguagem. Ao voltarmos às noções de predicados e argumentos, agora munidos do esquema-T e da noção de metalinguagem, pudemos realizar a derivação de sentenças simples, explicitando a integração dos components sintáticos e semâticos.

4 Pressuposição

Neste Tópico, vamos nos concentrar num nexo semântico: a pressuposição, apresentando sua definição e testes para identificá-la com certa precisão. Também veremos dois aspectos desse fenômeno: sua exigência contextual e a acomodação.

4.1 Caracterizando a pressuposição

Você viu no primeiro Tópico que a Semântica vê o significado das orações nas línguas naturais como um cálculo: o significado do todo é a soma do significado das partes. Entretanto, há vários aspectos do significado que estão diretamente atrelados ao contexto e dependem dele para que possamos avaliar se uma sentença é verdadeira ou falsa. Você viu no Capítulo 1 que, para determinar o conteúdo de diversas sentenças, é necessário computar informações do contexto, e muitas informações variam de um contexto a outro. A pressuposição é um fenômeno similar, porque ela impõe restrições ao contexto de uso, já que as sentenças em que ela ocorre só pode receber um valor de verdade se ela for verdadeira. Assim trata-se de uma forma de ligar a determinação do valor de verdade de uma sentença a informações presentes no contexto. A essas informações contextuais chamaremos **fundo conversacional**.

Fundo conversacional: conjunto de informações, na forma de sentenças, que são tomadas como verdadeiras pelo falante(s) e ouvinte(s) num dado contexto.

Assumir que há um conjunto de verdades sendo compartilhadas pelos falantes torna muito mais fácil entender o papel que o contexto exerce na atribuição de um valor de verdade para as sentenças da língua. A noção de contexto inclui os falantes, o local onde eles estão, as condições do tempo, o período do dia, os acontecimentos importantes da semana etc. Essas informações fazem parte do contexto como fundo conversacional.

Para algumas sentenças, tudo que precisamos saber é quais estados de mundo tornam a sentença verdadeira:

(1) João ama Maria.

Tudo que precisamos saber para calcular o significado de (1) é se João ama (ou não) Maria. Ou seja, ela é falsa se João não ama Maria; e verdadeiras, caso contrário.

Contudo, para outras sentenças precisamos de mais informação, e essa informação nos é fornecida pelo fundo conversacional. Imagine o seguinte diálogo, adaptado do seriado Friends:

(2) Rachel: — Eu não durmo com homens no primeiro encontro.

Mônica: — Ede, Carl, John, Bill...

Rachel: — Não mais.

Claro, uma certa entonação na lista de homens que Mônica apresenta, e na réplica de Rachel, é responsável pelo humor da situação. Vamos considerar que a réplica de Rachel possa ser descrita como em (3):

(3) Rachel não dorme mais com homens no primeiro encontro.

Há algo no significado de (3) que permanece constante, e é con- dição para a sentença ser um proferimento adequado no contexto. Devemos operar com a sentença de algumas formas e tentar entender o que permanece:

(3) a. Rachel não dorme mais com homens no primeiro encontro?

b. Duvido que Rachel não dorme mais com homens no primeiro encontro.

c. Se Rachel não dorme mais com homens no primeiro encontro, então ela virou uma mulher difícil.

Que informação está presente em todas as sentenças em (3), sendo que: questionamos (3a), duvidamos (3b) ou colocamos essa sentença dentro de um contexto hipotético, usando uma estrutura condicional (da forma 'se A, então B', como em (3c))? De todas as sentenças em (3) podemos inferir que:

(4) Rachel dormia com homens no primeiro encontro.

Dizemos que (4) é então tomada como pressuposto para a verdade das sentenças em (3), de outra forma não faria sentido dizer que "não é mais o caso que Rachel dorme com homens no primeiro encontro". Ou seja, está presente no fundo conversacional dos falantes que ela havia ido pra cama com alguns homens no primeiro encontro antes, em momentos passados, por isso Mônica pode listá-los. Tanto faz a operação que fazemos sobre a sentença, a assunção compartilhada permanece constante. Nesse sentido, a pressuposição é uma condição de felicidade para o proferimento de (3). Essa sentença só é um uso feliz da língua, se o falante e o ouvinte tomam como certo que a pressuposição, (4), é verdadeira. E só a partir daí podemos avaliar se (3) é verdadeira. Afinal para que as sentenças em (3) sejam verdadeiras ou falsas é preciso que (4) seja verdadeira.

Ao conjunto de estruturas em (3a-c) chamamos família pressuposicional, ou P-família. Ela é um teste bastante seguro para detectar que tipo de informação está sendo pressuposta em uma sentença, quais afirmações são tomadas como verdadeiras num dado contexto, o nosso fundo conversacional. Uma forma de definir a pressuposição é através de uma regra usando a noção da P-família:

> Uma sentença A pressupõe uma sentença B se e somente se A e os outros membros da P-família acarretam B.

Vimos a noção de acarretamento no Capítulo 2; caso seja necessário, volte a ela e reveja essa noção, ou vá ao Glossário.

Toda pressuposição é um acarretamento, mas não vice e versa. A sentença em (5) acarreta a sentença em (6), mas (6) não é pressuposta:

(5) João foi reprovado em Semântica.

(6) João não passou em Semântica.

Sabemos isso porque a negação de (5), em (7), não acarreta (6):

(7) João não foi reprovado em Semântica.

Toda vez que a sentença A for usada, a pressuposição que ela carrega deverá manter-se constante, se ela for encaixada em um dos membros da P-família:

(8) P-família

Negação: Não é o caso que A.

Pergunta: A?

Dúvida: Duvido que A.

Condicional: Se A, então...

Exemplificamos a P-família apresentada em (8) com as sentenças em (3), como você pode verificar. A negação aparece em (3a), a dúvida em (3b) e a condicional em (3c).

Veremos agora dois aspectos particulares da pressuposição. Ela parece estar sempre ligada a certas expressões ou construções sintáticas. E, por outro lado, mesmo quando a pressuposição não está no fundo conversacional, ela encontra uma forma de se acomodar, para que o proferimento não seja infeliz.

4.2 Os gatilhos

Há uma série de expressões na língua portuguesa cujo significado envolve o que chamamos de gatilhos da pressuposição. Essas são expressões que quando usadas disparam uma pressuposição, uma informação

que é tomada como já estando no fundo O proferimento da sentença é feliz no contexto em que é proferida se a pressuposição disparada pelo gatilho for verdadeira.

Um conjunto dessas expressões são os chamados verbos e advérbios aspectuais. Eles são assim chamados porque interferem no modo como vemos uma dada situação descrita pelo verbo principal da oração. Esse conjunto inclui: 'parou', 'ainda', 'continua'.

Suponha que João esteja sendo processado por uso de drogas e durante o julgamento o promotor pergunta:

(9) O senhor parou de fumar maconha?

Se João responder sim ele estará se incriminando: ora, se ele confirma que parou de fumar maconha, é porque fumava antes, estará afirmando que ele usava drogas; se responder não também se incrimina: ora, se ele não parou de fumar maconha, é porque ele ainda fuma, e se ele ainda fuma, então ele já fumou antes, ou seja, ele continua usando drogas. A única saída é negar a pressuposição, dizendo algo como:

(10) Como eu posso ter parado de fazer algo que nunca fiz?

Para mostrar que é esse o caso, que (9) efetivamente pressupõe que João fumava maconha, vamos fazer o teste da P-família:

(11) a. João parou de fumar maconha.

b. Não é o caso que João parou de fumar maconha.

c. João parou de fumar maconha?

d. Duvido que João parou de fumar maconha.

e. Se João parou de fumar maconha, então ele tomou uma boa decisão.

f. João fumava maconha.

Note que as sentenças de (11a) a (11e) pressupõem (11f). Não temos como afirmar (11a) se não for pressuposto, tomado como certo que (11f) é verdadeira.

Alguns verbos também introduzem pressuposições como seus complementos. Dois casos típicos são: 'lamentar' e 'descobrir'.

(12) João lamenta ter traído sua mulher.

(13) Maria descobriu que seu marido estava tendo um caso. Façamos o teste:

(12') a. Não é o caso que João lamenta ter traído sua mulher.

b. João lamenta ter traído sua mulher?

c. Duvido que João lamenta ter traído sua mulher.

d. Se João lamenta ter traído sua mulher, então há espe rança de que ele se renegere.

e. João traiu sua mulher.

Novamente, a P-família nos ajuda a detectar a informação que permanece constante: (12'e), ou seja, João traía sua mulher antes.

Vimos que os testes são uma forma segura de reconhecermos o que é pressuposto em uma sentença, e reconhecer as pressuposições é uma competência intuitiva que temos enquanto falantes de uma língua. Contudo, não é fácil ou simples determinar quando as pressuposições de certas construções são projetadas e quando elas não são. Vimos anteriormente que a sentença 'João parou de fumar maconha' pressupõe que ele fumava.

4.3 Acomodando pressuposições

De acordo com o que vimos na Seção anterior, a pressuposição indica que há informações prévias, que estão no fundo conversacional compartilhadas pelo falante e ouvinte. Dessa forma, um proferimento só é feliz se as pressuposições que ele projeta estão presentes no fundo conversacional. Entretanto, temos casos em que, mesmo quando essa informação não é compartilhada, ela é acomodada no fundo, sem que o proferimento seja infeliz, ou julgado como falso pelo ouvinte.

Suponha o seguinte cenário: João é seu novo colega de trabalho, você conhece pouco sobre ele. Vocês estão no horário do café, quando ele profere (14), que pressupõe que ele tenha um filho:

(14) Hoje vou sair mais cedo, tenho que levar meu filho ao dentista.

Não paramos a conversa porque a informação de que ele tinha um filho não está no fundo conversacional. Simplesmente adicionamos a informação nova – João tem um filho –, como se ela já estivesse no fundo conversacional. O que interessa é que (14) não é um proferimento infeliz. O fato de você, ou os outros ouvintes não saberem que João tinha um filho não torna a sentença falsa ou estranha, porque essa informação é acomodada.

Uma forma de capturar isso é através da seguinte regra:

> Se no proferimento de A a pressuposição B não existe no fundo conversacional, então, para a sentença ser feliz, B passa a fazer parte do que é compartilhado pelos falantes como pressuposto.

Ou seja, B passa a fazer parte do conjunto de sentenças tomadas como verdadeiras, nosso fundo conversacional. Conforme uma

conversa progride, novas informações são adicionadas ao fundo conversacional, pressuposições podem ser canceladas, como vimos anteriormente, novas podem ser adicionadas rapidamente. Veja as duas sentenças a seguir:

(15) João tem filhos, e ele colocou seus filhos pra dormir.

(16) # João colocou seus filhos pra dormir, e João tem filhos.

Daí o uso do símbolo # para representar anomalia semântica.

O que faz com que (15) seja um proferimento feliz, enquanto (16) não? (16) soa redundante fora de contexto. Contudo, faz todo o sentido se você não sabe que João tem filhos, e ele some da festa. Se, procurando por ele, você pergunta "Cadê o João?", quem lhe respondesse usando (15) estaria lhe dando uma informação relevante. Sabendo que você não sabe que João tem filhos, (15) é construída de forma a primeiro adicionar ao fundo conversacional a pressuposição 'João tem filhos', para depois fazer um proferimento verdadeiro a respeito dos filhos dele. (16) soa estranha, porque primeiro temos a sentença que precisa da pressuposição, e depois a segunda oração, que introduz a pressuposição. Ela soa redundante porque 'João colocou seus filhos pra dormir', caso a pressuposição 'João tem filhos' não faça parte do fundo conversacional, ela é acomodada pela sentença 'João colocou seus filhos pra dormir'; ora, por que dizer novamente, dar mais uma vez a informação 'João tem filhos', se ela já foi acomodada? Daí a estranheza de (16).

Até aqui, consideramos que sentenças podem ser verdadeiras ou falsas (excluindo os casos vagos e indeterminados). Vimos neste Tópico que certas sentenças, para serem verdadeiras, precisam que certas informações sejam garantidas como verdadeiras no fundo conversacional – trata-se das pressuposições que certas sentenças carregam. O que acontece, contudo, nos casos em que as pressuposições não são garantidas e nem acomodadas? Em outras palavras, qual o valor de verdade de sentenças cujas pressuposições são falsas? Essa é uma questão extremamente complexa, e nossas intuições nem sempre são claras quando.

Tomemos um exemplo: sabemos que João nunca reprovou em Matemática, e alguém diz:

(17) João reprovou em Matemática.

(18) João reprovou em Matemática de novo.

A sentença (17) simplesmente nos dá uma informação: a de que João, pela primeira vez, por tudo o que sabemos, reprovou em Matemática, e pode ser verdadeira se ele de fato reprovou, e falsa caso contrário. E quanto à sentença (18)? Ora, se João nunca reprovou em Matemática, é verdadeiro ou é falso que ele reprovou em Matemática de novo? Mesmo supondo que ele de fato tenha reprovado pela primeira vez, estamos inclinados a dizer que (18) é falsa: afinal, ele não reprovou de novo.

Tomemos outro exemplo: João não é uma pessoa violenta e nunca agrediu sua mulher; nesse contexto, alguém diz:

(19) João parou de bater na mulher.

A sentença (20) é verdadeira ou falsa? A literatura em Semântica, Pragmática e Filosofia se divide quanto à melhor resposta. Neste Manual, adotaremos a seguinte resposta: sentenças cuja pressuposição é falsa não têm valor de verdade. Alguns gostariam até de afirmar que sentenças nessas condições, com pressuposições não preenchidas, nem sequer fazem sentido, mas não precisamos ir tão longe. Basta indicar que esse é um tema controverso, cuja resolução ainda está por ser estabelecida.

4.4 Considerações finais

Neste Capítulo, estudamos um nexo semântico que está diretamente ligado ao contexto: a pressuposição. A semanticista **Irene Heim** usa uma analogia para explicar a contribuição que a pressuposição faz ao significado. Para a autora, quando pressuposições são adicionadas ao fundo conversacional é como se estivéssemos alterando pastas de um

grande arquivo (o nosso fundo compartilhado). Cada pressuposição adicionada, cancelada, acomodada é uma alteração que fazemos em uma pasta. Obviamente isso é uma hipótese de como funciona um aspecto da interação humana através da linguagem (e como toda hipótese científica, pode estar errada).

Nossos diálogos cotidianos não precisam começar (e não começam) do zero, há sempre algo já em nossos arquivos e pastas, pressuposições são facilmente adicionadas ou canceladas.

Leia mais!

Você pode consultar o capítulo "Semântica" em Pires de Oliveira (2001ª) para uma comparação entre a semântica formal e outros tipos de semântica.

Chierchia (2003) e Ilari & Geraldi (2002) são boas introduções aos objetivos e à estrutura da semântica formal.

Por fim, você pode também consultar Borges Neto (2003), no qual o autor não só desenvolve passo a passo uma pequena semântica formal, mas também a acopla a uma teoria sintática.

Unidade B

Operações Semânticas



5 As descrições definidas

Neste Capítulo, você vai identificar alguns dos problemas envolvidos na análise das descrições definidas. Exploraremos as propostas quantificacional e pressuposicional, e também algumas das suas propriedades textuais.

As descrições definidas (DDs) são tema de intenso debate nos limites da filosofia analítica da linguagem, da semântica e da pragmática. As DDs são sintagmas encabeçados por um artigo definido ('o', 'a', 'os', 'as') seguido por um substantivo, como 'o gato', 'a cerveja' etc. A estrutura básica de uma DD pode variar em complexidade. Os trechos em itálico nos exemplos a seguir são todos descrições:

1) João comprou *o carro*.

2) *O animal mais perigoso do zoológico* fugiu de novo.

3) Pedro deu um pedaço de bolo para *o menino de verde que não foi pra escola*.

Esses exemplos mostram que a DD pode ocupar, respectivamente, as posições de objeto direto, sujeito e objeto indireto, além de outras posições numa sentença. Note também que expressões como 'animal mais perigoso do zoológico' desempenham nas DDs o mesmo que substantivos simples, como 'carro' em (1).

Neste Capítulo, veremos algumas das razões de uma estrutura aparentemente tão simples desencadear importantes debates e também as funções textuais das descrições definidas, contrastando-as com as descrições indefinidas. Usaremos as DDs como um exercício de análise semântica, mostrando como se formula e se avalia uma hipótese nessa área do conhecimento.

5.1 O papel semântico das DDs: o começo do debate

Tomemos a sentença:

4) O menino é esperto.

Nessa sentença há a DD 'o menino' e o predicado 'ser esperto'. Interessa-nos aqui investigar a contribuição semântica das DDs, e, para tanto, é necessário saber quando uma DD pode ser usada. Tomemos os seguintes contextos:

Contexto A: não há nenhum menino por perto e nada se falou sobre menino algum; de repente, alguém fala 'O menino é esperto';

Contexto B: há dois meninos brincando e alguém diz 'O menino é esperto', sem apontar para nenhum deles;

Contexto C: há um único menino e uma menina brincando; alguém diz 'O menino é esperto'.

O que a sua intuição diz sobre esses usos de (4)? Para o contexto A, a reação mais normal seria perguntar: mas de que menino você está falando? Ora, não há nenhum menino por perto nem se falou de menino algum antes... como saber de quem se está falando? Para o contexto B, a reação mais imediata seria perguntar sobre qual dos meninos se está falando. Sem sabermos identificar o referente não conseguimos fazer sentido da sentença.

Os contextos A e B parecem não ser apropriados para o uso de (4). No contexto A, no qual não há nenhum menino, não podemos saber de quem se está falando – pode ser qualquer menino do mundo e, sem mais informações, não temos como saber de qual se trata; no contexto B, com dois meninos, simplesmente não sabemos de quem se está falando – como diferenciar os dois meninos e saber de qual predi-

camos que seja esperto? Finalmente, no contexto C, a sentence (4) tem um uso adequado: conseguimos saber de quem se está falando.

5.2 Como capturar a reação das DDs aos contextos A, B e C semanticamente?

Podemos dizer que o contexto A "peca pela falta": a DD 'o menino' não pode ser usada no contexto A porque não há ninguém sobre o qual predicar 'é esperto'; por sua vez, o contexto B "peca pelo excesso": a DD não pode ser usada no contexto B porque há mais de um menino (há dois, de fato) sobre o qual se pode predicar 'é esperto' e não sabemos de qual se trata. Finalmente, no contexto C achamos as condições adequa- das para usar a DD 'o menino': há um e apenas um menino no contexto C sobre o qual podemos predicar 'é esperto'.

Assim sendo, para que uma DD seja usada apropriadamente (ou com felicidade), há duas condições:

I) Deve haver pelo menos um referente capaz de satisfazer o predicado que segue o artigo definido – o contexto A, portanto, está excluído.

II) Não pode haver mais que um referente capaz de satisfazer o predicado que segue o artigo definido – o contexto B, portanto, está excluído.

Em resumo, para usarmos uma DD:

III) Deve haver um e apenas um referente no contexto em que se usa uma DD que satisfaça o predicado que compõe a DD – como no contexto C.

Os itens de (I) a (III) são apenas uma descrição do comportamento semântico das DDs. Nas seções a seguir, veremos exemplos mais interessantes e duas maneiras de encaixar essas descrições em quadros teóricos.

5.3 Falsas nos contextos A e B

Como já vimos em Tópicos anteriores, o semanticista se pergunta sempre: quais as condições de verdade de uma sentença? Se apontarmos para uma pessoa qualquer e dissermos:

5) Ela leu *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Sabemos que (5) é verdadeira se ela de fato leu *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, e sabemos que (5) é falsa se ela não leu *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Do mesmo modo, vamos nos perguntar quando a sentença (4), 'O menino é esperto', é verdadeira no contexto C. Ora, se o menino for esperto, (4) é verdadeira; se ele não for esperto, (4) é falsa. E o que nossa intuição nos diz sobre os contextos A e B? A sentença (4) é verdadeira ou falsa?

Uma das teorias sobre as DDs, que podemos chamar de teoria quantificacional – as razões para esse nome ficarão mais claras adiante –, nos responde à pergunta sobre a verdade ou falsidade de (4) nos contextos A e B com um sonoro "falso".

A intuição por trás da teoria quantificacional é a seguinte: uma DD qualquer diz, afirma, ou asserta duas coisas:

a) Há um referente que satisfaz o predicado que compõe a DD.

&

b) Não há mais de um referente que satisfaça o predicado que compõe a DD.

Observe que o símbolo que une as sentenças (a) e (b), '&', é um 'e', uma conjunção que só é verdadeira se as duas coisas que ela une forem simultaneamente verdadeiras. Se dissermos 'João e Maria vieram à festa' quando na verdade só o João veio, então teremos dito algo falso; do

mesmo, se apenas Maria veio, também diremos algo falso – em resumo, a única maneira de 'João e Maria vieram à festa' ser verdadeira é se ambos de fato vieram à festa.

Voltando à sentença (4), podemos entendê-la da seguinte forma:

4) O menino é esperto.

a) há um menino

&

b) não há mais do que um menino.

Ora, agora é fácil entender por que, no contexto A, a previsão da teoria quantificacional é de que (4) seja falsa: não há menino algum, portanto a primeira sentença unida por '&' é falsa, logo toda a sentença é falsa. O mesmo ocorre no contexto B, só que agora a sentença falsa é a segunda unida por '&', ou seja, há mais do que um menino. O contexto C é o único no qual as sentenças (a) e (b) são verdadeiras. Resta saber então se o menino é realmente esperto para que (4) seja verdadeira.

Novamente, para a teoria quantificacional, a sentença (4) é falsa no contexto A porque não há menino algum e, no contexto B, porque há mais de um. Em relação ao contexto C, diremos que (4) será falsa nesse contexto apenas se o menino em questão não for esperto. Para capturar melhor todos esses passos, façamos uma pequena altera- ção nas condições de verdade de (4) e somemos a ela mais uma linha - assim, (4) será verdadeira se e somente se:

a) Há um referente que satisfaz o predicado que compõe a DD;

&

b) Não há mais do que um referente que satisfaça o predicado que compõe a DD;

&

c) O predicado da sentença se aplica ao referente da DD.

Temos outra ‘&’, portanto uma sentença que tem uma DD só será verdadeira se as linhas (a), (b) e (c) o forem simultaneamente. Voltemos, uma última vez, aos nossos contextos A, B e C e vejamos todas as possibilidades – na tabela a seguir, ‘V’ é verdadeiro e ‘F’ é falso:

	Contexto	a) Há um referente que satisfaz o predicado que compõe a DD.	b) Não há mais do que um referente que satisfaça o predicado que compõe a DD.	c) O predicado da sentença se aplica ao referente da DD.	Valor de verdade de (4)
1	A	F	V	V	F
2	A	F	V	F	F
3	B	V	F	V	F
4	B	V	F	F	F
5	C	V	V	V	V
6	C	V	V	F	F

Na tabela anterior, expomos todas as configurações possíveis da sentença (4) nos contextos A, B e C. Note que o valor de verdade varia para cada contexto no item (c), no qual “o predicado da sentença se aplica ao referente da DD”. Veja que os contextos A e B serão sempre falsos – como já havíamos previsto. A última linha, que torna a sentença (4) verdadeira, é a 5, na qual os três itens a), b) e c) são simultaneamente verdadeiros – como também já havíamos previsto.

Agora faz mais sentido entendermos o termo “teoria quantificacional” da DD. Afinal a paráfrase do tipo: existe um e apenas um referente que satisfaz o predicado que segue o artigo. Tal paráfrase é facilmente traduzível em linguagens lógicas.

Nesse quadro, uma DD qualquer é, na verdade, uma forma resumida de se dizer (a), (b) e (c).

A teoria quantificacional é extremamente engenhosa, mas não é isenta de problemas, e eles aparecem assim que consideramos DDs mais interessantes. Vejamos:

6) A atual presidenta dos EUA não gosta de andar de avião.

Não é difícil ver que a sentença (6), de acordo com a teoria quantificacional, receberá como valor de verdade, pelo menos no nosso mundo, em 2012, o falso. Ela está justamente num contexto do tipo A, que torna falsa a condição (a), ou seja, "há um referente que satisfaz o subs- tantivo que segue a DD": ora, não há presidenta dos EUA em 2012...

A pergunta que imediatamente fazem os críticos da teoria quantificacional é: dizer que (6) é falsa está mesmo de acordo com nossa intuição? Coloque-se na seguinte situação: você pega o jornal de manhã e vê escrito numa manchete:

6) A atual presidenta dos EUA não gosta de andar de avião.

Qual é a sua reação? Para a teoria quantificacional, você deveria pensar algo como: o jornal está dizendo uma mentira, afinal, não há pre- sidenta dos EUA – Obama é o presidente dos EUA e ele é um homem. Por sua vez, os críticos da teoria quantificacional preveem que você pensaria algo como: Essa sentença não tem sentido, porque não há uma presidenta dos EUA, Pois bem... Qual resposta lhe parece mais adequada? Talvez alguns outros exemplos ilustrem melhor o ponto de vista dos críticos:

7) O rei do Brasil é jovem.

8) A primeira mulher a pousar em Marte é casada.

9) O tigre voador está em extinção.

Se sua reação diante das sentenças de (7) a (9) não foi a de dizer que todas são falsas, que todas dizem algo que não é verdadeiro – como

prevê a teoria quantificacional –, mas sim se sua reação foi algo como: essas sentenças não têm sentido, afinal não há rei no Brasil, nenhuma mulher pousou em Marte e não existem tigres que voam – então, a teoria quantificacional não está de todo correta.

Mais do que isso: imagine que algum chato fique insistindo e obrigue você a responder se você acha que alguma das sentenças de (6) a (9) são verdadeiras ou falsas. Muito provavelmente você responderá espontaneamente com um redondo "Essa pergunta não faz sentido!". Essa sua inocente e espontânea resposta invalida a previsão da teoria quantificacional de que essas sen- tenças deveriam ser falsas. O que fazer então?

Ora, é preciso formular uma outra teoria – é a isso que nos voltaremos na próxima Seção.

5.4 Nem falsas nem verdadeiras nos contextos A e B

Há um aspecto bastante interessante e problemático em responder "Não sei." sobre o valor de verdade de uma sentença. A Semântica considera que tudo o que precisamos saber sobre uma sentença para interpretá-la são suas condições de verdade; mais do que isso, considera que as sentenças são ou verdadeiras ou falsas. Sentenças sem valor de verdade são, portanto, um problema...

Contudo, não é a primeira vez que nos deparamos com tal situação. Se você recapitular, verá que no Tópico sobre pressuposição nos deparamos com uma situação na qual não sabíamos dar o valor de verdade das sentenças, que é justamente quando suas pressuposições não são preenchidas. Um rápido exemplo pode ajudar a ilustrar esta situação:

Um amigo diz para o outro:

10) O João parou de fumar.

A sentença (10) carrega a pressuposição de que João fumava antes, e diz ou asserta que ele não fuma mais: ele parou de fumar. Imagine essa mesma sentença dita num contexto em que todos (inclusive você) sabem que João nunca, jamais fumou. Nesse caso, a sentença (10) é verdadeira ou é falsa?

Se você teve dificuldade em responder a essa pergunta, tudo bem. A ideia é que ela não é nem verdadeira nem falsa porque ele nunca fumou. Pense agora o seguinte: será que não acontece o mesmo com as sentenças de (6) a (9) quando perguntamos se elas são verdadeiras ou falsas? A resposta, para quem defende a teoria que chamaremos (com muita criatividade!) de pressuposicional, é "Sim!".

Essa teoria se afasta da teoria quantificacional. Lembramos que na teoria quantificacional há três condições, as quais são ditas ou assertadas por uma sentença que tenha uma DD, e devem ser simultaneamente preenchidas para que a sentença seja verdadeira. A teoria pressuposicional dirá que as duas primeiras linhas são pressuposições, são imposições feitas ao contexto e que apenas a terceira linha é de fato dita ou assertada. Comparemos as duas teorias:

Teoria **quantificacional**: uma sentença com DD diz:

a) Há um referente que satisfaz o predicado que compõe a DD;

&

b) Não há mais do que um referente que satisfaça o predicado que compõe a DD ;

&

c) O predicado da sentença se aplica ao referente da DD.

Teoria **pressuposicional**: uma sentença com DD pressupõe:

a) Há um referente que satisfaz o substantivo que segue a DD;

&

b) Não há mais do que um referente que satisfaça o substantive que segue a DD;

e diz:

c) O predicado da sentença se aplica ao referente da DD.

Se voltarmos para a sentença (4), que já analisamos exaustiva-men- te, e aos contextos A, B e C à luz da teoria pressuposicional, obteremos resultados diferenciados. Agora, (4) não é mais falsa nem em A nem em B: ela simplesmente não pode receber valor de verdade nesses contextos porque as pressuposições de que há um referente (linha (a)) e que não há mais de um (linha (b)) não estão preenchidas nos contextos A e B, respectivamente. Para que a nova abordagem fique ainda mais clara, retomamos abaixo tabela com as mesmas situações já apresentadas para a teoria quantificacional. Vamos usar 'INDEF' para indicar que não é possível definir o valor de verdade da sentença, porque há pelo menos uma pressuposição falsa.

		Pressuposições		Asserção	
	Contexto	**a) Há um referente que satisfaz o predicado que compõe a DD.**	**b) Não há mais do que um referente que satisfaça o predicado que compõe a DD.**	**c) O predicado da sentença se aplica ao referente da DD.**	**Valor de verdade de (4)**
1	A	F	V	V	INDEF
2	A	F	V	F	INDEF
3	B	V	F	V	INDEF
4	B	V	F	F	INDEF
5	C	V	V	V	V
6	C	V	V	F	F

Como a tabela deixa transparecer, somente podemos atribuir valor de verdade a uma sentença quando suas pressuposições estão todas satisfeitas – que é o caso apenas do contexto C. É pela falta de pressuposições preenchidas que respondemos "Não faz sentido." quando nos perguntam pelo valor de verdade de sentenças como 'A atual rainha do Paraguai gosta de pular de paraquedas'.

O debate sobre o estatuto de asserção ou de pressuposição do conteúdo da DD não está resolvido:

a) Há um referente que satisfaz o predicado que compõe a DD;

&

b) Não há mais do que um referente que satisfaça o predicado que compõe a DD.

Além disso, há argumentos a favor de uma ou outra posição. Contudo, não seria errado dizer que, pelo menos nos últimos anos, a maioria dos pesquisadores em semântica está mais propenso a adotar a teoria pressuposicional. Bom, pode ser que isso mude nos próximos anos – afinal, a ciência não é algo estático e sempre é possível construirmos argumentos melhores e mais refinados, que iluminem aspectos ainda não vislumbrados, e que ajudem na adoção de uma ou outra perspectiva.

Depois de explicitar a problemática por trás das DDs, nos voltaremos, na última Seção deste Capítulo, a um aspecto bastante importante dessa construção: o seu papel textual.

5.5 A função textual das DDs

Tanto a teoria quantificacional quanto a pressuposicional consideram, para a semântica das DDs, que, ao empregar uma DD, o falante considera que o ouvinte, de alguma maneira, conseguirá identificar inequivocamente o referente sobre o qual se está falan-

do. No caso da solução quantificacional, afirma-se que há apenas um referente do tipo em questão, e, no caso da solução pressuposicional, pressupõe-se que no contexto haja apenas um referente do tipo em questão. Devido a essa característica, as DDs estão sempre associadas a informações já dadas e recuperáveis, desempenhando um interessante papel na tessitura dos textos.

Se contrapusermos às DDs as descrições indefinidas (DI) – que têm a mesma estrutura, porém são encabeçadas pelos artigos indefinidos –, veremos que as DIs são responsáveis por introduzir (novos) referentes num dado texto ou discurso, ao passo que as DDs são responsáveis por indicar que estamos falando de referentes já conhecidos (velhos, informação dada). Quando começamos uma narrativa qualquer, ao introduzirmos uma personagem o fazemos, na imensa maioria das vezes, através de uma DI. Compare:

11) Era uma vez um rei muito bondoso.

12) ? Era uma vez o rei muito bondoso.

Mas, se quisermos continuar a falar da personagem introduzida, teremos que usar uma DD e não uma DI:

13) Era uma vez [um rei muito bondoso]1. Mas [o rei]1 tinha inimigos.

14) ? Era uma vez [um rei muito bondoso]1. Mas [um rei]1 tinha inimigos.

O uso do mesmo índice 1 indica que se trata dos mesmos referentes, explicitando a relação anafórica que nos interessa.

Como muitos argumentam, as DDs são sempre anafóricas, ou seja, sempre falam de um referente recuperável no contexto e, portanto, já mencionado. Como num contexto ou discurso em geral há muitos referentes sobre os quais se fala, a DD deve indicar de

alguma maneira uma especificidade, ou uma característica distintiva através da qual capturamos apenas um referente. Uma maneira de fazer isso é pensar que a DD indica que há uma restrição em operação, e que devemos procurar um referente exclusivo que cumpra tal restrição. Vejamos um exemplo:

Duas mães conversando sobre a escola dos filhos, e então uma comenta:

15) Coloquei meu filho numa escola que todos diziam ser boa. Depois de dois meses, meu filho quis mudar. Aí eu fui ver, e achei que a escola não era tão boa.

16) ? Coloquei meu filho numa escola que todos diziam ser boa. Depois de dois meses, meu filho quis mudar. Aí eu fui ver, e achei que uma escola não era tão boa.

O exemplo (16) é ruim porque a DI 'uma escola' não funciona como termo anafórico, e só pode indicar que a mãe está falando de uma segunda escola: uma interpretação que torna incoerente o texto como um todo. Por sua vez, no exemplo (15), a DD cumpre seu papel anafórico: sabemos que quando a mãe diz 'a escola' ela está falando da escola já mencionada. Como sabemos isso? Aqui entra a ideia de que as DDs indicam que há uma restrição em operação, que nos faz buscar um re- ferente já mencionado. Para o caso de (15), sabemos que a mãe não está falando de uma escola qualquer, mas sim da escola em que ela colocou seu filho, que todos diziam ser boa e da qual o filho em questão quis se mudar dois meses depois de entrar.

É por desempenhar esse papel que as DDs são tão importantes nas amarras do texto, indicando que estamos falando de um mesmo referente, apenas acrescentando mais informações sobre ele.

Outra função textual interessante das DDs, que se combina com a função anafórica, é aquela desempenhada pelo predicado que segue o artigo. Ora, um mesmo objeto pode ser referido por meio de diferentes

descrições; tomemos, por exemplo, o referente 'John Lennon'. Podemos nos referir a ele como:

a) o principal vocalista dos Beatles;

b) o marido de Yoko Ono;

c) o compositor de Imagine;

d) o pai de Sean Lennon; etc.

Apesar de essas quatro DDs referirem-se inequivocamente a John Lennon, elas obviamente desempenham papéis informacionais diferentes. Imagine, por exemplo, que alguém queira saber sobre a banda The Beatles e pergunta sobre a relação entre John Lennon e essa banda. Se alguém responder com algo como 'Ora, John Lennon é o pai de Sean Lennon', provavelmente não ajudará em nada quem fez a pergunta. É fácil imaginar outras situações em que DDs que se referem ao mesmo indivíduo não podem ser usadas intercambiavelmente.

Pense em alguém apaixonado pela música Imagine, mas que desconhece seu compositor. De repente essa música toca no rádio, e uma outra pessoa diz para a primeira: 'O marido de Yoko Ono é um gênio' – esse proferimento não vai fazer muito sentido para a pessoa apaixonada pela música (e que desconhece quem é seu compositor).

Essa propriedade das DDs – ter conteúdos informacionais distintos – pode e é muito explorada na área da política. Uma coisa é dizer de Lula que ele é 'o presidente que atingiu 80% de aprovação popular', e outra coisa é dizer de Lula que ele é 'o presidente que é um ex-sindicalista, sem curso superior'. Apesar de ambas as descrições se referirem à mesma pessoa (Lula), a segunda carrega certa dose de preconceito e será preferencialmente usada pelos inimigos de Lula.

5.6 Considerações finais

Como procuramos mostrar neste Tópico, a descrição definida (DD) é o tema de um intenso debate em semântica. Esse debate, ao tentar esclarecer a natureza semântica da descrição definida, aprofunda nosso entendimento de conceitos como pressuposição, condição de verdade, conjunção, e outros.

Porém, o interesse nas descrições definidas não se encerra no estabelecimento de sua natureza semântica: essa construção desempenha um importante papel textual, seja na manutenção do fluxo de informação (a descrição definida responde por referentes já introduzidos no discurso), seja na qualificação dos referentes.

6 Negação

Você vai conhecer o conceito de operador e algumas das características da negação no Português Brasileiro (PB).

6.1 As várias maneiras de negar

Embora negar seja algo muito corriqueiro, estudar a negação envolve questões bem espinhosas, algumas das quais veremos aqui, ao mostrarmos alguns aspectos mais gerais da negação.

A melhor maneira de iniciar tal investigação é se perguntar: quais mecanismos ou expressões dispomos para negar? Claro, a sua primeira resposta deve ter sido o advérbio 'não', nosso negador por excelência. Porém, há muitas outras maneiras de negar, e elas nem sempre dão a mesma contribuição para o sentido da sentença em que aparecem. Compare, apenas a título de exemplo, as seguintes sentenças:

(1) O João não saiu hoje.

(2) O João nem saiu hoje.

Ambas são sentenças negativas; elas nos informam que, de todas as coisas que João pode ter feito, é certo que entre elas não está sair. Mas, veja que (2) veicula um algo a mais, de certa forma diz mais do que (1).

Com (2) infere-se que sair é o mínimo que João poderia ter feito, se ele não fez esse mínimo, então ele não fez mais nada. Podemos pensar sobre o 'nem' da seguinte forma: imagine que há várias coisas que João pode ter feito: fazer um bolo, lavar roupa, ver um filme etc., e, entre elas, sair. Ora, se alguém diz (2) quer dizer também que, além de não sair, João não faz mais nada das coisas que ele podia ter feito.

Faça o teste: sabendo que João podia fazer as coisas que listamos, o que você acha da sentença 'O João nem saiu hoje, mas ele lavou roupa'?

Não é ligeiramente estranha? Compare com 'O João não saiu hoje, mas ele lavou roupa'. O contraste entre essas sentenças pode ser explicado pela ideia de escalas. O 'nem' carrega uma escala e indica a posição mais baixa nessa escala; se negamos o mínimo, negamos o resto. Isso não ocorre com o 'não'.

Outro item de negação é 'sem', que, como 'nem', não tem a mesma distribuição de 'não', ou seja, não ocupa a mesma posição que o 'não' pode ocupar. Podemos dizer 'sem juízo', mas não 'não juízo':

(3) Ele é sem juízo.

(4) * Ele é não-juízo.

Ao mesmo tempo, em termos de significado, parece que 'sem juízo' é o mesmo que 'não ter juízo': 'Ele não tem juízo'.

Além de itens lexicais negativos como 'não', 'nem' e 'sem', temos também uma morfologia para negação. Por exemplo, o prefixo 'in-', no seguinte exemplo:

(5) O João é infeliz.

Mas, a sentença em (5) não é sinônima da sentença em (6):

(6) O João não é feliz.

Em que elas diferem? Vamos desenvolver essa discussão mais adiante, na Seção 6.3. Outro prefixo que indica negação é 'des-', em 'desleal'; o mesmo vale para 'a-' em 'amoral'. Mas, note que eles não têm exatamente o mesmo significado...

A expressão 'deixar de' é também uma maneira de negar, que sempre incide sobre um verbo:

(7) O João deixou de estudar.

Como você deve se lembrar, 'deixar de' carrega uma pressuposição que indica a existência de um estado anterior, em que o evento denotado pelo verbo no infinito se desenvolvia: só se deixa de fazer algo se já se fazia esse algo anteriormente. 'Deixar de' afirma que esse estado anterior cessou. Aliás 'cessar de' é outro verbo que carrega uma negação e uma pressuposição. Como já vimos, no Capítulo sobre pressuposição, a negação é um "buraco" pressuposicional, isto é, a negação deixa a pressuposição passar, por isso comparar a sentença afirmativa à negativa é um teste para determinarmos a pressuposição.

Veja o Capítulo 4 sobre pressuposição.

Lembra-se do teste da P-família?

Há ainda os chamados "indefinidos negativos" como 'ninguém', 'nenhum', 'nada'. Eles têm uma propriedade curiosa: só ocorrem sob o escopo de uma negação (a não ser em posição de sujeito).

Discutiremos mais sobre essa propriedade na Seção 6.5!

(8) a. João não viu ninguém.

b. * João viu ninguém.

(9) a. João não comprou nada.

b. * João comprou nada.

Não temos em (8) e (9) uma dupla negação, que equivaleria a uma sentença afirmativa: se não é verdade que João não veio, então ele veio. Há línguas, como o inglês, em que a tradução literal de (9a), 'João didn't buy nothing', significa que ele comprou algo, porque há uma dupla nega- ção. Por isso, se vamos traduzir corretamente (9a), temos que dizer 'João didn't buy anything'. A presença de duas negações em (9a) no português não indica que ele comprou algo. Não se trata, portanto, de dupla negação. Alguns autores têm dito que no português temos concordância negativa.

É certo que cada um desses negadores pede um estudo à parte, que tenha como objetivo responder à pergunta: qual é a contribuição semântica que ele carrega? Em que ele difere dos outros itens de negação? Mas, não é possível tratar de todos num capítulo, por isso vamos, aqui, fazer uma apresentação das *principais propriedades* da negação.

6.2 O ‘não’

Vamos iniciar com uma pequena reflexão sobre o ‘não’.

Para começo de conversa: o que significa negar? Não há uma resposta imediata para essa pergunta, porque, como vimos, há várias maneiras de negar e nem sempre elas fazem o mesmo semanticamente. Logo, não é óbvio que haja uma resposta única para essa questão. Vamos, então, refletir sobre a negação chamada de sentencial, feita com o ‘não’ e exemplificada a seguir. Pergunte-se: o que a sentença (10) significa?

(10) Não está chovendo.

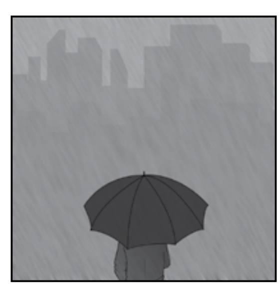
Ela acarreta que está fazendo sol? Claro que não, pode não estar chovendo e não estar fazendo sol. Então, o que ela significa?

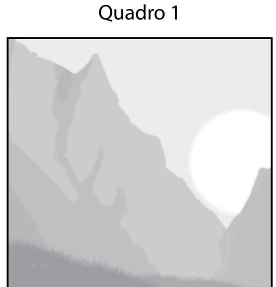
Como vimos, o acarretamento é uma relação de consequência lógica, isto é, dada uma sentença A, outra segue necessariamente dela. Veja o Capítulo 2 ou o Glossário.

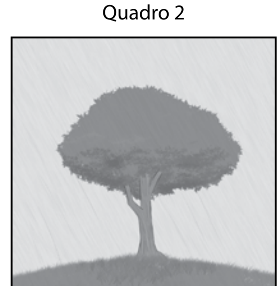
Vamos pensar do seguinte modo: uma sentença divide o mundo em duas partes, uma na qual ela é verdadeira e outra na qual ela é falsa. Isso fica mais claro quando pensamos em sentenças do tipo ‘está chovendo’. Separe as situações a seguir, tendo em vista que (11) é verdadeira e depois que (10) é verdadeira:

(11) Está chovendo.


Quadro 1


Quadro 2


Quadro 3


Quadro 4

Você não deve ter tido qualquer problema: a sentença (10) é verdadeira no primeiro e no terceiro quadros, e falsa no segundo e no quarto, isto é, ela divide o mundo em dois: aquela parte em que a sentença é ver- dadeira e outra em que é falsa. A sentença em (11) nos dá exatamente o inverso: ela é falsa no primeiro e terceiro quadros e verdadeira no segun- do e nas situações em que não chove. Note que há um "jogo" entre chover e não chover: se (10) é verdadeira, então (11) é falsa e vice-versa. Ou seja, se soubermos o que (11) significa, isto é, o seu valor de verdade, derivamos (10) mecanicamente e vice--versa. Podemos, então, deduzir composicionalmente o significado de 'não' a partir do significa- do da sentença afirmativa que compõe a sentença negativa mais complexa. A composicionalidade, já dissemos, é a propriedade das línguas naturais de formar unidades mais complexas a partir de unidades menores. Nesse sentido, podemos decompor a sentença (10) em:

(12) [$_S$ Não [$_S$ está chovendo]].

Em termos estruturais, estamos afirmando que o 'não' atua sobre uma sentença e gera uma outra sentença, isto é, ele é um operador, embora em termos superficiais ele pareça incidir sobre o verbo conjugado.

O que dissemos nos baliza para fazermos uma tabela de verdade. Se a sentença constituinte - no caso de (10), é 'está chovendo' - for falsa, a sentença complexa com a negação é verdadeira e vice-versa. Vamos chamar a sentença constituinte de p. A literatura em semântica costuma representar a negação por '~' ou por '¬'. Assim uma fórmula como '~p' ou '¬p' significa "não é o caso que p". Temos apenas duas alternativas para p: ou ela é verdadeira (V) ou é falsa (F); chegamos assim ao seguinte quadro:

Também em lógica, em matemática e em filosofia. Na literatura mais computacio- nal costuma-se representar o verdadeiro por 1 e o falso por 0.

p	~ p
V	F
F	V

Mas, você deve estar se dizendo: "Isso é apenas um tipo de função, uma maquininha de derivação, e eu quero saber algo mais denso: o que

exatamente significa a negação?" Essa é uma questão metafísica, e não é trivial. Será que podemos afirmar que a sentença em (10) indica que houve um evento de não-chuva? Há eventos negativos? Em nossa compreensão, não; só há eventos positivos. Significa que, ao proferir (10), o falante não diz que houve um evento de não chover, mas que houve um evento que pode ser caracterizado como de não chover, um evento de sol ou um evento de dia encoberto em que não está chovendo. Negar é dizer de um estado de coisas que ele não pode ser caracterizado daquela maneira, mas ficamos sem saber como é então esse evento. Ao dizermos que não está chovendo, deixamos em aberto se está fazendo sol, se está nublado, se está frio ou quente... Só sabemos que não chove.

6.3 Escopo

Na Seção anterior abrimos uma primeira clareira na floresta do 'não'; é tempo de adentrar na mata. Considere agora a seguinte sentença:

(13) O João não beijou a Maria.

De acordo com a visão mais simples, (13) significa que o que quer que tenha ocorrido não foi um evento de beijo na Maria. Mas, note que, se acentuarmos prosodicamente 'a Maria', então (i) afirmamos que houve um evento de beijo, mas (ii) que esse beijo não foi na Maria, o que negamos é, na verdade, o constituinte 'a Maria'. Veja que a nossa descrição anterior não consegue captar essa relação entre a negação e um constituinte menor do que a sentença, pois dissemos que o 'não' opera sobre sentenças.

Leia em voz alta a sentença em (13) com o acento pro- sódico em 'a Maria'.

Acentuar prosodicamente um constituinte é uma maneira de indicar onde a operação da negação está atuando, ou seja, qual é o constituinte que está sendo negado. Em literatura especializada, o lugar em que um operador atua é chamado de escopo. Na sentença (13), como a prosódia indica, a negação atua sobre 'a Maria'. Considere a sentença a seguir:

Esse é um contexto em que 'a Maria' é, em geral, a informação já presente, já dada. Como se a informação de que João beijou a Maria tivesse sido dada e agora ela está sendo corrigida: não foi a Maria que ele beijou, mas sim a Cláudia, ou 'O João não beijou a Maria, mas sim a Cláudia'.

(14) O João não terminou a tese por causa da sua mulher.

Ela é ambígua , isto é, ela tem duas interpretações bem distintas que são acompanhadas por duas curvas entoacionais bem diferentes. Você enxerga as duas leituras? Em uma delas o João não terminou a tese e ele não ter feito isso se deve à sua esposa; a esposa foi a causa de ele não ter terminado a tese. Na outra, o João terminou a sua tese, mas isso não ocorreu por causa da sua esposa, ele ter a causa de ele terminar não foi a sua esposa. Na primeira interpretação, o 'não' tem escopo sobre 'terminou a tese', negando esse constituinte. No segundo caso, o 'não' tem escopo sobre a causa veiculada por 'por causa da sua mulher', negando que essa seja a causa de ele ter terminado a tese.

Trata-se de uma ambiguidade semântica porque envolve o escopo do operador.

Operadores têm escopo porque eles atuam sobre certos constituintes, incluindo toda a sentença. Quando há mais de um operador na sentença, em geral, temos ambiguidade, porque um operador pode ter escopo sobre o outro, é o que ocorre na sentença:

(15) A Maria não cursou semântica de novo.

Cada uma das interpretações tem uma curva entoacional particular. Tente ler a sentença (15) acentuando 'de novo' e isolando-o prosodicamente do resto da sentença; que interpretação foi gerada? Que ela mais uma vez não fez o curso de semântica, ou seja, o 'de novo' está fora do escopo da negação; é ele quem atua sobre a sentença negativa, indicando que 'de novo' não ocorreu algo. Agora leia a sentença incluindo o 'de novo' na mesma curva entoacional, com uma entonação quase de surpresa, de correção de uma fala anterior. Dessa vez a interpretação é que ela já cursou semântica, mas não fez o curso de novo. Nega-se o 'de novo'.

A representação das duas leituras pode ser a seguinte:

Temos que 'p' está por 'A Maria cursou semântica', 'DN' por 'de novo', e '~' pela negação. Assim:

DN (~p) = de novo não é o caso que Maria cursou semântica.

~(DN p) = não é o caso que de novo Maria cursou semântica.

Com essa representação, fica claro qual operador está sob o escopo do outro.

6.4 Negações escalares

Dissemos, no início, que a sentença em (16) tem um significado diferente da sentença em (17), isto é, elas não são sinônimas:

(16) A Maria é infeliz.

(17) A Maria não é feliz.

Dizer que elas não são sinônimas é dizer que elas desenham condições diferentes no mundo, que elas não são verdadeiras (ou falsas) nas mesmas situações. Você consegue ver em que elas diferem? Veja que entre 'feliz' e 'infeliz' há um continuum, estamos, portanto, diante de uma escala, em que o topo é ser feliz e a base é a infelicidade; entre elas há inúmeros estados intermediários que podem ser indicados por advérbios como 'muito' ou 'um pouco'.

Ao negarmos que a Maria é feliz, indicamos apenas que não é possível colocá-la no topo da escala da felicidade, mas isso não significa que ela está lá embaixo; ela pode não ser nem feliz nem infeliz, como a sentença 'Maria não é feliz e nem infeliz' demonstra. Se afirmamos que ela é infeliz, colocamos a Maria na base da escala, na posição mais baixa. Assim (16) acarreta (17), mas não vice-versa, ou seja, mesmo que Maria não seja feliz, ela não é necessariamente infeliz.

Mas, nem sempre o prefixo 'in-' se combina com um adjetivo escalar:

(18) Esse artigo é inconstitucional.

Ora, ou algo é inconstitucional ou não é; não há algo mais ou menos inconstitucional. Nesse caso, (18) diz o mesmo que (19):

(19) Esse artigo não é constitucional.

A negação escalar não é, portanto, uma propriedade do prefixo ‘in-’, antes tem a ver com o tipo de adjetivo com o qual esse prefixo se combina: esse fenômeno ocorre quando ‘in-’ se combina com adjetivos escalares. Considere a seguinte sentença:

Para mais informações sobre os adjetivos escalares, veja o Capítulo sobre comparação.

(20) O leite não está quente.

Será que ela acarreta que o leite está frio? Certamente não, e você já deve ter entendido a razão: ‘quente’ é também um adjetivo escalar. Na escala de temperatura, quente está no intervalo superior e frio no inferior, mas há posições intermediárias, expressas, por exemplo, por ‘morno’. Veja que se o leite está frio, então ele não está quente, mas a recíproca não é verdadeira.

Como já notamos, o ‘nem’ é um tipo de negação escalar, que pode atuar em lugares que o ‘não’ não pode, compare as sentenças abaixo:

(21) a. Nem o João veio.

b. * Não o João veio.

Veja que não podemos substituir o ‘nem’ por ‘não’. Além disso, (21a) diz mais do que João não ter vindo. De alguma forma, (21a) veicula que também outras pessoas não vieram. Como isso ocorre? ‘Nem’ parece ser especializado em atuar na parte inferior de uma escala que é dada contextualmente. Ao negar o ponto mínimo da escala, nega-se todo o resto. Assume-se, ao interpretarmos (21a), que o João certamente viria à festa, porque o João vem a todas as festas; então, no mínimo, era ele o esperado. Mas, se o mínimo esperado não ocorreu, nada mais ocorreu. Trata-se evidentemente de um raciocínio inferencial. Veja também que o ‘nem’ é um item que pode tomar diferentes expressões em seu escopo: no caso de (21a), seu escopo é ‘João’; no caso de (2), seu escopo é ‘sair’.

6.5 Os itens de polaridade negativa

Já mostramos que os indefinidos negativos, 'nada', 'ninguém', 'nenhum', quando não estão na posição de sujeito, exigem a presença da negação explícita:

(22) Ninguém viu o Pedro.

(23) a. * Pedro viu ninguém.

b. Pedro não viu ninguém.

Esse é um fenômeno curioso que não se restringe aos indefinidos negativos. Há na língua várias expressões que só podem ser usadas se estiverem sob o escopo de um item negativo, por isso elas são chamadas de itens de polaridade negativa. Veja que interessante o seguinte contraste:

(24) a. Ela não vale um tostão furado.

b. ?? Ela vale um tostão furado.

(25) a. Ela não deu um pio na palestra.

b. # Ela deu um pio na palestra.

Você sente o contraste? O que ocorre nas sentenças afirmativas? Há inúmeras expressões que têm esse mesmo comportamento. Você consegue pensar em outras?

O símbolo # não indica agramaticalidade, mas a necessidade de um contexto especial para que a sentença seja interpretada.

O que ocorre é que, na sentença negativa temos uma expressão idiomática, já a afirmação faz com que as palavras sejam interpretadas "literalmente", assim (25b) só pode significar que ela deu literalmente um pio durante a palestra, por isso é uma sentença estranha . Já (25a) significa que ela não disse nada durante a palestra, não produziu nem o menor barulho e não que ela não deu um pio. Veja que, mais uma vez, estamos diante de uma escala, contextualmente produzida, em que 'dar

um pio' indica o mínimo que se pode fazer. Se ela não fez o mínimo, não fez nada mais. Eis mais um exemplo:

(26) a. Ela não abriu a boca .

b. Ela abriu a boca.

Exatamente o mesmo raciocínio se aplica aqui. A sentença em (26b) só pode ter leitura literal, tecnicamente chamada de composicional, significando que ela realizou o movimento de abrir a boca. Já (26a) pode ter tanto a leitura composicional, em que se nega que ela tenha feito o ato de abrir a boca, quanto a leitura não-composicional, em que ela não disse nada. É claro que abrir a boca é o mínimo que temos que fazer para falar; se ela não fez nem isso, não fez nada mais, não colocou a sua posição sobre o assunto, não discutiu o assunto.

Um enigma que cerca os itens de polaridade negativa é o fato de que eles podem ocorrer em alguns contextos que não têm uma negação explícita:

(27) Estou surpresa de ele ter levantado um dedo para ajudar.

Veja que, embora não haja uma negação explícita, 'levantar um dedo' não tem o significado composicional de levantar um dedo, mas é sinônimo de dar uma mão, de ajudar. Note, entretanto, que há algo de negativo em (27), a expectativa do falante era que ele não tivesse ajudado. O mesmo vale para a sentença abaixo:

(28) Se ele levantou um dedo para ajudar, eu sou um mico de circo.

6.6 Negação metalinguística

Um outro tipo de negação que recebeu muita atenção dos linguistas é a chamada negação metalinguística:

(29) Ela não é bonita, é linda.

(30) Eu não gosto de você, te amo.

Por que essas sentenças são problemáticas, embora sejam muito corriqueiras? Veja que mais uma vez temos escalas, bonito está, na escala de beleza, abaixo de linda, mas acima de feia. Nos exemplos anterio- res, quando negávamos o ponto máximo, deixávamos em aberto as várias possibilidades para baixo na escala: se o café não está quente, ele não está pelando, mas pode estar morno. Explicando de outro modo: se alguém é linda, necessariamente é bonita, porque linda é mais do que bonita e os dois estão no polo positivo.

Mais sobre pólo positivo e negativo no Capítulo 8, sobre comparação.

Você deve conseguir fazer o mesmo raciocínio para a sentença (30): na escala de amor, gostar é inferior a amar. Assim, se amamos alguém, necessariamente gostamos dessa pessoa (é evidente que o reverso não é necessariamente verdadeiro, podemos gostar sem amar). Se é verdade que o falante não gosta do ouvinte, então, por necessidade, ele não ama o ouvinte.

Mas, se for assim, as sentenças (29) e (30) deveriam ser espúrias, incoerentes, mas não são, e por que não? A ideia é que em (29) não estamos efetivamente negando que ela tenha a propriedade da beleza, mas estamos negando que a palavra 'bonita' seja apropriada para descrevê-la; de novo, algo como uma correção: Não é correto caracterizá-la pelo termo 'bonita' porque ela é mais do que bonita, ela é linda. Estamos afirmando que descrevê-la com o termo 'bonita' é inadequado, porque estamos dizendo menos do que devemos dizer, já que ela é linda.

Há aqui paralelos com a chamada comparação metalinguística, veja o Capítulo 8.

6.7 Considerações finais

Há várias maneiras de negarmos. Neste Capítulo, apresentamos a negação sentencial, que, no português brasileiro, ocorre geralmente com o 'não' antecedendo o verbo conjugado. Sua principal característica é inverter o valor de verdade da sentença que a compõe. 'João não saiu'

é verdadeira se e somente se 'João saiu' é falsa. Mostramos ainda a negação escalar – que é aquela que atua numa escala –, e também como a negação do prefixo 'in-' não é o mesmo que a negação sentencial: 'João não é feliz' não tem o mesmo significado que 'João é infeliz'.

Apresentamos rapidamente os itens de polaridade negativa que são expressões que ocorrem preferencialmente sob o escopo da negação, como por exemplo 'Ela não é flor que se cheire'. Finalmente, atentamos para a negação metalinguística, em que se nega a propriedade de utilizarmos um certo termo para descrever um objeto: 'A Maria não é bonita, é linda'.

Como é possível notar, o domínio de estudos da negação é vasto e envolve questões muito interessantes sobre escalas e sobre inversão do valor de verdade das sentenças. Esperamos que você possa explorar mais a fundo tais questões.

7 Quantificação

Este Capítulo visa apresentar os conceitos básicos para entender a quantificação nas línguas naturais. Nele vamos estudar mais a fundo a quantificação nominal.

7.1 Introdução

Considere o seguinte diálogo:

(1) Quantos livros (da lista de Semântica) o João comprou?

O João comprou todos os livros (da lista de Semântica). Suponha que a informação entre parênteses seja dada pelo contexto. A resposta expressa uma quantificação: não importa quantos livros estão na lista, sabemos que o João comprou todos eles, que ele esgotou os livros da lista.

Quantificadores têm restrição contextual – no nosso caso, trata-se apenas dos livros da lista de Semântica.

As línguas naturais têm vários mecanismos para expressar quantificação. No exemplo em (1), trata-se de uma quantificação universal nominal, porque ela ocorre no sintagma nominal: 'todos os livros' que, no exemplo, está na posição de objeto (direto, diria a Gramática Normativa, ou de argumento interno, diriam os linguistas). Mas, é evidente que o sintagma quantificado pode ocorrer na posição de sujeito e em outras posições, como mostram estes exemplos:

Informalmente, podemos dizer que a quantificação expressa uma "quantidade": todos, a metade, alguns, dois... Mas, essa maneira de ver, que é conhecida na literatura como visão "quantificaciosa", leva a equívocos. É mais correto afirmar que a quantificação é uma relação entre conjuntos, como veremos adiante.

(2) Todos os livros (da lista de Semântica) são baratos.

(3) Em todos os livros (da lista de Semântica) há um erro.

Também deve estar claro que expressamos outras "quantidades" além da totalidade de elementos, expressa quantificação universal. Em (4), o falante informa que o João comprou livros da lista. Talvez ele tenha comprado dois, três ou mesmo todos os livros, mas certamente ele comprou mais de um livro, dada a morfologia de plural '-s'. Na sentença em (5), o número de livros que o João comprou é explicitamente dado:

(4) O João comprou alguns livros (da lista de Semântica).

(5) O João comprou dois livros (um, três, quatro,...).

Podemos também afirmar que João comprou a metade dos livros da lista – mas é claro que, nesse caso, para sabermos exatamente quantos livros João comprou, precisamos saber quantos livros há na lista:

(6) O João comprou a metade dos livros.

Suponha que por 'a maioria' entendemos pelo menos metade mais um:

(7) O João comprou a maioria dos livros.

Em (8), o falante afirma que, da lista de livros, João não comprou nenhum:

(8) O João não comprou nenhum dos livros.

Todos esses exemplos são de quantificação nominal, mas as línguas têm também outros tipos de quantificação, em particular a quantificação no domínio do verbal:

(9) Sempre que o João sai, a Maria chora.

Veja que 'sempre' é uma quantificação universal, já que indica que todos os eventos de saída do João são acompanhados por eventos de choro da Maria – para cada evento de saída do João (toda vez que João sai), há um evento de choro da Maria (Maria chora, ou seja, 'Sempre que o João sai, a Maria chora'). Note como é diferente dizermos 'Algumas vezes a Maria chora quando o João sai', em que temos uma quantificação chamada de existencial.

Na sentença em (10), afirma-se que houve dois eventos de corrida:

(10) Maria correu duas vezes.

Assim, a quantificação está presente na descrição de vários fenômenos das línguas naturais. Além dos nominais, vimos que ad- vérbios de tempo como 'sempre' podem ser traduzidos como quantificação sobre o tempo e 'vezes' como operando sobre eventos. No tópico sobre modalidade, veremos que a ideia de quantificação também desempenha ali um papel bastante interessante. Neste Capítulo, vamos nos concentrar na quantificação nominal.

Como esperamos deixar claro ao longo deste Capítulo, a quantificação é um lugar privilegiado para o professor de Português interagir com o professor de Matemática ou com o professor de Filosofia/Lógica, porque a intuição sobre como funciona a quantificação é a mesma nessas áreas do conhecimento. Por razões históricas, pensamos que as ciências humanas não têm nada a ver com as ciências exatas e menos ainda com a matemática, mas talvez esse seja mais um engano; afinal, a matemática é uma linguagem, assim como as várias linguagens lógicas (o cálculo de predica- dos, por exemplo). Nessa perspectiva, não é surpreendente que haja pontos de aproximação, e a quantificação é certamente um deles. Fica, então, o desafio de um trabalho em conjunto com o professor de Matemática!

7.2 A quantificação nominal

Vamos iniciar refletindo sobre esta sentença:

(11) Apenas uma criança está chorando.

Como já dissemos no Capítulo 3, predicados denotam conjuntos de indivíduos. Na sentença (11), temos dois predicados; logo, dois conjuntos de indivíduos: o predicado 'criança' denota o conjunto das crianças, e o predicado 'está chorando' denota o conjunto dos que choram naquele momento.

Predicado é uma estrutura insaturada, com uma posição aberta para ser preenchida por um argumento: 'chorar' pede um argumento para se tornar uma sentença. Em 'O João chora' a valência de 'chorar' é preenchida pelo argumento 'o João'.

A visão que será apresentada é chamada de Quantificação Generalizada e foi desenvolvida por Barwise e Cooper (1981). Essa visão procura resolver a questão de como combinar os elementos em (11).

A sentença em (11) coloca um problema de combinação se partirmos do predicado 'está chorando'. Como já vimos, 'está chorando' é um predicado com um lugar, com uma valência; logo, ele pede um argumento para se preencher, para se tornar uma estrutura estável. O problema é que o sintagma quantificado 'apenas uma criança' não se refere a um indivíduo em particular (o João, a Maria...).

É possível provar, através de uma série de testes, que, de fato, um sintagma quantificado não denota um indivíduo em particular. Apresentamos dois que nos parecem mais intuitivos:

Teste da contradição: se 'apenas uma criança' denotasse um indivíduo em particular, esperaríamos que a sentença em (12) fosse contraditória, como ocorre com a sentença em (13), em que temos o sintagma 'o João', o qual sabemos com certeza que se refere a um indivíduo em particular:

(12) Apenas uma criança está chorando e apenas uma criança não está chorando.

(13) O João está chorando e o João não está chorando.

No entanto, com (12) é perfeitamente plausível imaginarmos uma situação em que ao mesmo tempo temos uma criança chorando e uma criança que não está chorando. Isso não ocorre em (13).

Como vimos no Capítulo 2, uma contradição é uma sentença que nunca é verdadeira. Veja também o Glossário.

Sem "deslizar" os sentidos e desconsiderando situações em que o João está fingindo chorar, não é possível uma situação em que ele esteja ao mesmo tempo chorando e não chorando, por isso (13) é uma contradição

Teste do acarretamento para baixo: para aplicar esse teste, vamos supor que o sintagma 'apenas uma criança' se refere a um indivíduo em

particular. Se esse for o caso, a sentença em (14a) deve acarretar a sentença (14b). É isso que ocorre?

(14) a. Apenas uma criança chegou ontem de manhã.

b. Apenas uma criança chegou ontem.

Lembre-se: acarretamento é uma relação lógica entre as sentenças de forma que uma decorre necessariamente da outra!

Não! (14a) não acarreta (14b), porque podemos imaginar uma situação em que apenas uma criança chegou de manhã, mas, à tarde, chegaram muitas outras crianças. Por contraste, (15a) acarreta (15b):

(15) a. O João chegou ontem de manhã.

b. O João chegou ontem.

Esses testes mostram que os sintagmas quantificados não se comportam como expressões que denotam indivíduos em particular.

Retornando: se em (11) 'apenas uma criança' não denota um indivíduo em particular, deveríamos esperar que a sentença fosse agramatical, porque o predicado 'está chorando' pede um argumento, isto é, um indivíduo em particular, mas 'apenas uma criança' não denota um indivíduo! O que fazer? A grande contribuição de Frege foi imaginar que a combinação é livre de direcionamento.

No Capítulo 3, vimos que, numa sentença como 'João estuda', combinamos o predicado 'estuda' com o argumento 'João', da direita para a es- querda. O que Frege fez foi considerar 'apenas uma criança' – que, como vimos, não denota um indivíduo - como um tipo de predicado, e efetuar uma combinação da esquerda para a direita, partindo de 'apenas uma criança' e procurando qual expressão serviria de argumento para ela.

Reflita: o que essa expressão exige para se tornar uma sentença? As combinações abaixo são todas possíveis (e muitas outras que você deve conseguir criar sem nenhum problema):

chora

Apenas uma criança fala

estuda

O que essas combinações têm em comum? Ora, já vimos que 'estuda' é um predicado de um lugar, o mesmo se dá com 'chora' e com 'fala'. Assim, o que há de comum nessas combinações é o fato de que 'apenas uma criança' se combina com um predicado de um lugar! Por isso Frege afirmou que o sintagma quantificado é um predicado de segunda ordem: é um predicado que pede outro predicado para se completar. Estamos combinando da esquerda para a direita.

Veja que 'apenas uma criança' não pode se combinar com argumentos – estruturas saturadas –, como em:

João

Apenas uma criança o presidente do Brasil

Maria

Se analisarmos ainda mais a fundo o sintagma quantificado 'apenas uma criança', veremos que ele pode ser decomposto em um quantificador, 'apenas uma' e um predicado 'criança' – lembrando que predicados de um lugar, como 'criança', 'chora' etc., se referem a conjuntos de indivíduos, ou seja, o conjunto das crianças, o conjunto dos que choram etc. Grosseiramente, temos a seguinte decomposição:

Apenas uma criança chora.

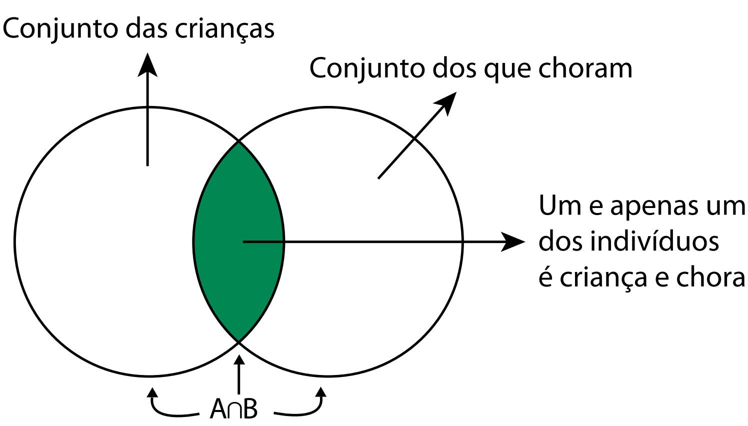
Apenas uma criança chora.

Apenas uma criança

Veja que temos um quantificador e dois predicados de um lugar: 'criança' e 'chora'. O quantificador 'apenas uma', como qualquer quantificador, indica uma relação entre esses conjuntos. A questão agora é: Como é que os conjuntos em (11) se relacionam? Pergunte-se: Em que condições o mundo deve estar para que essa sentença seja verdadeira?

Se você tem dúvidas básicas sobre teoria de conjuntos, faça uma pequena recapitulação!

Ora, para que a sentença (11) seja verdadeira, é necessário que um único indivíduo, na situação de fala, tenha ao mesmo tempo a propriedade de ser criança e de chorar. Veja que pode haver outras crianças e pode também haver outros que estão chorando, o que se exige é que apenas um único indivíduo pertença à intersecção entre esses conjuntos, como mostra o desenho a seguir:

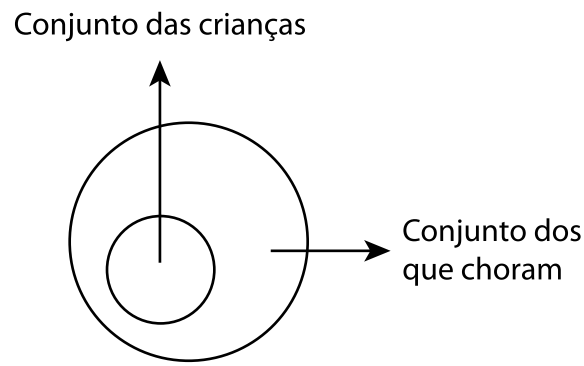


É por isso que dissemos, no início, que um quantificador denota uma relação entre conjuntos.

Vamos, agora, "brincar" de visualizar o que alguns outros quantifica- dores denotam, tendo como fundo essa ideia de relação entre conjuntos. Faça a seguinte pergunta: O que 'todo' denota? Reflita sobre a sentença 'toda criança chora', depois se pergunte: Para que essa sentença seja verdadeira, o que é necessário? Pode haver outros indivíduos que choram? Ou essa sentença exige, para ser verdadeira, que apenas crianças chorem?

Você deve concordar que, para a nossa sentença ser verdadeira, pode haver outros indivíduos que chorem; o que precisamos garantir é

que, se algo é criança, então ela chora. Se pensarmos em termos de conjunto, o que teremos? Teremos que o conjunto das crianças está contido no conjunto dos que choram.

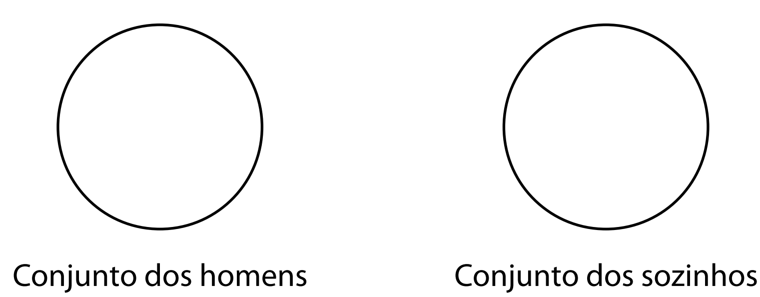


A relação de inclusão é representada por "⊂": o conjunto das crianças "⊂" o conjunto dos que choram, ou seja, o conjunto das crianças está contido no conjunto dos que choram, ou ainda, se algo é uma criança, então esse algo chora, ou seja, toda criança chora!

Um caso bem interessante de se pensar é a sentença:

(16) Nenhum homem é sozinho.

Temos, mais uma vez, dois predicados: 'homem' e 'sozinho', que denota o conjunto dos entes que são sozinhos. Pergunta-se: o que denota 'nenhum', que tipo de relação 'nenhum' denota? Há várias maneiras de responder a essa pergunta, mas, se pensamos sempre em relações entre conjuntos, então temos de concluir que esses conjuntos não se relacionam, que não há intersecção entre eles. Eles estão disjuntos



7.3 Interação de quantificadores: as relações de escopo

Durante certo período na história dos estudos em sintaxe e semântica, acreditava-se que as sentenças ativas e suas equivalentes passivas eram sinônimas, isto é, que ambas veiculavam exatamente o mesmo sentido.

Num artigo famoso, Chomsky mostrou que nem sempre é esse o caso, a partir da análise de uma sentença parecida com (17) abaixo:

(17) Todos os alunos dessa sala falam duas línguas.

Nessa sentença temos dois sintagmas quantificados: 'todos os alunos' e 'duas línguas'. Intuitivamente, em que condições essa sentença é verdadeira? Você deve ter pensado: ela é verdadeira se todos os alunos falarem duas línguas. Correto. Mas, será que é necessário que sejam as mesmas duas línguas? Suponha o seguinte cenário: Na sala em questão há três alunos: Berenice, Júlia e Ricardo. Berenice fala inglês e alemão; Júlia fala karitiana e irlandês; Ricardo fala grego e japonês. A sentença em (17) é verdadeira nesse cenário? Claro que sim! Ela também é verdadeira num cenário em que os três falam as mesmas duas línguas, por exemplo português e inglês. Compare, agora, com a sentença passiva:

O karitiana é uma das muitas (por volta de 150) línguas indígenas faladas no Brasil.

(18) Duas línguas são faladas por todos os alunos dessa sala.

Uma das interpretações desapareceu. Qual delas? Você deve ter percebido que agora necessariamente são as mesmas duas línguas. O cenário em que cada um fala duas línguas distintas está excluído.

Apenas a sentença em (17) é ambígua. Que ela o seja é algo esperado, dado que quantificadores são um tipo particular de operador.

Como vimos, os quantificadores efetuam uma operação entre conjuntos. Há, basicamente, a operação de inclusão e a operação de intersecção. 'Todo' (e suas variantes, como 'todos os [N]', 'todas as [N]',

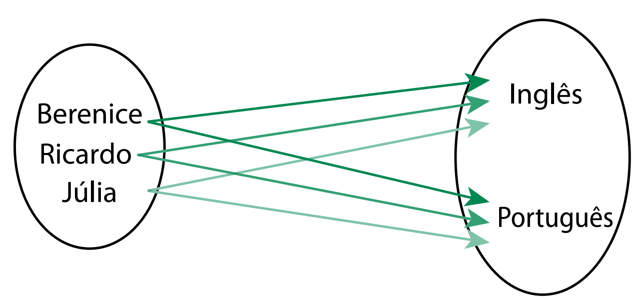
'tudo'...) indica sempre inclusão de conjuntos, porque ele (e suas variantes) esgota todos os elementos de um dos conjuntos. Por isso, 'todo' é chamado de quantificador universal e é representado em textos de linguística, de lógica, de computação pelo símbolo ∀. Já o 'um' ou o 'algum' indica sempre interseção de conjuntos e é chamado de "quantificador existencial", porque é parafraseado por 'existe pelo menos um'; é comumente representado pelo símbolo ∃.

Voltando ao exemplo em (17), se um quantificador é um operador, então um pode ter escopo sobre o outro: se 'todos os alunos' tem escopo sobre 'duas línguas', o que nos dá a seguinte paráfrase:

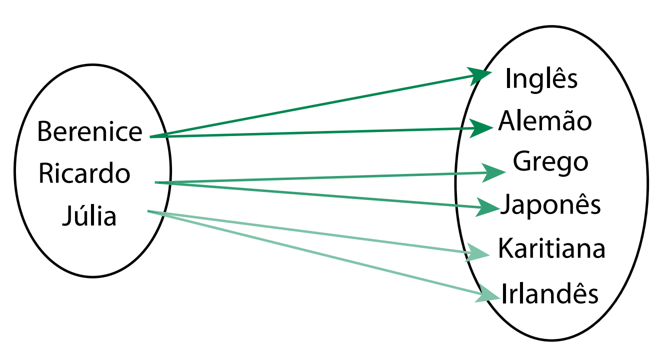
(19) Todos os alunos são tais que eles falam duas línguas.

Graficamente, temos dois conjuntos em interação, só temos certeza de que o conjunto dos alunos deve ser esgotado de tal forma que cada um dos elementos se relacione com dois indivíduos do conjunto das línguas. O problema é que há várias maneiras de isso ocorrer, como exemplificado nas duas situações a seguir:

Situação 1:



Situação 2:



Mas, por que isso não ocorre com (18)? Por que (18) só permite uma leitura? Porque em (18) o sintagma quantificado 'duas línguas' já se moveu para uma6 posição em que ele tem escopo sobre o sintagma quantificado 'todos os alunos'. Logo, a sentença em (18) só pode ser parafraseada por:

Você deve se lembrar que há movimento na sintaxe, certo?

(20) Duas línguas são tais que todos os alunos falam elas. Com isso, exclui-se o segundo cenário.

Considere agora a seguinte sentença:

(21) Todos os alunos da sala compraram um presente para o professor.

Você já deve estar preparado(a) para se deparar com uma ambiguidade, certo? Claro que sim. Em (21) temos dois sintagmas quantificados: 'um presente' e 'todos os alunos da sala'; logo, temos dois operadores, e um pode ter escopo sobre o outro. Que interpretações temos da sentença em (21)?

(22) Para todos os alunos é verdade que cada um deles comprou um presente para o professor.

(23) Um presente é tal que todos os alunos compraram ele para o professor.

Dizemos que em (22) temos uma leitura distributiva, porque distribuímos os alunos e os presentes. Em (23), temos a chamada leitura de escopo invertido, precisamente porque houve uma inversão do escopo: 'um presente' passa a ter escopo sobre toda a sentença: existe um presente que é tal que todos os alunos compraram ele.

7.4 Considerações finais

A quantificação é um fenômeno pervasivo nas línguas naturais. Ela ocorre não apenas no sintagma nominal, mas também no verbal e,

como veremos no Capítulo 10, na modalidade. Neste Capítulo, mostramos o seu funcionamento atentando para o sintagma nominal. Mostramos que um quantificador estabelece uma relação entre conjuntos dados pelos predicados que compõem uma sentença quantificada. Em 'Alguns alunos foram mal na prova', 'alguns' é o quantificador que indica que a intersecção entre o conjunto dos 'alunos' e o dos que 'foram mal na prova' e deve ser maior do que 'um', ou seja, para que essa sentença seja verdadeira é preciso ter pelo menos dois indivíduos que são alunos e que foram mal na prova.

Também mostramos que os quantificadores interagem com outros operadores que estejam presentes na sentença, gerando ambiguidades. Para poder apresentar essas interações que geram ambiguidade, voltamos à noção de escopo, apresentado no Capítulo 6. Ainda sobre os quantificadores, esse é, em nosso entender, o capítulo que pode proporcionar uma conversa com o professor de Matemática.

8 Comparação (ou a semântica das sentenças comparativas)

Você vai conhecer um pouco sobre a semântica das sentenças comparativas canônicas no português brasileiro. Serão apresentadas as principais formas de se construir sentenças comparativas.



Orações comparativas são estruturas amplamente presentes nas línguas naturais. Neste Capítulo, vamos aprender um pouco sobre a se- mântica de algumas delas. Adentrar em sua complexidade estrutural e semântica é um dos caminhos para entendermos como os falantes do português brasileiro constroem significados. Na tirinha acima, temos uma sentença comparativa: 'garotas têm bumbum mais delicado'. Pense no seguinte problema: ela expressa uma proposição completa ou está faltando algo? Que estado de mundo torna essa frase verdadeira? Muito do que será discutido aqui e muito do trabalho do semanticista preocupado com o estudo das sentenças comparativas é determinar duas coisas: o que está elidido nessas sentenças e quais são as condições de verdade que podem ser atribuídas a elas.

Elisão: é um processo linguístico pelo qual são apagadas expressões de uma oração complexa. Apesar de não pronunciadas, essas expressões podem ser recuperadas dentro da estrutura sintática e na interpretação semântica. Vejamos um exemplo. Em (ii) podemos recuperar o que não foi pronunciado em (i):

(i) João comprou um carro e Maria também.

(ii) João comprou um carro e Maria também (comprou um carro). Assim, dizemos que o constituinte entre parênteses em (ii) foi elidido ou apagado, mas está presente na interpretação.

Veremos que as nossas gramáticas escolares descreveram e entenderam apenas alguns dos aspectos da comparação. Já de início descobrimos que comparações, como a da tirinha, possuem muito conteúdo que não pronunciamos, que está elidido, mas que, em nível semântico, está presente.

Como você viu no Capítulo 2, a semântica entende que o significado das sentenças das línguas naturais é resultado do significado das partes e do modo como elas se combinam, o princípio de composicionalidade. Nesse modelo, predicados são funções (no sentido matemático). Com isso em mente, vamos à pergunta fundamental que segue do **princípio de composicionalidade**: como calculamos o significado de uma sentença comparativa a partir do significado das partes? E, claro, quais são as suas partes?

A primeira parte deste Capítulo apresenta algumas formas de construir sentenças comparativas e discute o que aprendemos sobre esse tipo de oração nas gramáticas escolares. Na segunda Seção, entraremos na discussão propriamente semântica, tentando entender e tornar explícito o conhecimento intuitivo que temos enquanto falantes do português. E, como você já deve ter aprendido, essa tarefa se faz tentando mostrar que situações no mundo fazem uma sentença comparativa ser verdadeira.

8.1 A gramática da comparação

Como início, recordemos três aspectos que as gramáticas nos ensinam sobre a comparação.

8.1.1 Os graus do adjetivo

A primeira característica apresentada pelas gramáticas é que um dos graus do adjetivo é o comparativo. Temos outros como o superlativo, o equativo e o positivo. Vejamos os exemplos respectivos:

(1) João é mais/menos alto do que Pedro. (comparativo)

(2) João é o mais alto dos seus irmãos. (superlativo)

(3) João é tão alto quanto seu pai. (equativo)

(4) João é alto. (positivo)

Grau: o *grau* na tradição gramatical e linguística é a propriedade que certas palavras e expressões possuem de serem modificadas por expressões do tipo 'muito', 'pouco', e por aparecerem em construções comparativas e superlativas. Cognitivamente, é uma forma que as línguas humanas têm de relativizar certas propriedades que podem variar conforme o contexto.

Aqui não trataremos das sentenças superlativas. Outro tipo de comparação sobre a qual nada falaremos é a do tipo como esta em (5):

(5) João fala como uma matraca.

Em certo sentido, ela é uma comparação, em sentido lato, mas de cunho metafórico. Seu estudo se insere dentro da metáfora e, portanto, estará fora do escopo deste Capítulo.

Nosso principal foco serão as comparativas, como em (1), as equativas, como em (3), e a sua relação com a forma positiva, como em (4).

As gramáticas também nos ensinam que, para construir uma sentença comparativa em português, devemos antepor os elementos com-

parativos (mais, menos, tão, tanto) ao adjetivo, e, depois do adjetivo, a expressão 'do que' para os dois primeiros, e 'quanto' para os dois últimos:

(6) NP é mais/menos Adjetivo do que NP. (comparativo)

(7) NP é tão/tanto Adjetivo quanto NP. (equativo)

Acontece que o português não é tão bem comportado assim. Expe rimente fazer uma busca na internete com o Google, digitando 'mais', 'menos'ou 'tão'. Você irá se deparar com um zilhão de dados. Para poupar o seu trabalho, escolhemos alguns casos de sentenças comparativas que fogem ao padrão acima:

(8) João correu mais rápido do que Carlos.

(9) Carlinhos comeu mais do que bebeu na festa.

(10) Mais professores do que alunos foram à festa.

Veja melhor esse conceito em: MIOTO, C. Sintaxe do português. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.

O que estamos comparando nessas sentenças? No que elas diferem de uma comparação com adjetivos como o nosso exemplo em (1)? A conclusão a que você deve chegar é: além dos adjetivos, outras classes de palavras e constituintes sentenciais podem participar de comparações. Em (8) comparamos por meio de um advérbio, 'rápido', em (9) por meio de dois verbos, 'comeu' e 'bebeu', e em (10) por meio de dois sintagmas nominais, 'professores' e 'alunos'.

A questão que um linguista deve se perguntar frente a esses dados é: a comparação é a expressão do grau de verbos e nomes, da mesma forma que é para os adjetivos e advérbios? Aposto que você não tinha pensado nisso, certo? Afinal de contas, o que os gramáticos estavam intuindo quando nos disseram que adjetivos e advérbios possuem graus? Uma das nossas tarefas será tentar dar uma resposta a essa pergunta. Mas, antes, vamos a outro aspecto da gramática das sentenças comparativas.

8.1.2 Os elementos comparativos são advérbios?

O segundo aspecto é se os elementos comparativos são advérbios.

Como você deve se lembrar, os advérbios modificam o verbo, o adjetivo e o próprio advérbio. Morfologicamente não apresentam concordância de número ou gênero, e isso está cor- reto em certa medida, mas iremos olhar essa questão com cuidado.

Como podemos saber se certas palavras ou sintagmas pertencem à mesma classe? Que tipo de evidência ou argumentos podemos trazer para dizer que 'mais', 'menos' e 'tão' pertencem à classe dos advérbios?

O problema de responder a essa questão é definir *o que são advérbios*.

Essa classe engloba um conjunto muito distinto de expressões, cuja característica essencial é modificar verbos, daí o nome ad (= junto) + verbo.

Apenas para citar dois trabalhos, os pesquisadores Rodolfo Ilari (ILARI et al., 1996) e Marcio Renato Guimarães (GUIMARÃES, 2007) coletaram a analisaram a ocorrência e distribuição de uma série de dados de fala e dados coletados em buscas na internet. O(a) leitor(a) interessado(a) vai se surpreender com a variedade de comportamentos que os diferentes advérbios possuem. Para Mario A. Perini (2004), a questão que começa seu Capítulo sobre advérbios da sua Gramática Descritiva é "existe uma classe de advérbios?".

Deixando de lado a complexa discussão sobre os advérbios, voltemos aos exemplos de sentenças comparativas, como (11), na qual os advérbios sublinhados modificam um verbo, 'correr':

(11) O João correu muito/bastante/mais/pra caramba.

Mas, os mesmos advérbios também podem modificar adjetivos, como em (12),:

(12) O carro está todo/completamente/mais sujo pra burro. E substantivos:

(13) a. Muita/bastante gente estava na festa.

b. Gente pra burro foi naquela festa. E mesmo outros advérbios:

(14) a. Muito mais gente veio na festa.

b. O João corre muito mais rápido do que você.

A conclusão é a de que expressões como 'mais' e 'menos' podem ser considerados advérbios porque são modificados por outros advérbios e aparecem em posições na oração que são típicas de advérbios. Entretanto, elas são diferentes dos demais. Veja o seguinte contraste:

(15) a. *João é mais alto de Pedro.

b. * João é menos alto quanto Pedro.

c. * João é muito/bastante alto do que Pedro.

d. * João é tão alto do que Pedro.

O que há de errado com (15)? Lembrar uma regra das gramáticas não vai ajudar. Pense: por que os falantes da língua portuguesa não produzem sentenças como essas? Os elementos comparativos são, na verdade, palavras de um tipo especial, não podem aparecer sozinhas:

(16) a. NP é mais/menos Adjetivo do que NP.

b. NP é tão/tanto Adjetivo quanto NP.

Nesse sentido, eles diferem, por exemplo, de 'muito' e 'bastante', que podem aparecer sozinhos. O que nos leva para outra assunção feita pelas gramáticas.

8.1.3 As orações comparativas são um exemplo de subordinação.

O terceiro aspecto é que o nexo sintático que temos em uma oração comparativa é a subordinação, ou seja, 'Pedro' está subordinado à ora-

ção principal 'João é mais alto do que Pedro', e a expressão 'mais do que' é analisada como o elemento que relaciona as duas orações. Podemos representar isso da seguinte forma:

(17) [João é alto] [mais do que] [Pedro é alto].

Como estamos estudando semântica, não entraremos em questões sintáticas aqui. Claro, como você já deve ter aprendido, a interpretação semântica é feita a partir de uma estrutura sintática, de outra forma, não há o que ser interpretado.

Subordinação: é uma forma de se unir duas sentenças simples, em que há uma relação de dependência (causa, consequência etc.) entre elas. (i) e (ii) não são sentenças bem formadas no PB porque precisam de um complemento, outra oração para então expressa- rem uma oração completa.

(i) * João fugiu porque. (ii) * Carlos duvida que.

Vamos resumir o que vimos até aqui:

a) Podemos comparar adjetivos, advérbios, substantivos (nomes), verbos e sintagmas preposicionados – como em 'João fala mais sobre do que com a Maria', e não é trivial dizer que a comparação é a expressão do grau dessas categorias;

b) Também não é tão simples dizer que as palavras que usamos para expressar comparação pertencem à classe dos advérbios; se são realmente advérbios, são diferentes dos demais;

c) Vamos entender que temos uma subordinação quando temos uma sentença comparativa. Nosso próximo passo será entender como essa característica nos ajuda a interpretar esse tipo de oração.

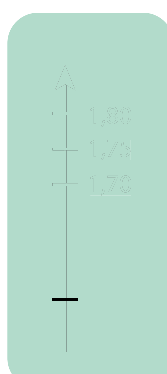
8.2 Interpretando as orações comparativas

Como vimos, as orações comparativas são mais complexas do que as nossas gramáticas escolares nos apresentam. A maneira canônica de se estabelecer uma comparação na língua portuguesa pode ser exemplificada através de alguns dos exemplos que vimos anteriormente, pelos quais se comparam adjetivos, advérbios e verbos.

Vamos nos concentrar primeiro no caso mais simples, em (18), uma comparação adjetival de superioridade.

(18) João é mais alto do que Pedro.

Agora vamos imaginar o seguinte cenário. Suponha que nossa linha vertical seja uma régua. Vamos assumir que: Carlos tem 1,80cm; João, 1,75cm; e Pedro, 1,70cm. Nesse cenário (18) é verdadeira ou falsa?



Escala de altura

Reveja no Capítulo 2 a noção de acarretamento!

Verdadeiro, certo? Interessantemente, (18) apresenta algumas propriedades curiosas. Será que podemos inferir de (18) que João e Pedro são altos?

(19) a. João é alto.

b. Pedro é alto.

Ou seja, podemos inferir da verdade de (18), que, no cenário anterior, é verdadeira, que (19a) e (19b) são verdadeiras? Se você estava pensando que sim, vamos decepcioná-lo:

(20) João é mais alto do que Pedro, mas ambos são baixos.

O fato de (20) ser uma afirmação que não é estranha e nem contraditória é um argumento bastante convincente para dizer que: não! (18) não acarreta (19a) nem (19b). Por que isso acontece? Como podemos explicar que (20) não é uma contradição?

Há uma forma de explicar isso e ela depende essencialmente da semântica que atribuímos para os adjetivos. Acontece que o que conta como alto varia de um contexto para outro: 1,80cm pode ser uma altura normal para alguém ser considerado alto, mas não conta para um jogador de basquete ou vôlei. Assim, quando avaliamos a verdade de uma sentença envolvendo um predicado adjetival, levamos em consideração fatores contextuais: o que conta como alto ou baixo no contexto. Será que todos os adjetivos são assim? Veja os exemplos abaixo:

(21) a. Pedro é brasileiro.

b. Maria está grávida.

Como julgamos o valor de verdade dessas orações? Pedro pode ser mais, menos ou muito brasileiro? Maria pode estar mais, menos ou muito grávida? Aparentemente não.

Agora olhe os pares abaixo. Compare com o adjetivo pátrio 'brasileiro' e o adjetivo 'grávida': será que eles têm um par?

(22) a. alto/baixo;

b. gordo/magro;

c. inteligente/estúpido.

(23) a. brasileiro/???

b. grávida/???

Se você pensou em "não brasileiro" ou "não grávida" verá que essas expressões não funcionam como pares por dois motivos: (1) são expressões, ou seja, não são palavras; (2) tentar dizer algo como (24a) ou (24b) é claramente contraditório:

(24) a. # João é mais brasileiro que Pedro, mas João não é brasileiro.

b. # Maria está mais grávida do que Paula, mas não está grávida.

Problema que não ocorre com 'alto', como mostra (20).

Então: qual a diferença entre os predicados em (22) e (23)? O fato desses predicados terem pares nos diz o que sobre sua semântica?

Vamos retomar o exemplo em (18). Numa primeira aproximação, pode-se pensar que predicados adjetivais são conjuntos. Mas, se for assim, então temos que traduzir (19a) por 'João pertence ao conjunto dos altos' e essa tradução não permite explicarmos nem (20) nem o fato de que 'alto' é dado contextualmente. Mas, será que essa é uma forma viável para representar o que esses predicados significam nas sentenças comparativas? Vamos tentar. Vamos representar (19a) como (25) a seguir, assumindo que 'mais' pode ser representado pelo símbolo '>' (maior do que), isto é, seu significado é a relação matemática.

(25) João ∈ {indivíduos altos} > Pedro ∈ {indivíduos altos}.

Observe que (25) pode ser lida como: 'João pertence ao conjunto dos indivíduos altos é maior do que Pedro pertence ao conjunto dos indivíduos altos'. Será que esse é o significado de (18)? Não parece plausível que seja. Assim, temos mais um problema com essa forma de representação: ela não dá conta da semântica das comparativas.

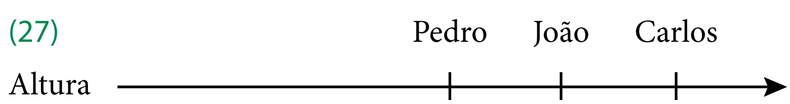
Uma forma de interpretar sentenças com predicados adjetivais é dizer que (19a) significa:

(26) João possui um grau de altura (que conta como alto no con- tex- to de proferimento).

A altura de João no nosso cenário em questão é 1,75cm. Isso pode contar como alto se temos em conta a altura de Pedro, ou a média da altura dos anões, mas não conta como alto se contamos a altura dos jogadores de vôlei. Precisamos explicar por que um indivíduo pode ser alto num contexto e baixo em outro (sem que sua altura mude! Afinal, não vivemos no País das Maravilhas).

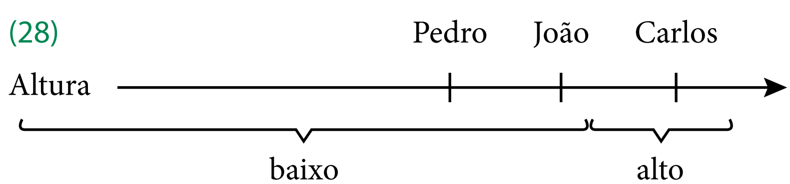
Veja a escala a seguir. Ela representa uma escala de altura, mas agora ela está na horizontal.

(27)



Vamos criar um contexto e estipular que, pelas alturas que estabelecemos para os nossos personagens, só Carlos conta como alto a partir de agora. João e Pedro são baixos. Podemos representar isso graficamente como em (28), usando a mesma escala:

(28)



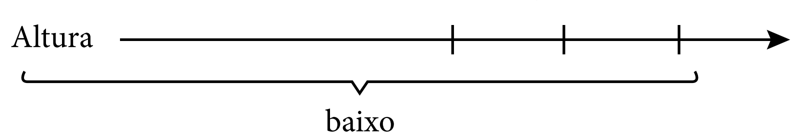
Assim, de acordo com (28), é verdadeiro afirmar:

(29) João e Pedro são mais baixos do que Carlos.

(30) Carlos é mais alto do que João e Pedro.

Assim, perceba que (28) é uma forma de representar que: intuitivamente, quando estamos fazendo uma comparação usando predicados ad- jetivais, estamos operando sobre uma escala. Isso nos possibilita explicar por que (29) e (30) são sinônimas. Afinal, elas representam a mesma escala, mas expressa de formas distintas. Quando fazemos afirmações comparativas, o que temos é uma operação sobre uma escala. Em (28), foca-se sobre a parte da escala que inclui os indivíduos baixos. Podemos alterar o contexto e dizer que Carlos agora também é baixo, como representado em (31):

(31)

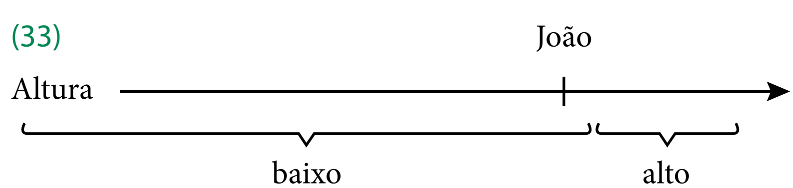


Comparação (ou as semânticas das sentenças comparativas) A conclusão que podemos tirar é: não importa o adjetivo que usa- mos: seja baixo ou seja alto, o real significado desse tipo de sentença é a parte que ficou fora dos parênteses em (26), retomada em (32):

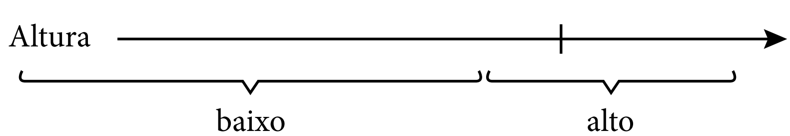
32) João possui um grau de altura.

Conforme operamos sobre o contexto, ou melhor, sobre a escala de altura, dizemos que esse grau é o que conta como alto, ou o que conta como baixo. Tudo depende do modo como operamos sobre a escala. Se eu digo 'João é baixo' estou colocando, a partir de dados contextuais, João no trecho baixo da escala de altura – ver (33) -; se digo 'João é alto', estou colocando ele no trecho alto (34), também levando em consideração um padrão contextualmente dado:

(33)



(34)



Já que não podemos fazer como Alice no País das Maravilhas, não podemos mudar a altura de algo dizendo desse algo se ele é baixo ou alto, o que fazemos é mover o padrão contextual: o que se move na escala não é a altura, é onde começa e termina o que conta como baixo e o que conta como alto.

Se (32) expressa o significado das sentenças com predicados adjetivais, então ela deverá acomodar a nossa interpretação das sentenças comparativas. Veja que é esse o caso em (35):

(35) a. João é mais alto do que Pedro.

b. [João possui um grau de altura] > [Pedro possui um grau de altura].

Assim, lemos (35b) como: o grau de altura que João possui é maior do que o grau de altura que Pedro possui. Agora temos uma explicação simples e elegante para as duas ocorrências dos predicados adjetivais que estudamos aqui: nas sentenças simples e nas sentenças comparativas. Além disso, explicamos porque (35) não acarreta que nem João nem Pedro são altos, e assim também explicamos a sentença em (20).

Você consegue imaginar uma generalização importante que pode ser tirada disso? Os outros adjetivos que formam pares (‘gordo’/ ‘magro’; ‘caro’/ ‘barato’, ‘longe’/ ‘perto’ etc.) também possuem uma escala: peso, preço, distância etc. E a semântica atribuída a ‘alto’ pode ser aplicada a todos eles.

Outra consequência é a de que, toda vez que interpretamos uma sentença comparativa, interpretamos também elementos que não pronunciamos, elementos elididos. A estrutura das sentenças comparativas

pode envolver elisão de algum elemento (aqui representado pelas expressões tachadas):

(36) a. João é mais alto do que Pedro é alto.

b. Carlos é mais gordo que sua mãe é gorda.

c. Maria é tão bonita quanto sua mãe é bonita.

Outra conclusão é a de que as sentenças positivas são na verdade sentenças comparativas, com o padrão de comparação apagado, dado apenas contextualmente.

Agora estamos em posição de responder a pergunta: o que é o grau dos adjetivos? Se o significado de 'João é alto' é 'João tem um grau de altura', podemos concluir que o grau é a altura de João. Se digo algo do tipo 'João é muito alto', estou modificando o grau da altura de João e dizendo que a altura dele é em um certo sentido muito, ou em outros termos, excede o que se considera como padrão de alto. Evidentemente temos escalas para as quais não é claro qual seja a representação desse grau: inteligência, beleza etc. Excluindo-se as escalas para as quais construímos sistemas de medida (preço, peso, distância ou temperatura), todas as outras envolvem sistemas abstratos de medida.

8.3 Considerações finais

Você provavelmente terá se surpreendido com a quantidade de informação que esse Capítulo trouxe. A semântica trata de compreender

Comparação (ou as semânticas das sentenças comparativas) como combinamos palavras e sintagmas em forma de orações, e como atribuímos significados para essas orações. Estudar a semântica das sen- tenças comparativas é tentar capturar o que permanece igual em todas as ocorrências de expressões como 'mais', 'menos', 'tão', 'tanto', 'quanto' etc.,

quando usadas comparativamente, além da contribuição que os outros elementos dentro da oração trazem para o significado do todo.

Construções comparativas são altamente produtivas e presentes em nosso uso cotidiano da língua. A seguir, (37) e (38) exemplificam como elas podem ser usadas para criar sentidos humorísticos ou poéticos:

37) "Se Chuck Norris tem dez reais, e você tem dez reais, Chuck Norris tem mais dinheiro do que você." (Piada recorrente na internet)

38) "Caiu das mãos da criada descuidada. Caiu, fez-se em mais pedaços do que havia loiça no vaso. Asneira? Impossível? Sei lá!" (Alvaro de Campos, Apontamento)

Veja que (37) e (38) não fazem sentido: se Chuck e você têm a mesma quantidade de dinheiro, como ele pode ter mais? Ou, como algo que se quebra pode se transformar em mais coisas, em mais matéria do que havia nessa coisa? Como diz o poeta, impossível? Sim, e justamente por quebrar a relação 'maior do que' é que essas sentenças produzem os efeitos pragmáticos que produzem.

Leia mais!

Se você tiver interesse em se aprofundar mais sobre a quantificação, sugerimos que leia o capítulo 7 de Chierchia (2003), e também o capítulo 5 de Pires de Oliveira (2005). Para um aprofundamento sobre questões relativas aos sintagmas nominais, sugerimos os textos de Müller (2003) e Wachowicz (2003) em Müller et al. (2003).

Para uma exposição detalhada de como solucionar um problema em semântica, aconselhamos a você a leitura de Ilari e Basso (2004). Finalmente, o livro de Ilari (2001) apresenta uma grande quantidade de problemas semânticos de maneira clara, e traz também vários exercícios.

Unidade C
Intensionalidade



9 Tempo e aspecto verbal

Neste capítulo vamos dar uma ideia da semântica do verbo, refletindo sobre referência temporal, aspecto verbal e acionalidade.

9.1 Referência temporal

Embora haja sentenças em português (e, na verdade, em todas as línguas) cuja verdade não depende de considerarmos um momento no tempo – como é o caso de 'A soma de dois números pares é um número par' e 'todo homem é mortal', que são sentenças atemporais, generalizações que valem para todos os casos –, elas são a exceção. Na maior parte das nossas interações linguísticas levamos em consideração o tempo, nos deslocamos no tempo através da linguagem. Falamos sobre eventos que já ocorreram e que irão ocorrer, e sobre eventos que ocorrerão. As línguas diferem muito com relação à expressão do tempo, embora, até onde saibamos, todas exprimam passado. Há línguas que diferenciam passado e não-passado (não tem a distinção entre presente e futuro, por exemplo) e há línguas em que o tempo não é veiculado por uma flexão ligada ao verbo, como é o caso do português brasileiro, mas através de advérbios, como é o caso no japonês.

Neste capítulo, nosso objetivo é entender a interpretação de sentenças, tais como:

(1) Choveu.

Como vimos desde o início deste livro, o significado se dá quando estabelecemos uma relação entre a linguagem e o mundo.

> A semântica do tempo é intensional, porque da verdade da sentença em (1) não podemos deduzir a verdade da sentença que a compõe. Suponha que (1) se decompõe em: Passado (chove). Essa sentença é verdadeira mesmo que não esteja chovendo no momento de fala, por isso ela é intensional.

O que um verbo denota no mundo? Que entidade no mundo um predicado como 'choveu' denota? A intuição, que foi inicialmente desenvolvida pelo filósofo Donald Davidson, no final da década de 60, é que verbos denotam eventos. 'Choveu' denota um evento de chuva.

Davidson (1967) foi quem introduziu na linguística a noção de eventos, abrindo o que hoje chamamos de Semântica de Eventos. Depois, Parsons (1990) reinterpreta a proposta de Davidson acoplando-a a uma teoria de papéis temáticos. Finalmente, Kratzer (2000) entende que há uma diferença entre os papéis de agente e tema, reformulando a proposta de Parsons.

Mas 'choveu' não denota apenas um evento de chuva, essa expressão nos informa quando esse evento ocorreu. O tempo linguístico localiza o evento numa linha de tempo, orientada para o futuro e que tem como âncora o momento de fala. Vamos chamar de referência temporal a localização de um dado evento na linha do tempo – é importante você atentar para a diferença entre os termos "tempo verbal" e "referência temporal": tempo verbal é um termo que vem da morfologia e indica a forma de um verbo (o presente do indicativo, por exemplo), e referência temporal é uma noção semântica, que localiza eventos na linha do tempo. Às vezes os termos coincidem, por exemplo, quando um pretérito perfeito (tempo verbal) reporta um evento passado (referência temporal), mas isso nem sempre é o caso.

Voltando a análise da referência temporal, considere em que a sentença em (1) difere da sentença em (2):

(2) Vai chover.

Certamente você disse que (1) é passado e (2) é futuro e ambas denotam um evento de chuva. Elas diferem na localização do evento: em (1) o evento antecede o momento de fala (MF), ao passo que em (2) o evento de chuva ocorre depois do momento de fala.

Reichenbach (1947) propõe que toda referência temporal se faz através do estabelecimento de uma relação entre o momento do evento (ME) – dado pelo verbo – e o momento de fala (MF), o momento em que a sentença é proferida, situando, assim, o evento com relação ao momento de seu proferimento. Como dissemos, vamos supor que o tempo é uma linha direcionada para o futuro.



Considere a sentença em (3):

(3) João comprou uma bicicleta.

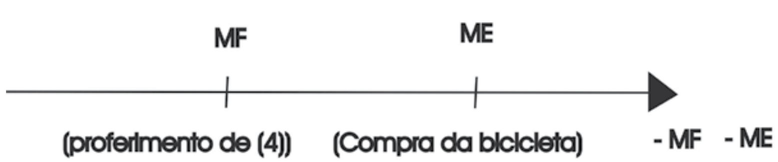
A flexão de pretérito perfeito '-ou' que aparece no verbo da sentença (3) indica que o evento ocorreu no passado, isto é, antes do momento em que a sentença é proferida. Repare que o ME (a compra da bicicleta) está antes do MF (momento de proferimento da sentença) na linha temporal:



Reichenbach utiliza o símbolo – para indicar antecedência temporal. Assim, a notação para sentença (3) é a seguinte: ME–MF. O Momento do Evento ocorre antes do Momento de fala.

Como vamos, então, representar a sentença em (4)?

(4) João vai comprar uma bicicleta.



Nesse caso, o momento do evento é depois do momento de fala. A sentença expressa futuro.

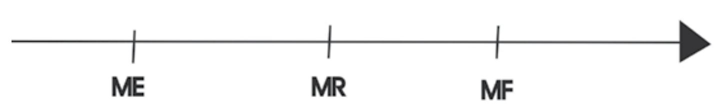
No entanto, nem sempre é o caso que conseguimos localizar o evento na linha do tempo tendo apenas o momento de fala. Considere as sentenças abaixo:

(5) a. João terá saído quando a Maria chegar.

b. João tinha saído quando a Maria chegou.

A sentença em (5a) está no futuro enquanto que em (5b) ela está no passado. Note que nos dois exemplos temos mais de um evento: temos o evento da saída de João e o evento da chegada da Maria e esses eventos estão temporalmente ordenados. Reichenbach propõe que, para dar conta de sentença como (5a) e (5b), é necessário considerar um terceiro ponto, que ele chamou de Momento de Referência (MR). Esse momento aparece claramente quando temos sentenças mais complexas como é o caso das sentenças em (5). O Momento de Referência é sempre dado pelos advérbios de tempo. No caso das sentenças em (5) temos orações subordinadas temporais que funcionam como advérbios de tempo, situam o momento do evento.

Abaixo estão as representações gráficas dessas sentenças. Nessa primeira, temos a representação de (5b), 'João tinha saído quando a Maria chegou'. Logo, o evento de saída do João é mais passado (daí a terminologia "mais do que perfeito", que é também morfologicamente expresso pela forma sintética 'saíra', uma forma em desuso no português falado):



A representação, utilizando o operador temporal, é: ME – MR – MF.

Considere agora a sentença em (5a), 'João terá saído quando a Maria chegar'; nossa interpretação é que João sai antes da Maria chegar e os dois eventos estão no futuro. Veja a representação a seguir:



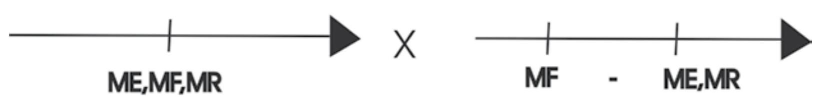
A representação é: MF – ME – MR

Para efeitos de exposição, e de modo muito simplificado, vamos considerar que nos tempos simples o MR se encontra junto ao ME.

9.1.1 Adjuntos temporais

Como você pôde observar pelos exemplos dados acima, o tempo no PB é marcado pela flexão verbal, através da morfologia. Contudo, a marcação de tempo também pode ser expressa pelos adjuntos temporais (o símbolo ',' indica que os momentos são simultâneos):

(6) João se apresenta agora. X **(7)** João se apresenta amanhã.



Repare que quem faz a marcação temporal das sentenças (6) e (7) são os adjuntos temporais 'agora' e 'amanhã', pois ambos os verbos estão flexionados no presente do indicativo, uma flexão que em geral não indica referência temporal. É talvez por isso que o presente do indicativo possa ser usado tanto para expressar que o evento ocorre simultaneamente ao MF quanto para expressar o futuro. Na verdade, é possível também usar o presente do indicativo para expressar o passado, como no exemplo em (8), mais uma indicação de que não é a flexão de presente que carrega a informação temporal:

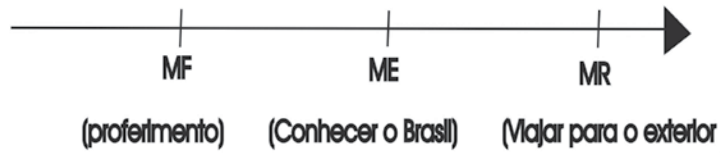
(8) Em 1500, três embarcações portuguesas ancoram no Brasil.

Como já vimos, os adjuntos temporais, incluindo as orações subordinadas adverbiais temporais, situam o MR. Veja mais alguns exemplos abaixo:

9) João se apresentou antes de Maria chegar.



10) Vou conhecer primeiro o Brasil, depois pretendo viajar para o exterior.



Em ambos os casos, as orações introduzidas por 'antes' e 'depois' situam os eventos em momentos específicos.

Mas a flexão verbal não indica apenas a localização do evento na linha do tempo – a referência temporal –, mas também nos informa sobre a perspectiva a partir da qual o evento está sendo apresentado, o aspecto verbal. Vamos ver o que é isso.

9.2 Aspecto verbal

Compare a sentença em (1), repetida abaixo por conveniência, e a sentença em (11):

(1) Choveu.

(11) Estava chovendo/Chovia

Há muito o que ser dito sobre a sentença em (11). Em particular a forma com morfologia de imperfeito do indicativo, 'chovia', parece não mais ocorrer naturalmente no português falado para indicar duração do evento. Mas esse uso ainda aparece na escrita. A primeira diferença é que (11) parece não ter um sentido completo. Veja:

(12) João estava lendo seu livro.

Parece que falta um 'quando algo ocorreu'. Isso se deve ao fato de que, ao escolher utilizar a forma imperfectiva, seja através da perífrase 'estava chovendo' ou 'estava lendo', seja através da morfologia, 'chovia', o falante apresenta o evento como estando em curso, como se desen-

volvendo no tempo. Esse é o aspecto progressivo. Já em (1), o evento é apresentado como fechado, sem que possamos ter acesso a sua estrutura interna. A essa perspectivização do evento damos o nome de aspecto.

As sentenças abaixo mostram algumas outras possibilidades de interpretação imperfectivas, porque o intervalo de tempo está aberto, isto é, os eventos podem ocorrer para além do MF. Essas interpretações indicam hábitos ou repetição de eventos e precisam de uma semântica mais poderosa para podermos descrevê-las. A literatura considera que hábitos, repetições e generalizações são um tipo de imperfeito:

(13) João cantava aos sábados.

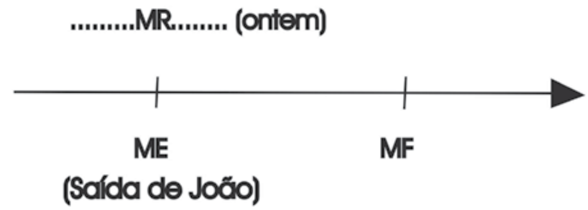
(14) João está estudando/estuda matemática.

(15) Seres vivos respiram.

Perceba que o que se veicula nessas sentenças não é que houve um ou vários eventos, mas que há um hábito ou uma generalização. Por isso, para elas serem verdadeiras não é necessário que os eventos estejam ocorrendo no momento em que as sentenças são proferidas ou durante o MR: ou eles ocorriam habitualmente, como é o caso de (13); ou eles ocorrem, mas não necessariamente no momento do proferimento, como em (14). Veja que (14) com a perífrase tem também uma leitura progressiva na qual o evento de João estudar ocorre durante o MF, Mas há também a leitura de um hábito do João, de algo que ele costuma fazer. Em (15) temos uma generalização. É uma lei biológica que os seres vivos respirem. Note que nas paráfrases informais que foram apresentadas falamos que as sentenças veiculam que há ou houve um hábito (estado) e que há uma generalização. Logo, essas sentenças não são eventivas.

O que essas sentenças têm de diferente com relação à (16)?

(16) João saiu ontem.



Como vimos, a sentença (13) possui a interpretação de hábito, (14) é uma sentença ambígua, com interpretação de hábito e também de progressivo (um evento que está se desenrolando naquele momento – João está estudando naquele momento, mas não começou naquele momento), e (15) trata de uma lei biológica. Essas três sentenças são diferentes de (16) porque essa sentença veicula um evento pontual: houve, em um certo momento anterior ao MF, o evento de João sair.

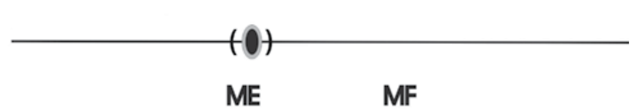
Você consegue também perceber diferença entre as seguintes sentenças?

(17) Maria lavou a sua roupa das 16h às 18h.

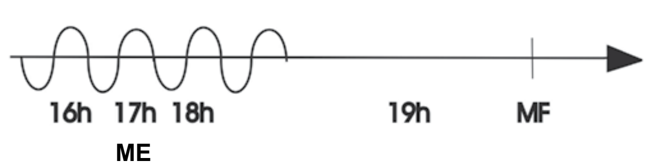
(18) Maria estava lavando a sua roupa das 16h às 18h.

A diferença está no modo pelo qual o falante opta por descrever o evento. Em (18) o falante, através das formas linguísticas escolhidas, deixa em aberto se o evento está concluso ou não – é o aspecto imperfectivo - e em (17) o evento é veiculado como concluído, sem uma estrutura interna. Essas interpretações podem ser representadas como nas figuras abaixo:

(17)



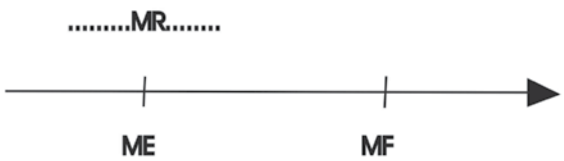
(18)



Mais uma vez, essas diferenças entre as sentenças têm a ver com o aspecto verbal, ou seja, com o modo pelo qual o evento é descrito, são diferenças que tem a ver com a perspectiva adotada pelo falante ao reportar um dado evento. Há, grosso modo, duas macro-perspectivas pelas quais os eventos podem ser descritos: perfectivamente e imperfectivamente.

O sufixo verbal do pretérito perfeito '-ou' dá a informação de que o evento está dentro de limites do MR, e portanto acabado, ou não é mais o caso:

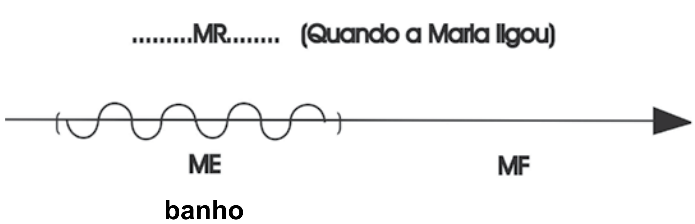
(19) João correu ontem.



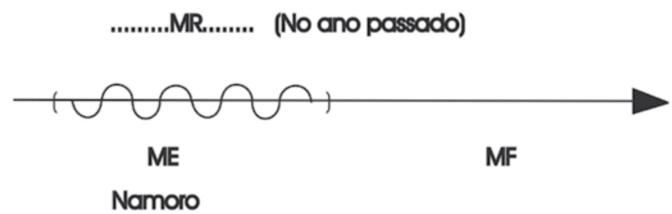
O evento está dentro da referência ('ontem'), mas não sabemos em qual momento exato do 'ontem' João correu.

Por sua vez, para representarmos um evento imperfectivamente utilizamos outras formas linguísticas, e assim veiculamos que o evento em questão não está dentro de limites, mas pode tê-los ultrapassado. Podemos pensar na perífrase verbal do verbo auxiliar 'estar' flexionado com o sufixo 'ava' + verbo principal flexionado no gerúndio em (20) e somente verbo flexionado em (21):

(20) João estava tomando banho quando a Maria ligou.

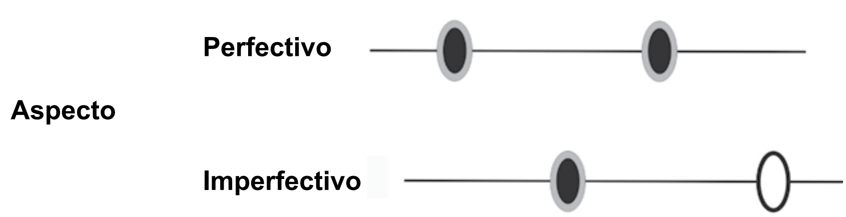


(21) João namorava Maria no ano passado.



Em (20), a referência está dentro do momento de evento, mas não sabemos ao certo em que momento dentro do evento de banho a Maria ligou, sabemos, contudo, que o evento de ligar está dentro, ou se dá no desenrolar do evento de tomar banho. Em (21), sabemos que o evento de namorar ocorre durante o intervalo do ano passado e o ultrapassa, continuando em direção ao futuro, podendo inclusive incluir o MF.

De certa forma, essas duas perspectivas de descrever o evento podem ser representadas da seguinte maneira. O perfectivo indica que o intervalo do evento está fechado, isto é o evento é apresentado sem expor a sua estrutura interna. Logo, sabemos que ele iniciou e terminou. Já com o imperfectivo, o evento é apresentado em seu desenrolar. Sabemos que o evento iniciou, mas não sabemos se ele terminou:

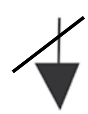


Contudo, sentenças que estão no mesmo aspecto verbal, mas com verbos diferentes podem apresentar resultados lógico-linguísticos diferenciados. Isso se deve à classe do verbo, assim nomeado pela literatura como acionalidade ou aspecto lexical.

9.3 Acionalidade

A ideia de que os verbos veiculam diferentes tipos de eventos que podem ser agrupados em classes tem suas raízes em Aristóteles. No pensamento linguístico moderno, a principal fonte para tratar desse assunto é o trabalho do filósofo e psicólogo húngaro Zeno Vendler (1967) que se preocupou em descrever de forma sistemática e linguística o modo como se apresentam os estados de coisas que ocorrem na realidade extralinguística. Para enfatizar essa diferença linguística, repare como as sentenças em (a) abaixo, embora estando no mesmo aspecto verbal e tenham a mesma referência temporal, se comportam de maneiras distintas com relação aos acarretamentos que permitem:

(22) a. João desenhava um círculo.



b. João desenhou um círculo.

(23) a. João puxava um carrinho.



b. João puxou um carrinho.

O esperado era que os pares de sentenças em (22) e (23), com o mesmo aspecto verbal e a mesma acionalidade, tivessem o mesmo padrão de acarretamento, mas não é isso que acontece. Da verdade de (22a) – desenhava um círculo – não podemos concluir que (22b) João desenhou um círculo, pois João pode ter parado no meio do caminho e o círculo não estar concluído. Ao contrário de (23a), se João puxava um carrinho, é verdade que (23b) ele puxou um carrinho, mesmo que ele tenha parado no meio do caminho. Esses exemplos nos mostram que a classe dos verbos influencia nas relações semânticas que eles mobilizam, independente da referência temporal e do aspecto verbal que possuem.

A diferença entre (22) e (23) é que o verbo 'desenhar um círculo' pressupõe um objetivo, um fim, ou, numa linguagem técnica, um telos, ao passo que 'puxar um carrinho' não possui esse objetivo e são portan-

to atélicos (não possuem um telos). Foi percebendo essas diferenças que Vendler (1967) dividiu em quatro classes os verbos: accomplishments, achievements, atividades e estativos. Os estados se diferenciam por serem não-dinâmicos e atélicos, isto é não têm um final pré-determinado e não envolvem agentividade ou mudança, mas eles são durativos.

As atividades, por sua vez, são atélicas, durativas e dinâmicas. Accomplishments e achievements são télicos, porque têm um ponto final dado a priori, mas diferem porque os primeiros são durativos, levam um certo tempo para acontecerem, enquanto os segundos são instantâneos, não precisam de muito tempo.

Um teste para fazermos a diferenciação entre eles é veiculá-los sob diferentes aspectos e relações semânticas, tais como o acarretamento, nas sentenças (22) e (23). Outro é combiná-los com os advérbios 'por X tempo' e 'em X tempo'; observe a diferença abaixo:

(24) a. Maria fez um bolo em uma hora. (accomplishment)

b. ? Maria fez um bolo por uma hora.

(25) a. ? Maria lavou louça em uma hora. (atividade)

b. Maria lavou louça por uma hora.

(26) a. ? João esteve com dor-de-cabeça em uma hora. (estado)

b. João esteve com dor-de-cabeça por uma hora.

(27) a. João venceu a corrida em uma hora. (achievements)

b. ? João venceu a corrida por uma hora.

Perceba que o adjunto 'em X tempo', em que 'x tempo' está por uma medida qualquer de tempo só se combina com accomplishments e achievements, porque eles pressupõem um telos, como mostram os

exemplos (24) e (27). Ao contrário do adjunto 'por x tempo' que se combina com atividades e estados, por não possuírem um telos, como em (25) e (26). Em exemplos como (28), a interpretação preferencial é a de que João não cortou a grama toda e, portanto, não atingiu seu telos. Assim, o VP 'cortar a grama' aliado ao adjunto 'por x tempo' torna-se uma atividade.

28) João cortou a grama por vinte minutos.

Uma outra questão muito importante a ser observada é a da interação do verbo com seus argumentos internos. Não podemos falar de um verbo em si sozinho, temos que pensá-lo a nível de VP, pois sua acionalidade depende do seu argumento, o que pode ser visto na comparação entre (27a) e (29):

29) ? João venceu corrida em uma hora.

Repare que 'em uma hora' se combina com (27a), não se combina tão bem com (29) e a diferença está somente na determinação do nominal. Repare que, com a mudança do argumento do verbo, muda-se também o VP e a classe acional do verbo. O que antes era um achievement ('vencer a corrida'), passou a ser uma atividade ('vencer corrida'). Vários outros exemplos semelhantes podem ser encontrados no PB.

9.4 Considerações finais

Em suma, você, leitor, pôde observar que referência temporal, aspecto e acionalidade verbal são assuntos muito complexos que foram rapidamente expostos neste capítulo. Contudo, é necessário ter claro que a referência temporal indica a localização do evento na linha temporal e que o aspecto é a maneira pela qual o falante opta por descrever o seu evento. Essa última categoria está dividida em aspecto perfectivo e imperfectivo: no primeiro caso, os eventos são vistos dentro de limites, ao passo que no segundo esses podem ser extrapolados. A acionalidade é outro fator importante que influencia as interpretações e as relações

semânticas envolvidas com o sintagma verbal, desde que seja observada a nível de VP, pois a interação com os argumentos do verbo modificam a classe a que eles pertencem.

10 Progressão temporal

Você vai conhecer alguns dos mecanismos de coesão e coerência textuais que são mobilizados durante os estabelecimentos de relações temporais entre eventos denotados por um texto.

Há muitos anos, estudiosos das línguas têm se feito a seguinte pergunta: o que faz de um punhado de sentenças um texto? Como é possível saber que certas linhas escritas formam um texto e não simplesmente um amontoado de palavras concatenadas?

Vamos ilustrar a problemática por trás dessa questão com um exemplo:

Trecho A

1) Um homem chegou em casa cansado. 2) O dia de trabalho tinha sido muito estafante. 3) Para variar, o trânsito também não ajudava em nada. 4) Se não bastasse isso, quando chegou em casa, percebeu que havia esquecido a chave no serviço. 5) O jeito era esperar sua mulher chegar, e ela só chegava bem mais tarde. 6) E, no meio de tudo isso, a fome apertando. 7) Lembrou que tinha uma chave escondida num vaso, na parte de trás da casa. 8) Agora, o problema era pular o muro. 9) Será que ele ainda conseguia? 10) Já não era mais tão jovem e nem tão seguro.

Trecho B

4) Se não bastasse isso, quando chegou em casa, percebeu que havia esquecido a chave no serviço. 9) Será que ele ainda conseguia? 1) Um homem chegou em casa cansado. 6) E, no meio de tudo isso, a fome apertando. 10) Já não era mais tão jovem e nem tão seguro. 7) Lembrou que tinha uma chave escondida num vaso, na parte de trás da casa. 2) O dia de trabalho tinha sido muito estafante. 3) Para variar, o trânsito também não ajudava em nada. 8) Agora, o problema era pular o muro. 5) O jeito era esperar sua mulher chegar, e ela só chegava bem mais tarde.

As sentenças que compõem o Trecho A e o Trecho B são exatamente idênticas, como mostra a numeração; porém, só reconhecemos um texto – no caso, uma narrativa – no trecho A, e isso é mais uma propriedade das nossas capacidades linguísticas: somos extremamente hábeis em reconhecer um texto e em preencher lacunas propositais que ele traz, assim como inferências que ele permite fazer, como veremos mais adiante.

Para que sentenças constituam um texto, é necessário que haja certas relações entre elas, conhecidas pelos termos coerência e coesão. Não é tarefa trivial definir precisamente coerência e coesão, mas as ideias que embasam essas noções são as seguintes:

A **coesão textual** diz respeito aos elementos gramaticais e lexicais responsáveis por garantir unidade nas diversas sentenças; por sua vez, a **coerência textual** diz respeito à concatenação de ideias e argumentos veiculados pelas diversas sentenças, o que um texto veicula deve ser minimamente coerente para que o reconheçamos como tal.

Como exemplos de mecanismos de coesão, podemos pensar em **anáfora** e **catáfora**:

(1a) João comeu um sanduíche. Ele estava uma delícia.

(1b) João comeu um sanduíche. Ele estava morrendo de fome.

Na sequência (1a), sabemos que 'um sanduíche' e 'ele' se referem a uma mesma entidade: o sanduíche comido por João. Por sua vez, sabemos que 'João' e 'ele' se referem a uma mesma entidade na sequência (1b), qual seja, João. Ambas as sequências são exemplos de anáfora. Em uma anáfora há pelo menos dois elementos, o antecedente, que denota a entidade introduzida no discursivo, e o termo anafórico, que recupera o antecedente. Em (1a), o antecedente é 'um sanduíche' e o termo anafórico é 'ele'; em (1b), o antecedente é 'João' e o termo anafórico também é 'ele'.

Anáfora é, grosso modo, uma mecanismo através do qual continuamos a falar de uma mesma entidade ou referente sem precisar repetir o material linguístico utilizado para introduzir tal referente no discurso.

Em (1b), podíamos muito bem trocar 'ele' por 'João' no segundo trecho; porém, basta fazermos a troca e a sequência já nos parece um pouco estranha: 'João comeu um sanduíche. João estava morrendo de fome.' O mesmo se daria se, ao invés de João, estivéssemos falando de 'O primeiro presidente eleito por voto popular no Brasil':

(1b') O primeiro presidente eleito por voto popular no Brasil comeu um sanduíche. O primeiro presidente eleito por voto popular no Brasil estava morrendo de fome.

A estranheza de sequência como (1b') mostra que a anáfora, e os mecanismos de coesão em geral, não são apenas escolhas estilísticas, mas compõem ativamente o texto, desempenhando também um papel cognitivo/processual de grande importância.

A sequência (2) é um exemplo de catáfora. Em linhas bem gerais, catáfora é o contrário da anáfora: na catáfora, introduzimos um pronome cujo referente só saberemos apenas mais adiante:

(2) Acontece que a donzela – e isso era segredo dela – *também tinha seus caprichos*. (Chico Buarque – Geni e o Zeppelin).

Só sabemos a que 'isso' se refere depois de computarmos 'também tinha seus caprichos', e então sabemos que o que era segredo dela era ela ter seus caprichos... complicado? Pode até parecer, mas ao ler o trecho (2) não temos nenhuma dificuldade de compreensão: mais uma prova do papel cognitivo/processual dos mecanismos de coesão.

10.1 Referência temporal e progressão temporal

Tomemos os exemplos abaixo:

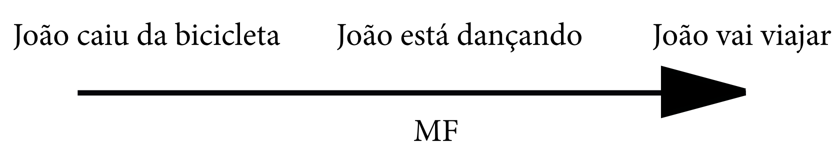
(3) João caiu de bicicleta (ontem);

(4) João vai viajar (amanhã);

(5) João está dançando (agora).

Sabemos que os eventos reportados por (3), (4) e (5) são, respectivamente, passado, futuro e presente. Porém, ser passado, presente ou futuro é algo relacional, ou seja, um evento não pode ser passado e pronto – tem que ser passado *em relação* a alguma coisa. Em teoria linguística, o termo relacional por excelência, em função do qual algo é passado, presente ou futuro, é o momento de fala. Vamos ilustrar com o exemplo (3): o evento de João cair de bicicleta é passado, mas passado em relação ao quê? Ora, pelo menos em relação ao momento em que falamos ou nos reportamos a esse evento: se digo (3), então, necessariamente, ele caiu antes de eu falar que ele caiu. Assim sendo, o evento de João cair de bicicleta, se passado, o é em relação ao momento de fala. Um raciocínio semelhante se dá em relação aos exemplos (4) e (5): em (4), a viagem de João ocorre depois de eu falar dela; e em (5) João dança enquanto eu falo que ele dança. É possível, pois, localizarmos esses eventos numa linha de tempo, tendo como ponto de ancoragem o momento de fala:

O momento de fala é quando a sentença é enunciada ou pronunciada.



Para representar a referência temporal dos eventos, ou seja, se eles acontecem antes, durante ou depois do momento de fala, os linguistas usam a seguinte notação:

F = momento de fala;

E = momento do evento;

< = antes;

, = simultâneo.

As sentenças de (6) a (8) têm a seguinte representação:

(6) João caiu de bicicleta (ontem). → E < F

(7) João vai viajar (amanhã). → F < E

(8) João está dançando (agora). F, E

A progressão temporal lidará com um ou mais eventos e investigará como se estabelece a ordem de acontecimento entre eles, com relação ao momento de fala. Como sempre, vejamos os exemplos:

(9) João caiu porque escorregou na casca de banana.

(10) João escorregou na casca de banana porque caiu.

Além de sabermos que os eventos em (9) são todos passados (anteriores ao momento de fala), sabemos que eles estão relacionados temporalmente, ou seja, a ordem em que ocorrem é importante, e sabemos também qual ordem é essa: primeiro João escorregou na casca de banana e depois caiu. Assim, (9) exemplifica uma relação de coerência textual bastante comum, que é a relação de causa e efeito: João caiu porque escorregou na casca de banana, a causa da queda de João foi ele ter escorregado na casca de banana, e é por isso que primeiro ele escorrega e depois ele cai. Essa relação é tão forte que o exemplo (10), na qual ela é invertida, apesar de relatar uma situação possível – aquela na qual João primeiro cai e depois escorrega na casca de banana –, é ligeiramente estranha.

Desta forma, (9) e (10) exemplificam fenômenos de progressão temporal, e é aos mecanismos de progressão temporal que nos voltaremos agora.

10.2 Mecanismos de progressão temporal

No caso dos exemplos (9) e (10), podemos argumentar que é a conjunção ‘porque’ que dá ordenação temporal (o “um depois o outro”). Além das conjunções, o próprio tempo verbal (entendido como sua morfologia, ou seja, pretérito perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito etc.) nos dá pistas sobre a progressão temporal, sobre a ordem de ocorrência dos eventos:

(11) João bateu com os dedos na mesa, assobiou, bateu com os pés no chão e empurrou a cadeira.

(12) João batia os dedos na mesa, assobiava, batia com os pés no chão e empurrava a cadeira.

Essas sentenças reportam os mesmos tipos de eventos, descritos na mesma ordem, a única diferença entre elas é que em (11) todos os verbos estão no pretérito perfeito, e em (12), no imperfeito.

A interpretação mais plausível que temos para (11) é aquela na qual os eventos ocorreram *na mesma ordem* em que são descritos. A essa situação – ordem de descrição dos eventos ser a mesma que a de ocorrência – dá-se o nome de **isomorfismo**.

Por sua vez, a interpretação mais plausível a ser dada para o exemplo (12) é aquela de ações simultâneas.

Nossas intuições sobre o papel dos pretéritos perfeito e imperfeito na progressão temporal são bastante fortes, como mostra a combinação desses tempos:

(13) João chegou em casa1, foi direto pra sala2 e se atirou no sofá3. Estava vestindo o uniforme4 e calçando sapatos5 e desse jeito mesmo pegou no sono6.

Os eventos de 1 a 3 apresentam isomorfia, porque a ordem no qual os eventos são relatados é a ordem em que os eventos ocorreram no mundo. Porém, os eventos 4 e 5, na perífrase progressiva, não parecem acrescentar nada do ponto de vis- ta da progressão temporal. Aliás, perguntas como ‘Quando João vestia o uniforme? Antes de chegar em casa? Depois de se atirar no sofá? Enquanto ia direto para a sala?’ não terão respostas muito precisas, justamente porque com a perífrase progressiva ou com o pretérito imperfeito descrevemos o fundo do texto ou da narrativa, e não os acontecimentos. A rigor, João estava vestido e com sapatos o tempo todo e não faz senti- do nos perguntarmos quando isso

aconteceu em meio aos eventos narrados. Por sua vez, o evento 6 claramente aconteceu depois do evento 3, ou seja, voltamos ao isomorfismo suspenso durante os eventos 4 e 5.

Desses poucos exemplos podemos tirar algumas conclusões. Podemos argumentar que pretéritos imperfeitos e perífrases progressivas não indicam progressão temporal, mas sim formam o fundo no qual ocorrerá a progressão temporal levada a cabo pelo uso do pretérito perfeito. Vejamos o seguinte trecho, de Luis Fernando Veríssimo:

> [Estavam na casa de campo, ele e a mulher. Iam todos os fins-de-semana. Era uma casa grande, rústica, copiada de revista americana, e afastada de tudo. Não tinha telefone. O telefone mais próximo ficava a sete quilô- metros. O vizinho mais próximo ficava a cinco. Eles estavam sozinhos. A mulher só ia para acompanhá-lo. Não gostava da casa de campo. Tinha de cozinhar com lenha enquanto ele ficava mexendo no jardim, cortan- do a grama, capinando, plantando.] {Foi da janela da cozinha que ela viu ele ficar subitamente teso e largar a enxada, como se a enxada tivesse lhe dado um choque. Ela correu para a porta da cozinha e gritou.] (VERÍSSIMO, 1982, adaptado).

O trecho entre colchetes está todo no pretérito imperfeito, e compõe o fundo no qual se desenrolará a narrativa, não tendo internamente nenhuma ordem. Prova disso é a reescritura do mesmo trecho como abaixo:

> [Eles estavam sozinhos. A mulher só ia para acompanhá-lo. Não gostava da casa de campo. Tinha de cozinhar com lenha enquanto ele ficava mexendo no jardim, cortando a grama, capinando, plantando. Estavam na casa de campo, ele e a mulher. Não tinha telefone. O telefone mais próximo ficava a sete quilômetros. O vizinho mais próximo ficava a cinco. Era uma casa grande, rústica, copiada de revista americana, e afastada de tudo. Iam todos os fins-de-semana.] {Foi da janela da cozinha que ela viu ele ficar subitamente teso e largar a enxada, como se a enxada tives- se lhe dado um choque. Ela correu para a porta da cozinha e gritou.]

Variações estilísticas à parte, as duas versões do trecho entre col- chetes dão a mesma contribuição, e nada dizem do ponto de vista da progressão temporal. Por sua vez, o trecho entre chaves é isomórfico, e mudar sua ordem significa mudar a sequência de eventos na narrativa; senão vejamos:

Original = {Foi da janela da cozinha que ela viu ele ficar subitamente teso e largar a enxada, como se a enxada tivesse lhe dado um choque. Ela correu para a porta da cozinha e gritou.}

Reescrito = {Ela correu para a porta da cozinha e gritou. Foi da janela da cozinha que ela viu ele ficar subitamente teso e largar a enxada, como se a enxada tivesse lhe dado um choque.}

Obviamente, conseguimos entender e dar sentido ao trecho reescrito. Importa notar que, em geral, entendemos que a ordem dos eventos em relação ao original é diferente.

Desse modo, podemos também argumentar que, assim como os pretéritos imperfeitos indicarão o fundo conversacional e a suspensão do desenvolvimento da narrativa, os pretéritos perfeitos sempre indicarão isomorfismo. Contudo, isso não é verdade.

Voltando ao exemplo (9), 'João caiu porque escorregou na casca de banana.', que traz dois pretéritos perfeitos encadeados, vemos claramente que não temos isomorfismo: o evento de cair é descrito antes do evento de escorregar na banana, mas, como sabemos que João caiu porque escorregou, o evento de cair tem que ter acontecido depois do evento de escorregar, quebrando assim a isomorfia entre a ordem de descrição e de ocorrência. O exemplo (10) também não é isomórfico. A razão para tanto parece estar na conjunção 'porque'. De fato, podemos argumentar que quando temos dois eventos relacionados por 'porque', sempre teremos uma quebra de isomorfismo, e o primeiro evento descrito ocorre sempre depois do segundo evento descrito.

Isso nos leva imediatamente a um segundo mecanismo de progressão temporal, que chamaremos genericamente de "conjunções":

(14) João caiu e escorregou na casca de banana.

(15) João escorregou na casca de banana e caiu.

(16) João caiu, depois escorregou na casca de banana.

(17) João escorregou na casca de banana, depois caiu.

(18) João caiu, mas antes ele escorregou na casca de banana.

(19) João escorregou na casca de banana, mas antes ele caiu.

(20) João caiu quando escorregou na casca de banana.

(21) João escorregou na casca de banana quando caiu.

Podemos, então, distinguir a ordem linguística de descrição do evento e a ordem em que o evento de fato ocorreu no mundo. Se usarmos ED1 para nos referir ao primeiro evento descrito, ED2 para o segundo, EO1 para o primeiro evento que ocorre, e EO2 para o segundo, veremos que numa relação de isomorfismo ED1=EO1 e ED2=EO2; com essa mesma notação, podemos analisar o papel das conjunções.

Como vimos, a relação expressa por 'porque' é ED1=EO2 e ED2=EO1; por sua vez, a relação expressa por 'e' é ED1=EO1 e ED2=EO2.

10.3 Regras-padrão e outras

Vimos três mecanismos de progressão temporal: o tempo verbal, exemplificado pelas funções dos pretéritos perfeito e imperfeito; o que chamamos de "conjunções", representados por itens como 'porque', 'depois', 'e' etc.; e nosso conhecimento de mundo, que pode estabelecer cer- tas relações entre eventos que impõem ordem à sua ocorrência. Por exemplo, só é possível engolir algo se esse algo é colocado na boca.

A nossa habilidade de reconhecer textos em sentenças justapostas leva em conta que podemos estabelecer a ordem de ocorrência entre os eventos reportados por essas, através do nosso conhecimento do mun-

do. Eventos que não têm relação alguma, nem mesmo temporal, não podem compor um texto – mesmo que se trate de poesias, por exemplo, há sempre um fio que conduz o que está sendo descrito. Assim sendo, diante de tal habilidade tão especializada e também tão geral, porque a aplicamos para qualquer amontoado de sentenças, podemos imaginar que, ainda que inconscientemente, sigamos certas regras ao estabelecer as relações entre os diversos eventos reportados.

Do ponto de vista da referência e progressão temporal, podemos pensar em regras-padrão e regras que entram em uso quando essas regras-padrão não funcionam. Se tomamos a morfologia do verbo (as forma dos pretéritos perfeito, imperfeito e a perífrase progressiva) como indicadores de relações de progressão temporal, podemos chegar às seguintes regras-padrão:

Regra de Progressão (RP): dois pretéritos perfeitos apresentam isomorfismo (ou seja, a ordem em que os eventos são descritos é a mesma ordem em que ocorrem).

Regra da Narração (RN): pretéritos imperfeitos e progressivos não apresentam progressão temporal, mas formam o fundo da progressão.

Contudo, quando usamos o que viemos chamando de "conjunções", a regra-padrão não funciona e o que está valendo é a relação estabelecida pela conjunção em questão, que varia de uma para outra: lembramos que o 'porque' pode ser descrito pela relação ED1=EO2 e ED2=EO1 e o 'e' pela relação ED1=EO1 e ED2=EO2.

Além das conjunções, vimos que a isomorfia também pode ser quebrada pelo nosso conhecimento de mundo, através do qual estabelecemos relações que não são transparentes nem por conectivos nem pelos tempos verbais. Em geral, tais relações são de causa e efeito, mas também podem ser de explicação, consequência, dentre outros tipos.

Por trás dessas relações estabelecidas pelo nosso conhecimento de mundo, podemos identificar a atuação de alguma conjunção não pronunciada. Tomemos o exemplo abaixo:

(22) João entrou na faculdade1. Resolveu fazer botânica2.

Qual é a ordem dos eventos descritos em (22)? Há ou não isomorfia? Não é claro: pode ser que João tenha entrado na universidade e então tenha resolvido fazer botânica – e aqui temos uma interpretação isomórfica; ou pode ser que ele tenha, por um motivo qualquer, resolvido fazer botânica, por isso entrou na universidade – interpretação não isomórfica. De uma forma ou de outra, sabemos que há uma ordenação nos eventos descritos em (22) e, a depender do contexto amplo, saberemos claramente se ela é ou não isomórfica.

10.4 Considerações Finais

A progressão temporal, como vimos neste Capítulo, é um recurso extremamente importante para a confecção de textos, pois dá ordem ou encadeamento aos eventos veiculados por um texto. Sem a progressão temporal, não haveria narrativa, apenas eventos espalhados no tempo.

Além de sua importância textual, a progressão temporal também exemplifica de maneira particularmente clara como podemos capturar nossas intuições sobre os eventos de um texto através de regras explícitas que interagem entre si. Vem daí a ideia de regras-padrão. Pudemos ver também como as "conjunções" – que são, em geral, tomadas como termos que unem sentenças ou orações – desempenham um papel de relevo na progressão temporal.

11 Modalidade – os auxiliares modais

Vamos introduzir a ideia de mundos possíveis e uma breve análise dos auxiliares modais no PB.

11.1 Introdução

Em nossas interações diárias não falamos apenas sobre aquilo que nos é imediato (as coisas e pessoas que nos cercam, a situação em que efetivamente estamos, o momento e o lugar em que estamos etc.), nem mesmo apenas sobre o mundo em que estamos; falamos sobre tempos que ainda não vivemos, momentos que já se foram, sobre o que seria, sobre mundos que não são o nosso, mundos em que Papai Noel existe, mundos em que seríamos ricos, ou poderosos:

1) Ah se eu ganhasse na loto...

2) Eu bem que podia estar na praia...

3) Talvez o João esteja em casa.

4) "Estas histórias do psicanalista de Bagé são provavelmente apócrifas (como diria o próprio analista de Bagé, história apócrifa é mentira bem educada)" (Luis Fernando Veríssimo, O Analista de Bagé).

Todos nós já ouvimos falar do Analista de Bagé, sabemos que ele é de Bagé, é analista, e muito mais, mas ele de fato não existe ou só existe enquanto personagem de ficção.

Falamos sobre o que pode ser, sobre o que poderia ser o caso, mas não é; sobre o que deveria ser; sobre o que nunca poderia ser; sobre o que nunca deveria ser. Através da linguagem nos movimentamos em

outras dimensões (outros espaços, outros tempos, outros mundos). Neste Capítulo, vamos ver com mais detalhe um dos mecanismos linguísticos para nos deslocarmos na dimensão do possível, os auxiliares modais, exemplificados aqui:

5) Ele pode ser solteiro;

6) Ele **podia** ser solteiro;

'podia' e 'poderia' parecem estar em variação sociolinguística no PB, isto é, a diferença entre 'Eu podia ser solteira' e 'Eu poderia ser solteira' parece não ser semântica, mas apenas de grau de formalidade. Também 'deveria' e 'devia' parecem estar em variação sociolinguística.

7) Ele deve ser solteiro;

8) Ele **deveria** ser solteiro;

9) Ele não pode ser solteiro;

10) Ele tem que ser solteiro.

Note que nesses vários exemplos nos deslocamos para além da situação "real" em que o falante se encontra, para falarmos sobre possibilidades e necessidades. A modalidade trata das diferentes maneiras de falarmos sobre o possível e o necessário. Semanticamente, o possível e o necessário são operadores que, no PB, se manifestam nos chamados auxiliares modais, como 'poder' e 'dever', mas também em advérbios como 'possivelmente', 'necessariamente', em adjetivos como 'possível', em expressões do tipo 'é necessário que', 'é preciso que'. Também alguns morfemas são modalizadores, por exemplo, '-vel' em 'lavável', que significa ser possível de se lavar. Cada um desses mecanismos demanda um estudo à parte, o que vai mais uma vez além dos nossos objetivos. Como já dissemos, neste Capítulo vamos nos concentrar nos auxiliares modais.

Como você deve lembrar, um operador atua sobre uma proposição (uma sentença) e gera uma nova proposição, com outro significado, como é o caso do 'não'.

Embora possa parecer muito estranho, ao menos numa primeira aproximação, as sentenças condicionais são consideradas modais – afinal, elas tratam de situações hipotéticas. De fato, uma sentença condicional apresenta uma possibilidade como em:

(i) Se João vier, eu não venho.

Note que em (i) não se está falando sobre uma situação real, mas sobre uma situação hipotética, sobre uma possibilidade de arranjo do mundo. A sentença em (i) é um exemplo de condicional indicativo, porque na sentença principal, 'eu não venho', o verbo está no indicativo (no presente do indicativo), mas há também os condicionais subordinados (ou contrafatuais) como em (ii):

(ii) Se João viesse, eu não viria.

Trata-se, nesse caso, de uma hipótese contra os fatos (contrafatual), porque sabemos que, na situação real, o falante veio, e João não; aliás, a vinda do falante ocorreu porque não houve a vinda de João (tente imaginar alguém falando (ii) numa situação em que João veio de fato, e verá como fica estranho). As sentenças condicionais foram muito estudadas pelos filósofos, lógicos e, recentemente, pelos linguistas. No entanto, a bibliografia sobre os condicionais no PB é ainda muito pobre. Pouco sabemos sobre essas sentenças que colocam problemas extremamente intrigantes.

11.2 Auxiliares modais

Qualquer manual de inglês tem uma seção sobre os auxiliares modais como *can*, *could*, *must* e outros, o que não é verdade para o português. Se você procurar nas gramáticas tradicionais não vai encontrar um tópico sobre auxiliares modais, porque tradicionalmente modais foram associados às línguas germânicas (inglês, alemão...). Mas, não há dúvidas de que temos tais auxiliares. Vamos iniciar refletindo sobre a estrutura sintática de uma sentença com auxiliar modal para depois passarmos à sua semântica. É possível mostrar que 'poder', 'dever' e 'ter que/ de' são verbos de alçamento, porque eles não selecionam o seu suposto argumento externo. Compare as sequências a seguir:

Atenção! Estamos considerando que o auxiliar modal é a expressão 'ter que', a qual, em alguns dialetos, se realiza como 'ter de'. Essa já é uma hipótese sintático-semântica que precisaria ser demonstrada, já que temos a presença do conectivo 'que' (o complementizador) ou da preposição 'de', mas estamos entendendo que houve um processo de gramaticalização que fundiu o 'ter' com o 'que' ou o 'de'.

Reveja alguns conceitos em: MIOTO, C. Sintaxe do Português. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.

11) a. O João deseja sair.

b. O cachorro deseja sair.

c. A casa deseja ser pintada.

d. A pedra deseja cair.

12) a. O João pode sair.

b. O cachorro pode sair.

c. A casa pode ser pintada.

d. A pedra pode cair.

Você avalia diferentemente as sentenças que compõem cada uma dessas sequências?

Observe que (11c) e (11d) só podem ser interpretadas metaforicamente, já que não é possível uma casa ou uma pedra desejar algo. Em outros termos, 'desejar' seleciona o seu argumento externo, aquele que está na posição de sujeito, porque exige que esse argumento tenha o traço + animado (e talvez + volitivo, nesse caso, mesmo (11b) tem um gosto de metáfora). Esse não é o caso das sentenças em (12): todas elas são "literalmente" aceitas, precisamente porque 'poder' não impõe nenhuma restrição quanto ao tipo de argumento que se pode ter.

Como você deve lembrar das aulas de Sintaxe, isso ocorre porque 'o João' não é argumento externo de 'poder', que, na verdade, seleciona uma proposição (ou uma sentença), o que pode ser melhor visualizado em:

13) Pode ser que João saia.

Note que a sentença em (13) não veicula exatamente o mesmo que a sentença em (12a), porque (12a) pode ser usada em situações em que o uso de (13) está bloqueado: Só (12a) veicula uma permissão (depois de ficar um tempo de castigo no quarto, o pai de João fala 'O João pode sair'); já (13) veicula apenas uma probabilidade (o pai e mãe de João não sabem se ele vai sair de noite ou não; como João não saiu na semana passada, sua mãe fala 'Pode ser que João saia'). Veremos a questão da interpretação mais adiante, na próxima Seção.

Assim, a forma lógica da sentença em (12a) é grosseiramente:

14) $[_S$Pode $[_S$O João sair]]

Veja que 'pode' funciona exatamente como o 'não': ambos são operadores, porque tomam uma sentença e retornam uma outra sentença com um novo significado. Mas, diferentemente do 'não', os auxiliares modais parecem mais rígidos em termos de escopo. Como você interpreta (15)?

15) O João não pode sair.

Certamente, (15) significa que não é possível João sair. Veja que apenas o 'não' tem escopo sobre o 'pode'; a interpretação em que 'pode' tem escopo sobre o 'não' só pode ser alcançada se invertermos a ordem:

16) O João pode não sair.

O mesmo ocorre com 'tem que/de' e 'deve'. Isso não significa que não haja ambiguidades com esses operadores. Há, mas elas parecem ter alguma restrição.

Mas, o que esse operador faz em termos de significado? Essa é uma questão bem complexa sobre a qual iremos nos debruçar na próxima Seção.

11.3 A semântica dos modais

A primeira característica dos modais é o fato de que um mesmo item lexical, por exemplo 'pode', veicula vários "sentidos", a depender da situação em que ele é usado. Veja como a interpretação de 'pode' se modifica ligeiramente em cada uma das situações a seguir:

- **Situação 1:** Estamos numa competição de natação e os técnicos discutem quem tem capacidade para nadar os 3000 m da prova. Um dos técnicos diz: 'O Pedro pode nadar' (essa extensão).

- **Situação 2:** Estamos num acampamento e o chefe autoriza quem tem ou não permissão para nadar. Ele diz: 'O Pedro pode nadar'.

- **Situação 3**: Dois amigos estão se perguntando sobre quem será o próximo a nadar e um deles diz: 'O Pedro pode nadar'.

Na situação 1, 'pode' expressa capacidade física e é sinônimo de 'conseguir'. Já na situação 2, ele expressa permissão. Esse uso é conhecido como **deôntico**, porque diz respeito a leis e regras. Na terceira situação, 'pode' exprime probabilidade: pode ser o João quem vai nadar.

O mesmo ocorre com os auxiliares 'dever' e 'ter que/de':

- **Situação 4:** Um pai enfurecido porque sua filha engravidou diz: 'Ela tem que casar'.

- **Situação 5:** Pedro está pensando sobre como João conseguiu chegar tão rápido até a universidade. Então ele diz: 'Ele tem que ter vindo de carro'.

Observe que 'Ter que/de', assim como 'deve', tem um uso bem particular que a literatura denominou de teleológico, exemplificado a seguir:

17) Para chegar à ilha, você tem que atravessar a ponte.

Para atingir certo objetivo, um telos (objetivo em grego), como se diz na literatura, é preciso que certas condições sejam cumpridas, no caso é preciso atravessar a ponte. Note que não estamos nem veiculando uma ordem, como na situação 4, nem o resultado de um raciocínio, como na situação 5. Teríamos, então, três 'tem que/de'?

Essa é de fato a primeira questão que um semanticista se coloca: estamos diante de vários 'pode' (e vários 'deve' e vários 'tem que/de'), isto é, estamos diante de uma ambiguidade lexical, ou há apenas um 'pode'? E se há apenas um item lexical, como explicar essas diferenças de significado? Vamos assumir, juntamente com a maioria dos semanticistas, que há apenas um item lexical e vamos derivar as diferentes modalidades do contexto de fala.

A ambiguidade se caracteriza por serem dois significados absolutamente desvinculados. É o caso de 'manga', que pode ser a fruta ou uma peça de vestuário.

Essa não é uma questão simples, e explicitá-la vai além dos objetivos deste Capítulo. Se você se interessou, veja: Pires de Oliveira e Mortari (no prelo).

Como vimos, a sentença 'O João pode nadar' tem sua interpretação atrelada à situação de fala: se estamos falando sobre regras, ela ganha interpretação de permissão; se estamos falando sobre o que achamos que vai ocorrer, temos uma interpretação de resultado de um raciocínio. A determinação da modalidade depende, pois, do contexto.

Entre as modalidades descritas na literatura temos: de capacidade, epistêmica, deôntica, teleológica, bulética (ou de desejo), entre outras. Mas, as duas que têm recebido maior atenção são: a base deôntica, que, como vimos, trata das leis, e a base epistêmica, que diz respeito a processos de raciocínio amparados numa base de conhecimento (episteme é conhecimento).

Podemos entender base modal como aquilo que um falante leva em conta para identificar o tipo de possibilidade ou necessidade da sentença. Alguém que se atém a uma base deôntica leva em consideração certo conjunto de leis e regras.

Esse é o chamado fundo conversacional. Se o falante está levando em conta as informações que ele tem sobre algo, como na situação 5, o fundo conversacional é composto por esse conjunto de conhecimentos.

Na sentença a seguir, temos um exemplo de 'pode' epistêmico:

18) Pode chover hoje à tarde.

Por tudo o que o falante sabe (por exemplo, ele observou o céu ou ele ouviu no rádio), ele afirma que há uma probabilidade de chover. Claramente a base para interpretar (18) não pode ser deôntica porque não se trata de permissão ou ordem; ela é epistêmica e o fundo conver sacional inclui as informações que subsidiam a afirmação do falante de que há uma possibilidade de chuva.

Vamos, agora, nos deter na base deôntica e comparar as sentenças a seguir:

19) João pode sair.

20) João tem que sair.

21) João deve sair.

Em que elas diferem? A sentença em (19) expressa uma permissão, enquanto que aparentemente (20) expressa uma ordem, e (21) pode ser uma ordem ou um conselho. Veja que das sentenças de (19) a (21) não podemos deduzir que João efetivamente sai, afinal, alguém pode ter a permissão para sair e decidir ficar, ou ainda pode ter recebido a ordem de sair e resolver ficar.

Mas, o que exatamente significa permissão? A sentença em (19) veicula que a saída de João está permitida, isto é, que existe pelo menos uma alternativa de mundo em que ele sai. Vamos entender melhor essa ideia de alternativa de mundo ou mundos possíveis.

A modalidade exige que pensemos em alternativas de mundo ou outros mundos além do mundo em que o falante está, o seu mundo real. Ao afirmarmos que João pode sair estamos dizendo que entre as configurações do mundo há uma em que ele sai (veja que nada

garante que essa configuração é ou será a configuração do mundo real). Compare com a negação

22) João não pode sair.

O falante está veiculando que, seguindo aquilo que foi estipulado, seguindo as leis ou regras, não há configuração no mundo em que João sai. Como já dissemos, nada obriga João a seguir as leis; o mundo real, numa boa parte das vezes, não é o mundo "ideal", aquele em que todas as regras e leis são seguidas e cumpridas.

Ao usarmos a modalidade, colocamos em jogo possibilidades, alternativas, configurações de estados de coisas que podem ou não coincidir com o que ocorre, ocorreu ou ocorrerá no mundo real do falante.

A possibilidade indica a existência de pelo menos um mundo (uma alternativa de mundo) com a configuração dada pela sentença "prejacente", isto é, a sentença que está sob o escopo do auxiliar modal. Formalmente, auxiliares modais são quantificadores que atuam sobre uma nova entidade do modelo, os mundos. Nesse sentido, a modalidade é um modo de quantificação. Há muitas questões envolvidas aqui, incluindo discussões metafísicas sobre a existência de outros mundos, as quais não nos interessam neste momento. Para nós interessa apenas entender o mecanismo cognitivo que nos permite interpretar sentenças modalizadas. Nessa perspectiva formal podemos "traduzir" a sentença em (19) por:

O escopo, você deve se lembrar, indica onde a operação está atuando.

Se achar necessário, reveja o Capítulo sobre quantificação!

19') Tendo em vista as regras, há pelo menos um mundo em que o João sai.

Observe que 'Tendo em vista as regras' indica a base modal, que se estrutura a partir de um fundo conversacional, em geral dado contextualmente, constituído por um conjunto de regras. A possibilidade é a indicação de existência de pelo menos uma configuração em que o João sai. Trata-se, portanto, de uma quantificação existencial.

Imagine que você tem um dado de seis faces, cada uma delas com um número de 1 a 6 nas mãos, quantas possibilidades temos? Quantas configurações de mundo são possíveis? O dado pode dar um, ou dar dois, ou dar três... Cada configuração é uma possibilidade, a existência de pelo menos um mundo que tem aquele resultado (mais uma vez, nada sabemos sobre como será o mundo real, o número que de fato sairá no dado depois de o jogarmos).

E sabemos que não é possível dar o número 7, porque essa alternativa não existe. Pergunte-se: se adotamos essa perspectiva, o que será que a sentença em (20) significa? O que ela veicula? Se dizemos que João tem que sair, dizemos que não há outra alternativa para ele, que todas as configurações possíveis são idênticas: em todas elas, o João sai. Em outros termos, estamos quantificando universalmente:

23) Em todos os mundos que estão de acordo com as regras, João sai.

Mais uma vez indicamos com 'estão de acordo com as regras' a base modal. Como já dissemos, o mundo real não precisa se conformar às regras, veja que dissemos, em (20), que João sai em todos os mundos que se conformam às regras, mas quem disse que o mundo real se conforma às regras?

Suponha agora um dado com seis faces, mas em todas elas está inscrito o número um. Dado o que sabemos, quando jogarmos o dado, tem que dar um, não há outro resultado possível. Note que nesse exemplo a base modal é epistêmica, porque estamos lidando com o que sabemos sobre o mundo.

Embora os estudos sobre as diferenças semânticas entre 'tem que' e 'deve' sejam ainda poucos, aparentemente a sentença em (20) é mais forte em termos de ordem do que a sentença em (21), que se parece mais com um conselho. E o que significa ser um conselho? Uma maneira de entendermos um conselho é amenizarmos a força da quantificação universal. Ao dizermos que 'João deve sair', dizemos que em todos os mundos que são os melhores ou os mais apropriados 'João sai', mas dei-

xamos em aberto a existência de mundos piores ou menos apropriados nos quais 'João não sai'. Já ao usarmos 'ter que' indicamos que não há alternativas, que em todos os mundos tal e qual coisa irá ocorrer, por isso temos a sensação de que ele é mais forte.

11.4 O tempo e a modalidade

Uma outra propriedade dos modais é a maneira como os utilizamos para expressar a modalidade no passado, isto é, o modo como eles interagem com o tempo é um pouco diferente do que ocorre com outros verbos. Note que na sentença em (24) a seguir, embora o modal esteja no imperfeito do indicativo, que está associado ao tempo passado e também a contrafactualidade, a sentença indica uma possibilidade no futuro, marcada pelo advérbio 'amanhã':

Você se lembra da música "Agora eu era herói e meu cavalo só falava inglês"? Como nas estórias da carochinha, usamos o imperfeito para falar sobre outros mundos.

24) O João podia casar amanhã.

Mas, note que (24) tem também um gosto de expressão de desejo, ainda mais acentuado em casos como 'Bem que o João podia casar amanhã!'. A expressão do desejo está completamente ausente do uso de 'pode', compare com 'O João pode casar amanhã'.

Aparentemente, esse uso de 'podia' para expressar desejo ocorre apenas no português brasileiro, mas não no português europeu.

O mesmo ocorre com os auxiliares 'dever' e 'ter que' no imperfeito: eles não indicam necessariamente tempo passado, e também parecem veicular algum tipo de desejo do falante ou, no caso de (25) e (26), conselho:

25) O João devia casar amanhã.

26) O João tinha que casar amanhã.

É certo que 'podia' pode expressar também uma possibilidade no passado, como mostra a sentença em (27):

27) Em 1963, o João podia casar.

O mesmo vale para 'devia' e 'tinha que'. Assim, parece que a indicação do tempo não é dada pelo auxiliar modal (ou pelo morfema '-ia'), mas pelos advérbios 'amanhã', 'em 1963'. Ou seja, o auxiliar no imperfeito parece ser neutro para tempo, enquanto que 'pode' indica sempre uma possibilidade presente, por isso a sentença em (28) é agramatical:

28) * Ontem, o João pode casar.

Para expressar uma possibilidade no passado com o auxiliar 'pode' (ou 'deve' ou 'tem que'), temos que usar o infinitivo pessoal composto:

29) O João pode ter casado ontem.

Veja que, quando usamos o infinitivo pessoal composto com o auxiliar no imperfeito do indicativo, como exemplificado em (30), a seguir, só podemos ter a interpretação de passado, o que indica que o passado está sendo veiculado pelo tempo composto e não pelo auxiliar:

30) O João podia ter casado ontem.

Note ainda que (30) tem um gosto de contrafactualidade, isto é, o falante parece também indicar que o João não casou ontem, por isso é contrafactual (contra os fatos). Mas, essa sensação de contrafatualidade pode não ser semântica, se não for semântica, então é possível cancelá-la e trata-se, portanto, de uma implicatura. Considere a seguinte sequência discursiva:

Veja o capítulo sobre a distinção semântica e pragmática.

31) O João podia ter casado ontem e fez isso mesmo, casou.

Ou seja, a combinação 'podia' mais 'ter casado' indica apenas uma possibilidade no passado, assim como 'pode' mais 'ter casado', a diferença parece estar no fato de que apenas a primeira veicula, pragmaticamente, contrafactualidade. Como ela faz isso? Essa é uma questão em aberto.

Mais uma vez, como já vimos com a negação, a modalidade não aparece nas gramáticas tradicionais e muito menos nas salas de aula. Mas, há

muito a ser dito sobre ela, como esperamos ter mostrado brevemente. E apenas arranhamos a modalidade, nada dissemos sobre 'pôde', sobre outros modais como 'precisar' e sobre outros modos de modalidade.

11.5 Considerações finais

Nas abordagens formais, a modalidade é entendida como a expressão da possibilidade e da necessidade. Há várias maneiras de se expressar modalidade nas línguas naturais, entre elas os auxiliares modais como 'poder' e 'dever', mas também advérbios como 'possivelmente', perífrases como 'dar de/para', até mesmo sufixos como '-vel'.

A possibilidade e a necessidade são entendidas como quantificação sobre mundos possíveis ou sobre estados de mundo. Quando dissemos 'pode chover' estamos afirmando que há pelo menos um mundo possível ou um estado de mundo em que chove. Mostramos ainda que sentenças modais são altamente indeterminadas porque, sem o auxílio do contexto, não sabemos se se trata de uma modalidade epistêmica ou deôntica ou de capacidade.

Mostramos que os auxiliares modais 'poder' e 'dever' interagem de maneira distinta com o tempo e o aspecto. Assim, 'podia' não significa necessariamente uma possibilidade passada. Para expressarmos o passado temos que utilizar o tempo composto: 'Podia ter morrido'.

A pesquisa linguística sobre modalidade ainda é uma área com poucas pesquisas no Brasil e ela levanta muitas questões.

Leia mais!

Os livos de Ilari (1997) e Corôa (2005) são interessantes estudos da expressão do tempo e do sequenciamento de eventos em português, além de serem bastante didáticos. O estudo sobre modalidade em português brasileiro, na vertente formal, ainda é incipiente, mas há um excelente manual em preparação que você já pode consultar: trata-se de Pires de Oliveira e Mortari (no prelo).

Coda

Chegamos ao fim de nosso percurso pela semântica, e você deve ter visto uma série de novos conceitos, de ideias e olhares sobre a língua que, como dissemos na Introdução, provavelmente nunca viu antes. Também deve ter notado que há muito mais a ser dito não apenas sobre o que vimos, mas sobre o que nem mesmo pudemos mencionar, como por exemplo, a semântica de sentenças condicionais como 'Se o Bra sil tivesse sido descoberto pela Inglaterra, nós falaríamos inglês' (ou na versão mais coloquial: 'Se o Brasil tivesse sido descoberto pelo Inglaterra, a gente ia estar falando português'.)

Há um óbvio interesse nisso tudo, é o de aprender mais sobre como o português brasileiro e as outras línguas do mundo funcionam. Porém, você deve estar se perguntando sobre o papel da semântica na sala de aula, na formação do aluno na aula de português. Esse rápido percurso pela semântica procurou sempre deixar claro que há muito a ser feito na sala de aula do ensino fundamental e médio; que a semântica pode ser um instrumento para melhorarmos não apenas a leitura e a escrita, mas para permitir a reflexão sobre a linguagem. No Brasil, a obra Semântica. Brincando com a gramática (2001), do professor Rodolfo Ilari, é o melhor exemplo de como é possível despertar no aluno o interesse pela semântica que pode efetivamente contribuir para que ele seja um leitor mais perspicaz e um autor menos ingênuo.

Refletir sobre o significado, como ele é construído, quais os processos mentais envolvidos, isso retira o aluno do lugar de familiaridade que ele habita na linguagem, produz afastamento da sua língua, permitindo observá-la como um objeto do qual ele está desligado. Essa atitude de observar sem estar envolvido é fundamental para que ele possa ser um melhor avaliador de seu próprio texto.

Há muitas maneiras de colocarmos a semântica na sala de aula. Vamos apresentar dois relatos de experiências de professores que se propuseram a discutir aspectos do significado com seus alunos.

O primeiro caso foi com uma sala de aula de sétima série do ensino fundamental (antes da nova reforma); alunos na faixa etária de 11 anos. A professora fez um projeto de pesquisa sobre propagandas, e os alunos deveriam trazer para a sala de aula aquelas em que eles identificassem ambiguidades. A partir desse levantamento realizado pelos alunos, as propagandas foram discutidas em sala. Dessas, duas são extremamente interessantes. A primeira é uma propaganda de um sorteio que tinha como lema:

a) Todos os ganhadores recebem uma moto.

A discussão gerou em torno da ambiguidade: uma moto para todos ou para cada um uma moto? Evidentemente a interpretação que parece ser a mais adequada é a segunda, mas quem garante que quem está promovendo o sorteio não tenha em mente a primeira? E se esse for o caso, o que aconteceria? O segundo caso é conhecido de todos nós, embora, quase com certeza, você nunca tenha tomado consciência dele:

b) Nescau: energia que dá gosto!

Essa sentença tem várias leituras e descrever sua ambiguidade requer mecanismos sofisticados: o Nescau é energia que dá gosto ao leite e o Nescau é a energia que dá gosto de ver. Depois de vários encontros em que se discutiu a ambiguidade de propagandas e que se notou um uso positivo – já que através delas é possível veicular mais sentidos com menos material linguístico –, os alunos foram convidados a construir suas próprias propagandas, que deveriam ser ambíguas. A fase final des- sa experiência foi a avaliação dos alunos de suas produções e a escolha da melhor propaganda.

Uma segunda experiência, muito produtiva para a escola, acabou resultando inclusive numa dissertação de mestrado. A autora se preocupou em analisar as questões de provas elaboradas pelos professores das diferentes disciplinas e verificar as respostas dos alunos. O que ela notou foi que havia questões ambíguas e que muitas vezes os alunos respondiam a pergunta na interpretação que o professor nem mesmo

havia percebido. Claro que o aluno errava a resposta, porque ele estava respondendo a uma questão diferente daquela que o professor tinha formulado na sua cabeça. Havia uma diferença de interpretação. Veja o seguinte exemplo, retirado de uma prova de biologia:

c) Minhocas são anelídeos. Qual é a importância disso para a sua vida?

O problema aqui é o pronome 'sua', que pode receber pelo menos duas interpretações: se ele for um anafórico, então ele está recuperando 'minhocas' e a pergunta é qual é a importância de ser anelídeo para a vida das minhocas; se, no entanto, ele for um dêitico, ele será interpretado como referente ao leitor/ouvinte: qual a importância para a vida do ouvinte/leitor. Sem se dar conta da ambiguidade presente na sua pergunta, o professor avalia como incorretas respostas que são norteadas pela interpretação que ele, professor, não viu. A contribuição maior dessa experiência foi retornar os resultados para os professores e alertá-los para problemas advindos de interpretação, tornando-os mais sensíveis às respostas dos alunos, à medida que eles passaram a se colocar a questão: por que o aluno me deu essa resposta? Seria ela motivada por uma interpretação da minha pergunta?

Esperamos que este pequeno Manual seja uma inspiração para mais pesquisas, para uma prática em sala de aula mais engajada naquilo que de fato constitui a nossa língua, os modos como organizamos em palavras o significado, sem preconceitos, capaz de mostrar que 'puta' e 'caralho', para além de serem predicados, são, na fala espontânea, modificadores de intensidade, com um comportamento sintático e semântico bem comportado. Que você tenha a ousadia de refletir sobre a sua língua, mesmo que ela seja considerada "menor", "pior", por aqueles que pouco entendem sobre o humano.

Referências

BARWISE, J.; COOPER, R. *Generalized Quantifiers and Natural Language*. In: ***Linguistics and Philosophy***, 4, 1981, p. 159-219.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: Editora da Unicamp; Londrina: Eduel, 2003.

CHOMSKY, Noam. *Remarks on Nominalization*. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Eds.). **Readings in English Transformational Grammar**. MA: Ginn, Waltham, 1970. p. 184-221.

______. ***Syntactic structures***. *The Hague, Mouton & co*, 1957.

CORÔA, M. L. M. S. **O tempo nos verbos do português**: uma introdução à sua interpretação semântica. São Paulo: Parábola, 2005.

DAVIDSON, Donald. The Logical Form of Action Sentences. In: *The Logic of Decision and Action*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967, p. 81-95.

GUIMARÃES, M. R. **Intensificadores como Quantificadores**: os Âmbitos da Expressão da Quantificação no Português do Brasil. Tese [Doutorado em Estudos Lingüísticos]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

GRICE, H.P. Lógica e Conversação. In: DASCAL, M. (org.), *Fundamentos metodológicos da Linguística*. Campinas: Ed. do autor, v. 4, 1982.

HAUSER, Marc D.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. *The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve?* In: **Science**, 298, 2002, p. 1569-1579.

ILARI, Rodolfo; BASSO, R. M. Semântica e representações do sentido. In: **Ilha do Desterro**, nº 47, 2004, 169-216.

______; GERALDI, W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 2002. [Série Princípios].

______. **Introdução à semântica, brincando com a gramática**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

______. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto, 1997.

______ [et alii]. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). **Gramática do português falado**. v. 1. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. p. 63-141.

MARGOTTI, Felício W. **Morfologia do Português**. Florianópolis: LLV/CCE/USFC, 2008.

MIOTO, C. **Sintaxe do português**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.

MÜLLER, A.; NEGRÃO, E. V.; MOLTRAN, M. J. **Semântica Formal**. São Paulo: Contexto, 2003.

PARSONS, Terence. **Events in the semantics of English**: A study in the subatomic semantics. Cambridge: MIT Press, 1990.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2004.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. In: **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 8, 2007a, p. 1-30.

______; BASSO, R. M.; MENDES DE SOUZA, L. "O João fuma mais do que o Pedro" - um exercício de análise semântica. In: **Revista do GEL**, Araraquara, v. 4, p. 105-128, 2007b.

______. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (Org.). Introdução. São Paulo: Cortez, 2001a. p. 17-46. v. 2.

______. **Semântica Formal**: uma breve introdução. Campinas: Mercado de Letras, 2001b.

______; MORTARI, C. **Modais e condicionais**: primeiras reflexões em semântica de mundos possíveis. [no prelo].

REICHENBACH, H. **Elements of Symbolic Logic**. New York: Free Press, 1947.

STAINTON, R. ***Philosophical Perspectives on Language***. Broadview Press, Peterborough, 1996.

TARSKI, A. *The Semantic Conception of Truth and the Foundations of Semantics*. In: **Philosophy and Phenomenological Research**, 4, 1944, p. 341-376.

VENDLER, Z. Linguistics and Philosophy. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1967.

VERÍSSIMO, L. F. Memória. In: ______. **Outras do Analista de Bagé**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1982.

Glossário

Acarretamento:

Relação lógico-semântica entre duas sentenças, tal que se a primeira sentença é verdadeira, a segunda se segue dela, isto é, é necessariamente verdadeira. Por exemplo: se a sentença 'João correu rápido' é verdadeira, logo a sentença 'João correu' tem que ser verdadeira, ou seja, a segunda sentença é acarretada pela primeira. Note que a relação de acarretamento é orientada: mesmo tomando a sentença 'João correu' como verdadeira, não podemos dela concluir que 'João correu rápido' é verdadeira, porque ele pode ter corrido devagar.

Ambiguidade:

Ambiguidade ocorre quando uma mesma cadeia sonora pode receber mais de uma interpretação. A literatura costuma diferenciar quatro tipos de ambiguidade:

1. Ambiguidade lexical, que ocorre quando um termo tem dois ou mais sentidos independentes. Por exemplo: 'manga', peça de vestuário e a fruta;
2. Ambiguidade sintática, que ocorre porque pode haver mais de uma maneira de combinar os elementos da sentença. Por exemplo: 'João bateu na velha com a bengala'. Sem mais informações não sabemos se era a velha que estava com a bengala ou se a bengala foi o instrumento que João usou para bater na velha;
3. Ambiguidade semântica, que se caracteriza por ser produzida pela presença de mais de um operador na sentença. Por exemplo, na sentença 'Maria não brigou com a mãe de novo' temos duas leituras: a Maria já brigou antes, mas dessa vez ela não brigou; mais uma vez ela não brigou com a mãe;
4. Ambiguidade pragmática, que ocorre porque uma sentença pode ser usada para expressar diferentes usos. O exemplo mais famoso é a ambiguidade entre uso atributivo e uso referencial da descrição definida, como em 'O assassino de Smith é louco'.

Argumento:

Argumento é uma expressão saturada, isto é, que tem como referência um único indivíduo em particular no mundo. O exemplo mais claro são os nomes

próprios como 'Clarice Lispector', que é o nome da escritora Clarice Lispector. As descrições definidas como 'a atual presidenta do Brasil' também são argumentos, porque referem-se a um indivíduo em particular. O caso menos intuitivo é o das sentenças. Sentenças são argumentos porque se referem a apenas um único indivíduo em particular, ou a verdade ou a falsidade.

Aspecto:

O aspecto apresenta a perspectiva que o falante quer imprimir à sua representação de um evento no tempo. Há duas maneiras principais de repre- sentar o evento: ou ele é representado sem duração interna, como estando "fechado", de maneira que seu desenrolar não é apresentado, ou como se desenrolando no tempo, estando "em aberto". No primeiro caso, o aspecto é perfectivo; no segundo, imperfectivo. É comum utilizarmos o pretérito perfeito para expressar o aspecto perfectivo, 'João morreu', e a perífrase do progressivo no imperfectivo para o aspecto imperfectivo, 'João estava mor- rendo'. Note que com o imperfectivo não sabemos se ele morreu ou não. Esse é o famoso Paradoxo do Imperfectivo.

Contradição:

Duas sentenças são contraditórias se (e somente se) elas não podem ser verdadeiras no mesmo mundo. Por exemplo, as sentenças 'João está vivo' e 'João está morto' são contraditórias.

Dêiticos:

Os dêiticos são expressões cuja interpretação depende crucialmente de recuperarmos elementos do contexto de fala. Por exemplo, 'eu' indica o falante, mas só podemos atribuir uma interpretação no momento em que sabe- mos quem está falando. A interpretação dos dêiticos muda ao alterarmos o contexto de fala. Note como o 'eu' muda de interpretação (e também o 'você') no diálogo:

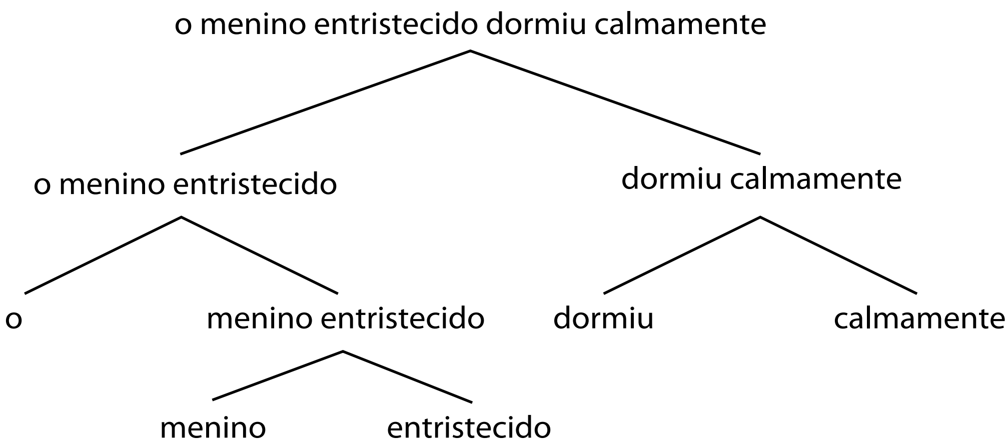
Rose: Eu quero ir ao cinema com você hoje.

Carlos: Eu não. Eu quero ficar em casa sem você hoje.

Derivação:

A derivação indica os nexos sintático-semânticos que estruturam os ele- mentos em uma sentença. Assumimos, como é corrente na literatu-

ra con- temporânea, que esses nexos são binários. Assim, a sentença 'O menino en- tristecido dormiu calmamente' se bifurca primariamente em um sintagma nominal, 'o menino entristecido', e um sintagma verbal, 'dormiu calmamen- te'. Mas, esses sintagmas também se bifurcam até a derivação chegar aos chamados nós terminais, quando não é mais possível "quebrar" a estrutura em pedaços menores.



Escopo:

É o alcance da operação realizada por um operador. Muitas piadas se baseiam em escopo. Como na velha piada em que um homem diz para outro: 'Estou com vontade de transar com a Luana Piovanni de novo'. 'Nossa! Você já transou com ela?!', pergunta o outro surpreso. 'Não', diz o primeiro, 'mas já tive vontade antes.' A brincadeira depende de atribuirmos diferentes escopos ao operador 'de novo'. Quando ouvimos a primeira fala, tendemos a interpretar 'de novo' como atuando (ou tendo escopo sobre) 'transar'. A última fala indica que o escopo de 'de novo' deve ser sobre 'estar com vontade'.

Língua Natural:

Qualquer língua que um ser humano aprende como língua materna, de maneira natural, sem instrução formal. Por isso, vários cientistas afirmam que os chimpanzés não têm uma língua natural; mesmo aqueles que aprendem inglês não a transmitem para sua prole. Uma língua natural é mais do que um sistema de comunicação. Abelhas têm sistemas de comunicação altamente sofisticados, mas não têm uma língua natural. A principal característica de uma língua natural é a criatividade, o fato de que interpretamos o novo, tanto o novo recursivo ('João que é jornalista, que está doente, que

mora comigo, saiu apressado') quanto o analógico (por exemplo, quando uma criança generaliza as regras de concordância, dizendo "fazido" e "dizido", por analogia a "comido", "bebido", "pedido" etc.).

Língua-objeto:

É a língua que o cientista está analisando, estudando. Neste Manual o português brasileiro é a nossa língua-objeto.

Metalinguagem:

A linguagem arregimentada que utilizamos para descrever e explicar a língua-objeto.

Modalidade:

Na abordagem formal, o termo modalidade é a expressão da possibilidade e da necessidade. Os casos mais prototípicos são os auxiliares modais como 'poder' e 'dever'.

Operador:

Formalmente, operador é uma função que toma uma sentença e retorna uma outra sentença, com sentido diferente. Por exemplo, a negação é um operador, já que ela toma uma sentença, 'João está dormindo', e retorna a sua negação, 'Não é o caso que João está dormindo'. Em termos de extensão, a negação transforma uma verdade numa falsidade ou vice-versa.

Pragmática:

Tradicionalmente, a pragmática é entendida como o estudo dos usos que realizamos quando falamos. Quando proferimos uma sentença como 'Está chovendo' podemos, ao proferi-la, realizar diferentes usos, entre eles informar que é o caso de que está chovendo.

Predicado:

Os predicados são estruturas insaturadas, isto é, que têm pelo menos uma posição que está vazia e que será preenchida por argumentos. Nas línguas naturais, há predicados de um argumento (mono-argumentais), como 'dormir' (__dormir); de dois argumentos (biargumentais), como 'amar' (__amar__); e de três argumentos, como 'apresentar' (__apresentar ____ para ___). Nesses

exemplos, temos predicados que se completam com argumentos que são indivíduos, mas temos também predicados que se completam com sentenças, por exemplo: João disse que p, em que p representa uma sentença. Assim, podemos considerar 'dizer' como um predicado de dois lugares, o primeiro é aquele que diz e o segundo o dito (__dizer ___).

Pressuposição:
Uma sentença A pressupõe uma outra sentença B se, para que A seja verdadeira ou falsa, isto é, para que A tenha um valor de verdade, é preciso que B seja verdadeira. Por exemplo, para que a sentença 'João parou de bater na mulher' seja verdadeira ou falsa é preciso que a sentença 'João batia na mulher' seja verdadeira.

Progressão Temporal:
A progressão temporal é a sequenciação temporal de eventos ou acontecimentos num dado texto. Em geral, é o aspecto perfectivo que "movimenta" a narrativa. Por exemplo, 'João chegou, colocou a bolsa na mesa, tirou o sapato, deitou no sofá e ligou a TV.'

Quantificador:
Quantificadores são operadores que estabelecem relações entre conjuntos. Há dois operadores básicos: o universal, 'todos', e o existencial 'algum'. Mas, são muitos os quantificadores nas línguas naturais: 'sempre', 'muitos', 'a maioria' são alguns exemplos.

Referência:
A referência são os "objetos" que compõem o seu modelo de mundo. Em termos simplicados, referência é o que as palavras capturam no mundo. Por exemplo, a palavra 'Lua' captura no mundo o objeto lua. Esses objetos podem também ser objetos abstratos, por exemplo, '2' captura um objeto abstrato, o número dois.

Referência temporal ou Tempo:
A referência temporal é a localização do evento numa linha ordenada de pontos no tempo. Em geral, distinguimos três tempos: o passado, em que o evento ocorre antes do tempo de fala; o presente, em que o

evento é simultâneo ao tempo de fala; e o futuro, em que o evento ocorre depois do momento de fala.

Semântica:
A semântica é o estudo da capacidade que todos nós temos de interpretar qualquer sentença da nossa língua.

Sentido:
Sentido é a grande invenção de Frege para apreender a diferença entre sentenças sintéticas e sentenças analíticas. Entre a linguagem e o mundo (a referência) há uma outra dimensão que relaciona essas duas: o sentido. Sentido é o caminho para a referência, aquilo que nos permite apreender os objetos. Por exemplo, o objeto lua pode ser apreendido por diferentes sentidos: Lua, o único satélite natural da Terra, o lugar onde desceu a nave Apollo 1, o lugar onde Armstrong disse "um pequeno passo para um homem, mas um grande passo para a humanidade".

Sinonímia:
Duas sentenças são sinônimas se e somente se uma acarreta a outra e vice-versa. Por exemplo, a sentença 'João beijou Maria' acarreta a sentença 'A Ma ria foi beijada por João' e essa, por sua vez, acarreta a primeira. Logo, elas são sinônimas, isto é, são verdadeiras exatamente nas mesmas situações (e falsas também exatamente nas mesmas situações).